

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SAMYR FERREIRA DOS SANTOS

**O DESASTRE DO ÓLEO EM CANAVIEIRAS/BA:
IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E QUESTÕES DE GÊNERO**

**CACHOEIRA – BAHIA
2022**

O DESASTRE DO ÓLEO EM CANAVIEIRAS/BA: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E QUESTÕES DE GÊNERO

Samyr Ferreira Dos Santos

Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Suzana Moura Maia.

S237d Santos, Samyr Ferreira dos.

O Desastre do óleo em Canavieiras/BA: impactos, resistências e questões de gênero. / Samyr ferreira dos Santos. Cachoeira, BA, 2022.
155f., il.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Moura Maia

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, Bahia, 2022.

1. Derramamento de óleo – Aspectos Sociais. 2. Poluição Marinha por óleo - Bahia. 3. Mulheres – Efeito da poluição. 4. Homens – Efeito da poluição I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 363.739

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

SAMYR FERREIRA DOS SANTOS

**O DESASTRE DO ÓLEO EM CANAVIEIRAS/BA: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E
QUESTÕES DE GÊNERO**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 19 de dezembro de 2022.

EXAMINADORES:



Presidente – Dr. (a) Suzana Moura Maia (UFRB)



Interno à Instituição - Dr. Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB)



Externo à Instituição - Dr. Rafael Palermo Buti (UNILAB)

CACHOEIRA - BA

2022

“Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos

Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais

Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes

Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa

Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo

Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida

Politeístas!
Pluristas!
Circulares!

Monoteístas!
Monistas!
Lineares!”

(Nego Bispo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para que este momento fosse concretizado. Agradeço aos encantados por manterem a minha família, os meus amores e a mim vivos diante deste momento de caos, dor e luto. Agradeço aos companheiros e companheiras do projeto Entre Mares, que me apresentaram as organizações de luta e resistência de Canavieiras (AMEX e Rede de Mulheres), assim como, as lideranças que me acolheram com muito carinho, atenção e cuidado. Lideranças que me ensinaram muito como ter força diante do caos e esperar!

Agradeço o carinho, atenção, amizade e acolhimento da minha Orientadora Prof.(a) Dr(a) Suzana Maia. Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa, através do Programa CAPES – Entre Mares. Agradeço a minha família (Vós, Mãe, Tios, Tias, Filha, Irmão, Primos) que sempre me deram força para continuar seguindo firme nesta caminhada árdua e de conflitos. Família que tive, durante a pesquisa e escrita da dissertação, um enorme medo de perdê-los para covid-19. Medo que me paralisava! Agradeço também, ao meu amor/companheira Samira pelo todo amor e paciência que teve comigo.

Enfim... agradeço todas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, foram portos seguros e espaços de acolhimentos ao meu Ser nesse processo de escrita/construção da dissertação. Gratidão de coração!!

Minhas condolências a todos que perderam seus entes queridos para covid-19! Seguimos na luta e na (re)existência! Vamos esperar!!

“Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resistimos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. Queremos combater o capitalismo e sua lógica excludente. Pretendemos construir um projeto popular para o Brasil e contribuir para as transformações mais amplas da sociedade. Para cumprir nossa missão estamos articulados com outros movimentos campesinos no Brasil. Integramos a Via Campesina e a Assembleia Popular.”

(Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras -MPP)

RESUMO

Em agosto de 2019, o país foi impactado com o aparecimento de manchas de óleo ao longo da faixa litorânea do Nordeste do Brasil. Na Bahia, as primeiras manchas chegaram no início de outubro do mesmo ano, e os Pescadores e Pescadoras artesanais, articulados em redes de movimentos sociais, foram responsáveis por diversas manifestações, denúncias e enfrentamento político. Nesta dissertação, investigamos os impactos socioambientais e econômicos causados pelo desastre do derramamento de óleo em Canavieiras/Ba, examinando como a incidência dos impactos se dá de forma desigual entre homens e mulheres da pesca, tendo o gênero enquanto elemento norteador das análises. Objetivou-se identificar as formas de organização e as estratégias de resistência, tendo como foco principal da pesquisa as lideranças da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia. Uma vez que grande parte da pesquisa foi realizada durante a Pandemia de Covid 19, procedeu-se a uma pesquisa qualitativa, a partir de um conjunto de métodos como a Netnografia e a Etnografia presencial, com acompanhamentos de *lives*, redes sociais e entrevistas semiestruturadas, feitas de forma online e presencial. Esta pesquisa busca dar visibilidade às denúncias apresentadas, tanto pelas comunidades atingidas quanto pelas organizações parceiras, a partir das vozes de resistência oriundas das lideranças.

Palavras-Chave: Derramamento de óleo, Desastre; Impactos Ambientais; Gênero, Articulações; Resistências.

ABSTRACT

In August 2019, the country was impacted by the appearance of oil slicks along the coastline of Northeast Brazil. In Bahia, the first spots arrived at the beginning of October of the same year, and artisanal fishermen and fisherwomen, articulated in networks of social movements, were responsible for several manifestations, denunciations and political confrontation. In this dissertation, we investigate the socio-environmental and economic impacts caused by the oil spill disaster in Canavieiras/Ba, examining how the incidence of impacts occurs unevenly between men and women in fishing, with gender as a guiding element in the analyses. The objective was to identify the forms of organization and strategies of resistance, with the main focus of the research being the leaders of the Women's Network of Extractive Fishing Communities in Bahia. Since a large part of the research was carried out during the Covid 19 Pandemic, qualitative research was carried out, based on a set of methods such as Netnography and Ethnography in person, with monitoring of lives, social networks and semi-structured interviews, done online and in person. This research seeks to give visibility to the complaints presented, both by the affected communities and by partner organizations, based on the voices of resistance coming from the leaders.

Keywords: Oil Spill, Disaster; Environmental impacts; Gender, Joins; Resistances.

LISTA DE SIGLAS

AMEX	Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONFREM	Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
EIRD	Estratégia Internacional para Redução de Desastre
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GAA	Grupo de Acompanhamento e Avaliação
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras
PARNA	Parques Nacionais
PDCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PNC	Plano Nacional de Contingência
RESEX	Reserva Extrativista
RGP	Registro de Pescador Profissional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
UC	Unidade de Conservação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Localização da área de estudo.....	41
Figura 2 – Fazendas de Camarão.....	46
Figura 3 – Primeira reunião de criação do Grupo Pró-RESEX.....	58
Figura 4 – Passeata contra a RESEX.....	60
Figura 5 – A Rede de Mulheres em assembleia (2017).....	62
Figura 6 – A Rede de Mulheres na comemoração dos 12 anos da RESEX.....	63
Figura 7 – Criança contribuindo na limpeza do óleo/petróleo.....	67
Figura 8 – Vazamento de petróleo no Delta do Rio Níger, Nigéria: trabalhador com o corpo sujo de petróleo, 2013.....	70
Figura 9 - Imensa mancha de petróleo no mar da Costa dos Corais, Alagoas, 2019.....	71
Figura 10 – Tabela de Monitoramento do Petróleo nas praias de Canavieiras/Ba.....	73
Figura 11 – Mancha de petróleo na praia de Canavieiras/Ba.....	77
Figura 12 –Manchas de petróleo na comunidade de Puxim da Praia.....	78
Figura 13 – Tonéis lotados e pessoas cobertas de óleo/petróleo.....	79
Figura 14 – Homem com as luvas cobertas de óleo/petróleo.....	83
Figura 15 – Mulher retornando da pesca.....	84
Figura 16 – Avisos nas praias de Canavieiras.....	86
Figura 17 – Mulheres fazendo limpeza da praia em Puxim, Canavieiras/Ba.....	89
Figura 18 – Mulheres indo fazer a limpeza do petróleo em Puxim do Sul, Canavieiras/Ba...	93
Figura 19 – Pescadoras saindo para limpeza das praias em Canavieiras/Ba.....	101
Figura 20 – Ações estratégicas nas redes sociais da Campanha Mar de Luta.....	104
Figura 21 – Identidade visual da Campanha Mar de Luta.....	106
Figura 22- Cards da live de lançamento da Campanha Mar de Luta.....	110
Figura 23 – Card da <i>live</i> Dois anos do crime do petróleo.....	113
Figura 24 – Registro da mobilização da Alvorada da Resistência.....	115
Figura 25 – Card convocatória para o tuitaço.....	115
Figura 26 – Print tirado do vídeo denuncia e depoimento da Campanha Mar de Luta.....	116
Figura 27 – Lambes selecionados da Campanha Mar de Luta.....	118
Figura 28 – Identidade visual do S.O.S Manguemar Canes.....	119
Figura 29 – Limpeza da maré na comunidade de Puxim do Sul.....	125
Figura 30 – Barreira de contenção permanente produzida com rede de pesca.....	126
Figura 31 – Boletim S.O.S Manguemar Canes compartilhado nas redes sociais.....	129

Figura 32 – Ato público da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.....	131
Figura 33 – Manifestação em defesa das pescadoras e pescadores de Canavieiras.....	133
Figura 34 – Lideranças no ato em defesa das pescadoras e pescadores de Canavieiras.....	135
Figura 35 - Lideranças da Rede de Mulheres.....	139
Figura 36 - Lideranças da Rede de Mulheres em momento de acolhimento.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Inserção no Projeto Entre Mares e Projeto Inicial	17
Revisão Teórica	21
Metodologia	32
Capítulo 1 – Caracterização e histórico da área de estudo.	40
1.1. Características e Breve Histórico da ocupação.	40
1.2. Perfil Socioeconômico e Educacional	44
1.2.1. Trabalho e Renda	44
1.2.2. Principais atividades econômicas	45
1.2.3. Educação	48
1.2.4. Infraestrutura	48
1.3. Atividades Pesqueiras e estrutura das comunidades afetadas	49
1.3.1 Comunidades e Atividades pesqueiras	50
1.3.2. Oiticica e Puxim do Sul	50
1.3.3. Puxim da Praia	51
1.3.4. Barra Velha	52
1.3.5. Sede do Município	53
1.3.6. Atalaia	53
1.3.7. Campinhos	54
1.4. Organizações comunitárias de luta pela manutenção dos territórios	55
1.4.1 Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras	55
1.4.1.1. Processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras	57
1.4.2. A Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX)	61
1.4.3. A Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia	62
Capítulo 2 – O Desastre: O crime do derramamento do petróleo	67
2.1 – Desastres e crimes causados por derramamentos de petróleo	67
2.2 – Trajetória do Desastre/Crime na Costa Brasileira	70
2.3 - Impactos Socioambientais do Desastre/Crime em Canavieiras/Ba	76
2.3.1 – Impactos ambientais	77
2.3.2 - Impactos à saúde dos pescadores e pescadoras artesanais	79
2.3.3 – Impactos a soberania e a segurança alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais	83
2.3.4 – Impactos ao turismo	85
2.4 – Impactos sobre as mulheres da pesca e extrativistas de Canavieiras/Ba	89
Capítulo 3 – A Resistência: as estratégias de lutas comunitárias frente ao desastre/crime do óleo/petróleo	101

3.1 – Reflexões sobre o uso das Redes Sociais enquanto estratégias dos Movimentos Sociais.	101
3.2 – Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo.	104
3.2.1 – Lives	106
a) Lançamento da Campanha Mar de Luta	106
b) Live “Dois anos de crime do petróleo”	109
3.2.2 – Alvorada da resistência	113
3.2.3 – Tuitaço	115
3.2.4 – Vídeos	116
3.2.5 – Construção de Lambes	118
3.3 – S.O.S Manguemar Canes	119
3.3.1 – Estratégias de mobilização, contenção e limpeza organizadas pelo S.O.S Manguemar Canes.	122
3.3.2 – Estratégias de comunicação e visibilidade da luta	128
3.4 – Protagonismo das mulheres da pesca e extrativistas de Canavieiras frente ao desastre/crime do derramamento do óleo/petróleo.	130
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	143
ANEXO A	153
ANEXO B	154
ANEXO C	155

INTRODUÇÃO

Os últimos anos no Brasil foram caracterizados por ocorrências de desastres socioambientais de grandes proporções. Embora os conflitos socioambientais tenham origens históricas anteriores a este século, originadas com o projeto colonizador, o que o Brasil tem vivido nos anos recentes chama atenção pela confluência e pela força destrutiva de episódios trágicos. Após um início de ano marcado pelo rompimento da barragem de Brumadinho Córrego do Feijão (janeiro de 2019), operada pela Companhia Vale do Rio Doce, cujo resultado foi o de mais de 330 pessoas mortas e muitas outras que seguem desaparecidas em Minas Gerais, o país foi impactado, em agosto do mesmo ano, com o aparecimento de manchas de petróleo ao longo da faixa litorânea do Nordeste do Brasil, adentrando diferentes rios, mangues e estuários.

A investigação da causa responsável foi realizada pela Marinha, cuja primeira hipótese foi um vazamento de navio offshore que conduzia petróleo e que pode ter havido vazamento acidental ou proposital. Em dezembro de 2021, depois de mais de dois anos, a Polícia Federal concluiu a investigação sobre o desastre/crime do derramamento de petróleo e indica que o navio NM Bouboulina, de bandeira grega, foi responsável pelo vazamento e que a empresa Delta Tankers, sendo que o comandante Konstantinos Panagiotakopoulos e o chefe de máquinas Pavlo Slyvka deixaram de comunicar às autoridades o lançamento do material no oceano. Ao divulgar o resultado da investigação, apontou-se que houve um dano mínimo de R\$ 188 milhões para o governo federal, que ainda elabora um laudo do valor total considerando outros fatores como o prejuízo às comunidades pesqueiras e ao turismo. O desfecho das investigações foi frágeis segundo as lideranças, que questionam também a afirmação dos danos ao governo federal, sendo que *“os principais afetados foram os pescadores/as os protagonistas do enfrentamento ao derramamento do petróleo em seus territórios tradicionalmente ocupados e em contatos diretos”* (Andreia Gaivota, CPP/BA, 2021).

As primeiras ocorrências foram registradas nos estados de Pernambuco e Paraíba. Até o final de novembro de 2019, as manchas já haviam alcançado todos os estados da região, compreendendo mais de 400 localidades, posteriormente, atingindo o Espírito Santo e o litoral norte do Rio de Janeiro. Portanto, é um evento de enorme extensão geográfica, gerando graves danos ambientais e impactando as condições de subsistência de inúmeros grupos populacionais que dependem da pesca e do turismo. Embora haja no Brasil, desde 2013, um Plano Nacional

de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional¹ (Decreto Nº 8.127, de 22 de outubro de 2013), nenhum plano consistente foi executado e/ou acionado da forma proposta.

A extensão da área contaminada pelo derrame de petróleo coloca esse evento como o maior desastre envolvendo petróleo cru do Oceano Atlântico Sul. A gravidade, a duração e a extensão dos impactos ainda são imensuráveis pela ciência, mas já se evidenciam efeitos de enorme severidade sobre a vida de pescadoras, pescadores, marisqueiras, catadoras, quilombolas, ribeirinhos/as, agricultores/as e outras pessoas que têm a reprodução da vida em simbiose com os mares, rios, mangues e territórios tradicionais pesqueiros (FUNDAJ², 2020).

As economias locais foram afetadas, pois a procura por pescado diminuiu consideravelmente, tornando a renda das populações locais menor no período e desta forma acentuando ainda mais a marginalização dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) das regiões impactadas pelo derramamento do petróleo (Soares et al. 2020). Outra consequência é que as famílias que compõem as comunidades consumiram peixes e crustáceos contaminados por falta de alternativa de alimentos. O setor de turismo também foi muito afetado, porque os clientes que haviam feito suas reservas em hotéis e pousadas cancelaram as mesmas, e, por consequência, restaurantes e quiosques também tiveram uma queda na procura pelos serviços, com grande número de trabalhadores sendo demitidos dos seus empregos, (FUNDAJ, 2020). A saúde das pessoas que tiveram contato com o hidrocarboneto, muitas das quais participaram ativamente da limpeza das praias e do mar foi afetada, causando dermatites na pele dos indivíduos. Além disso, o petróleo cru contém substâncias tóxicas como o Benzeno que é cancerígeno a longo prazo. Outro problema é a destinação que esse petróleo bruto pode receber, pois o descarte incorreto pode gerar outras áreas contaminadas (Araújo et al. 2020).

Na Bahia, as primeiras manchas chegaram no início de outubro de 2019, e as ações foram realizadas sem um comando unificado. Os pescadores não participaram diretamente do comando unificado, mas pesquisadores da pesca artesanal, que atuaram junto aos pescadores, estavam presentes. Tal participação pode ser considerada positiva, visto que servia como um espaço para troca de informações e deliberações. Foi na Bahia onde se verificou os maiores avanços de coordenação do voluntariado. Foram recolhidas 460 toneladas no estado (FUNDAJ,

¹ O plano fixa responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes, procedimentos e ações, com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública.

² Fundação Joaquim Nabuco.

2020). Importante salientar que ainda continua aparecendo manchas de petróleo nas praias e comunidades atingidas.

Algumas áreas, por terem sido impactadas depois, tiveram mais tempo de organização. No Sul da Bahia, pescadores criaram junto com voluntários, servidores públicos e organizações da sociedade civil um movimento denominado S.O.S Manguemar Canes para agir frente a iminência da chegada do petróleo na Resex Marinha de Canavieiras (SOARES et al, 2020a). O objetivo foi criar um plano de emergência caso o petróleo lá chegasse. Dividiram-se em equipes, levantaram material necessário e estabeleceram a chegada do petróleo em Ilhéus (ao Norte) como marco zero da chegada para Canavieiras, ou seja, se chegasse a Ilhéus chegaria também a Canavieiras, distante 120 km daquele município. O funcionamento do grupo se deu a partir de reuniões e comunicação por celular.

Os Pescadores e Pescadoras organizados e articulados em redes de movimentos sociais, foram responsáveis por diversas manifestações, denúncias e enfrentamento político. Eles cobraram medidas cabíveis com agilidade que o caso merecia ao Governo Federal, aos Estados e as Prefeituras. Cobraram, especialmente, que fosse dada maior transparência ao caso (FUNDAJ, 2020). Em 30 de agosto de 2020, quando a maior tragédia socioambiental do Brasil completou um ano – sem respostas dos poderes públicos por meio de ações capazes de reduzir e enfrentar os efeitos nefastos desse crime sobre o ambiente e as comunidades pesqueiras artesanais, que tiveram seus dramas socioeconômicos oriundo do petróleo agravados ainda mais pela pandemia do novo coronavírus –, foi lançada a Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo. A Campanha Mar de Luta é uma iniciativa de Movimentos Sociais de Pescadores Artesanais e de organizações de defesa dos Direitos Humanos e Socioambientais, com o objetivo de trazer à sociedade informações sobre os impactos que as comunidades pesqueiras estão sofrendo, além de reivindicar respostas e reparações do Governo (MANIFESTO CAMPANHA MAR DE LUTA: JUSTIÇA SOCIAL AOS POVOS DAS ÁGUAS, 2020).

Ainda como consequência da pressão dos movimentos organizados de pescadores e pescadoras artesanais, de movimentos ambientalistas e de organizações por Direitos Humanos, foi instaurada a CPI do Óleo na Câmara dos Deputados Federal, em novembro de 2019, que foi encerrada numa explícita manobra dos/as deputados/as da base governista em março de 2021. O silenciamento sobre as dimensões e impactos dessa crise parece repetir o que aconteceu no auge do derramamento, no ano de 2019, quando houve um atraso de quase um mês na divulgação do crime pelos veículos de comunicação, como demonstrado pela pesquisa Vozes Silenciadas, realizada pelo Intervozes (2020). Os pescadores e pescadoras artesanais também

continuam sendo ignorados e os impactos no meio ambiente e na saúde dessas comunidades continuam desconhecidos. Essa postura abre brecha para que novos desastres aconteçam, encontrando as comunidades vulnerabilizadas e o Estado despreparado para o seu enfrentamento.

Diante da complexidade em que se encontra a realidade ambiental e pesqueira no Brasil, esse desastre é considerado um dos maiores problemas/crimes já acometidos à biodiversidade (MAGRIS, 2020), à qualidade de vida (ARAÚJO *et al.*, 2019) dos que dela dependem e às atividades econômicas (SOARES *et al.*, 2020b). Esse é mais um impacto que vem a somar com históricos problemas: poluição, especulação imobiliária, monoculturas, turismo de massa, entre outros. Em relação às comunidades pesqueiras, surge alerta quanto aos impactos à saúde, segurança alimentar e socioeconômica, após uma declaração de continuar ingerindo peixes (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Inserção no Projeto Entre Mares e Projeto Inicial

No final do ano de 2019 participei da seleção para aluno regular do mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFRB, sendo selecionado para turma 2020.1, iniciando as aulas em março de 2020. O tema da minha pesquisa era “Atuação da Articulação Quilombola e Pesqueira Subaé frente aos conflitos socioambientais no Recôncavo da Bahia”. Este estudo tinha como objetivo investigar os conflitos socioambientais que indicavam casos de Racismo Ambiental em Comunidades Tradicionais (Pesqueiras e Quilombolas) do Recôncavo da Bahia, assim como, compreender como se dão as estratégias de enfrentamento e mobilização de rede de movimentos sociais em torno da Articulação Quilombola e Pesqueira Subaé, em busca por Justiça Ambiental. Mas no início do semestre fui convidado pela Professora Dra. Suzana Moura Maia, professora do PPGCS/UFRB e uma das Coordenadoras do projeto aprovado no edital emergencial do programa CAPES – Entre Mares, para fazer parte da pesquisa do Entre Mares.

O convite se deu, exatamente, pela aproximação temática, pelos anos de diálogo com as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas; pela atuação enquanto pesquisador/militante; e, pela parceria com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP). Desde a graduação tenho pesquisado sobre comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas e as suas articulações em redes de movimentos sociais. No Bacharelado em Ciências Sociais pela UFRB, o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com a orientação da Prof.(a) Dr.(a) Suzana Moura Maia, teve como tema “*No Rio e no Mar Pescadores e Quilombolas na Luta:*

um estudo antropológico sobre a articulação quilombola e pesqueira Subaé”. Este estudo teve como objetivo investigar as estratégias metodológicas e organizacionais da Articulação Quilombola e Pesqueira Subaé, com vistas a compreender a relação entre os processos de mobilização, organização política, atuação em rede de movimentos sociais e a configuração de uma identidade coletiva e individual. Mas foi a partir do meu estágio no Conselho Pastoral da Pesca (CPP), que tive a grande aproximação com o mundo dos povos e comunidades tradicionais. Com esta experiência foi possível conhecer de perto as realidades dos/as Pescadores/as e Quilombolas da região, bem como, os conflitos socioambientais existentes. Como militante e parceiro, tenho compartilhado com as lideranças formas e estratégias de luta, na perspectiva de rede de movimentos sociais. Vale observar que, enquanto articulador, tenho estabelecido um profícuo diálogo entre as lideranças do MPP e a UFRB. Nesse escopo, tem sido de grande relevância a parceria firmada com o grupo de pesquisa e estudos “Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia” (MITO) – o qual faço parte desde o início -, buscando consolidar redes de confianças e espaços de convergência permanente entre a Universidades e o movimento social, possibilitando a efetivação da pesquisa militante³.

Em novembro de 2019, por pressão dos movimentos sociais da pesca organizados, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tornou público o edital de seleção emergencial “CAPES – Entre Mares⁴”, convocando interessados a apresentarem propostas de projetos. O Programa CAPES -Entre Mares é uma iniciativa da CAPES diante do desastre ambiental gerado pelo derramamento do petróleo no litoral brasileiro e da demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) criado no

³ A pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, investigações que envolvem produção de conhecimento, ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis (BRINGEL, 2016; VARELLA, 2016; FALS BORDA, 1973).

⁴ Segundo o edital emergencial nº 26/2019 do Programa CAPES – Entre Mares, os objetivos específicos são:

- a) Apoiar, com recursos de custeio e bolsas de formação de recursos humanos, projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que possam contribuir efetivamente para o monitoramento, a contenção, o processamento dos resíduos encontrados no território nacional ou para a minimização das consequências do derramamento de óleo identificado em agosto de 2019 nas praias brasileiras;
- b) Apoiar, com recursos de custeio e bolsas de formação de recursos humanos, os programas de pós-graduação que possuem linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa já em andamento nas temáticas correlacionadas à finalidade de combater ou analisar o impacto do derramamento de óleo identificado em agosto de 2019 nas praias brasileiras;
- c) Estimular iniciativas de inovação nas áreas contempladas neste edital, promovendo o desenvolvimento de projetos, processos, e sistemas inovadores que potencializem transferência de conhecimento da academia para a sociedade;
- d) Contribuir para o fortalecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* no País.

âmbito do Plano Nacional de Contingência (PNC) para gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre. O GAA é formado pela Marinha do BRASIL (MB), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA). O edital emergencial teve como objetivo apoiar programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que possuíam em suas linhas de pesquisa temas correlacionados à finalidade de combater, analisar o impacto e propor soluções para o derramamento de óleo identificado em agosto de 2019.

A partir do conhecimento do edital emergencial Programa Capes – Entre Mares e da necessidade de contribuir com os pescadores e pescadoras afetados/as pelos impactos socioeconômicos e ambiental do derramamento do petróleo em suas comunidades tradicionalmente ocupadas, professoras e professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), submeteram um projeto “Impactos Socioeconômicos e Estratégias de Resiliência em Comunidades Pesqueira do Sul da Bahia”, que foi selecionado.

Tal projeto tem como proposta analisar os impactos socioeconômicos do derramamento de petróleo em comunidades pesqueiras do sul da Bahia, mais particularmente no município de Canavieiras, tendo como principal escopo identificar os fatores que determinam os riscos de desastres socioambientais, assim como a capacidade de prevenção e construção de estratégias de resiliência e recuperação dos grupos sociais afetados, a partir da elaboração de instrumentos de monitoramento que contribuam na capacidade de resiliência das comunidades pesqueiras. O projeto inicial estabeleceu também como objetivos: construir uma matriz interdisciplinar de monitoramento para apreender os impactos nos diversos setores da economia local e na vida cotidiana dos diversos trabalhadores afetados; elaborar a partir de rodas de conversa com a comunidade e de audiências com representantes do setor público, ações capazes de dirimir o impacto sobre as localidades e suas populações; identificar e expandir acesso as redes sociais, governamentais e não governamentais, que possam contribuir para estratégias de recuperação das cadeias produtivas e comercialização dos pescados; e estimular políticas de restauração e conservação dos ambientes afetados pelo petróleo, levando em consideração os saberes locais e as especificidades de ecossistemas locais, como o manguezal.

Metodologicamente, pretendia-se que a pesquisa fosse desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, composta de Geógrafos, Antropólogos, Sociólogos, Economistas, Biólogos e Profissionais da Saúde Coletiva, considerando dois níveis de análise: um em escala do município como um todo, e outro, que se concentra nas comunidades pesqueiras situadas na

Resex Marinha de Canavieiras. Para os dois níveis seriam adotadas estratégias qualitativas e quantitativas, envolvendo o levantamento, sistematização e análise de dados primários e secundários. Foi pensado também o georreferenciamento das principais áreas afetadas pelo petróleo, com a colaboração da Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), em virtude de sua implantação no Estado e até em escala nacional, facilitando a divulgação e a concretização das estratégias de resiliência ao longo da costa.

Após o convite feito pela Prof.(a) Dr.(a) Suzana Moura Maia, refleti e acabei aceitando o desafio, mesmo apreensivo com esta nova pesquisa, a ser realizada numa nova comunidade e nova realidade, pois não tinha nenhuma relação com a comunidade e nem com as lideranças locais. Tive um tempo para adequar a minha pesquisa com esta novidade e adequar com a pesquisa do Programa CAPES – Entre Mares. Nesse processo de adequação, tive que fazer uma revisão bibliográfica sobre desastre e um estudo prévio sobre a realidade da comunidade estudada – Canavieiras/BA. Foi um processo de mergulho numa nova realidade e, no final da revisão bibliográfica e de um intenso estudo sobre a realidade local da comunidade estudada, consegui a adequação ao projeto e construção de possibilidades de uma pesquisa potente. Mas em março de 2020, com o advento da pandemia, tudo foi paralisado, obrigando-me a repensar todo o projeto novamente e tentar ficar vivo diante de tantas mortes e descaso do Governo Federal. Tive que dividir o pensamento entre a pesquisa e a necessidade de ficar vivo, a possibilidade de fazer uma pesquisa nesse “novo normal” de caos e as preocupações com os entes queridos – medo de perdê-los. Foram e ainda continuam sendo momentos complicados para se fazer uma pesquisa, de continuar vivo e de ter esperança.

Diante das dores e das incertezas, a pesquisa foi se construindo com mudanças e adequações a partir da realidade caótica que vivemos na atualidade. Foi sendo lapidada com mágoas, medos, frustrações, sangues e com a necessidade da conclusão. Tendo que levantar todos os dias e lutar contra a vontade da desistência. Mas, com todas estas problemáticas (psicológica e físicas) e empecilhos, a pesquisa foi caminhando e tomando forma, com passos lentos, no obscuro existencial, mas com resistência. Pedindo, diariamente, ajuda aos Encantados, acreditando no papel importante que esta pesquisa tem para as comunidades pesqueiras. Entendendo a relevância para luta dos pescadores e pescadoras na manutenção dos seus territórios e contribuição para o Movimento dos Pescadores e Pescadoras, busquei força e paciência para continuar com a pesquisa.

Revisão Teórica

Uma leitura dos desastres e conflitos socioambientais na contemporaneidade impõe a necessidade de investigar um leque de situações que indicam capacidades de prevenção e construções de estratégias de resistência das comunidades afetadas. Os desastres causam um alto custo social e econômico às sociedades. Controlando a exposição e adotando novas estratégias para aumentar a resiliência, estes custos podem ser reduzidos. Segundo o glossário da Estratégia Internacional para Redução de Desastre (EIRD) das Nações Unidas, o termo desastre é definido como:

Uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, que ocasiona uma grande quantidade de mortes, bem como danos e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada em responder à situação a partir de seus próprios recursos. (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2009, P. 13-14.)

Quando se trata de desastres é fundamental analisá-los sob uma perspectiva que inclua suas dimensões sociais e as estratégias de transformação das condições que os produzem. Os desastres e suas consequências encontram-se profundamente relacionados à temática das desigualdades, e mais especificamente da vulnerabilidade social. Surgem, portanto, vertentes teóricas e metodológicas que analisam e confrontam as desigualdades, discriminações e o racismo na geração e distribuição socioespacial dos problemas ambientais, inclusive os desastres, tanto no que se refere às suas origens (fase pré-impacto) quanto aos efeitos (fase pós-impacto). Nesse sentido, quanto maior a vulnerabilidade social dos territórios e populações atingidos, maior a dificuldade de se tomar decisões democráticas e maior a gravidade de feridos e mortos. Experiências de autores do campo da Saúde Coletiva no Brasil (PORTO, 2012) sugerem a relação entre certos tipos de desastres e as desigualdades sociais e lutas de movimentos de trabalhadores e populações envolvidas em conflitos ambientais e movimentos por justiça ambiental no país.

Uma perspectiva sociológica dos desastres enquanto laboratórios de análises, para Marchezini e Forini (2019), possibilita a análise das dimensões socioeconômicas da resiliência a fim de compreender, em uma perspectiva micro e macrosociológica, os fatores que contribuem ou dificultam a adoção de estratégias para fazer frente a situações adversas. A compreensão destes fatores é fundamental para o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional frente a desastres, priorizando a qualidade de vida.

As noções de progresso e desenvolvimento eurocêntricas têm como pressupostos o crescimento econômico, carecendo, pois, de uma análise cautelosa, uma vez que essa ideia tem camuflado a exploração e o extermínio de populações subalternizadas desde a colonização. Todavia, sabe-se que durante todo este processo histórico houve resistências dos povos que não se deixavam submeter à homogeneidade imposta pelas forças que se objetivavam dominantes – impondo-lhes algumas baixas a partir de estratégias de resistência.

Historicamente, as regiões afetadas têm sido palco de lutas e reivindicações elaborando formas de resistências por meio de organizações coletivas contra um conjunto de injustiças sociais. Entre os grupos injustiçados e marginalizados – negros, indígenas, quilombolas, pescadores, dentre outros – criou-se estratégias de enfrentamentos organizando-se em diversos tipos de Movimentos Sociais. Por meio de alianças com outros grupos estabeleceram-se Redes de Movimentos Sociais que possibilitaram maior visibilidade às lutas e mobilizações em torno das problemáticas enfrentadas, lançando as bases para a criação de espaços organizacionais de trocas simbólicas e materiais entre os sujeitos políticos. Para Ilse Scherer-Warren (2006, p.31):

[...] as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes e merecem atenção especial. Constituem-se ainda num espaço onde os grupos se articulam a partir de singularidades, seja de identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas de cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p.14).

As redes, de acordo com Mellucci (1996), são constituídas por grupos que se caracterizam em ligação múltipla pela militância, pelo progresso pessoal e solidariedade afetiva como requisitos para atuação. O conceito de redes permite ir além das exigências de delimitação de uma área específica, estendendo a análise para a articulação dos atores sociais. Ainda segundo Mellucci (1996), as redes de Movimentos Sociais são espaços onde os grupos partilham suas experiências de mobilizações e enfrentamentos, além de partilharem singularidades com organizações formais e informais que estabelecem relações com outros grupos e indivíduos em uma área de participação mais ampliada.

É importante falar que o município de Canavieiras, localizado na Região Sul da Bahia, tem sido cenário de incessante espoliação por parte das forças dominantes na região. Ao mesmo tempo, tem registrado historicamente altivez e resistências por parte de povos e comunidades tradicionais ali residentes. Essas comunidades têm estado cada vez mais ameaçadas pelo avanço do capital, a partir da instalação de grandes empreendimentos turísticos e do agronegócio, com projetos já estabelecidos ou em fase de implementação, provocando graves

impactos nas comunidades e no ambiente (CPP, 2016). Estes impactos são consequências da expansão do Neoliberalismo global. Para Maia (2021), o Neoliberalismo Global é muito mais do que um regime econômico, é fundado numa perspectiva de gerenciamento das comunidades e dos seus recursos naturais, estruturado na racionalidade da Supremacia Branca. Explorando a partir da “da hierarquização e subalternização que relaciona, de forma direta, a cor da pele e a origem geográfica, seguindo a perspectiva da evolução social e racialização dos corpos” (MAIA, 2021, p. 372). Nesta perspectiva, os corpos demarcados e racializados são classificados em grupos, enquanto corpos superiores e corpos inferiores, onde os corpos superiores vivem na zona do Ser e, os corpos inferiores, na zona do não-Ser. Uma relação direta entre o racismo e capitalismo.

De acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP (2016), os principais causadores de conflitos socioambientais na Bahia são as empresas privadas, as empresas públicas e os fazendeiros locais. Vale ressaltar que, em alguns casos, as empresas privadas recebem diversos incentivos de bancos públicos e subsídios dos governos locais, estadual e federal para realizarem suas atividades na perspectiva do capitalismo racial neoliberal. Ainda de acordo com Maia (2021), o capitalismo racial neoliberal intensifica na expansão constante do capital em busca de mão de obras, terra e recursos naturais, a serem explorados de forma mais intensiva e com menos custos, e isto se dá com a participação ativa e/ou anuência do Estado.

As características e os modos de vida dessas comunidades são vistos por alguns setores da sociedade como exóticos, pouco evoluídos ou distantes do progresso e do modelo de desenvolvimento dominantes, para os quais estas comunidades são vistas como entraves. A partir desta perspectiva, naturaliza-se a concepção dos espaços que estas comunidades ocupam tradicionalmente, como espaços desertos e vazios e, portanto, disponíveis para a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e empreendimento econômicos. Esses povos tradicionais, são vistos, como argumenta Maia (2021), como excedentes, e, portanto, descartáveis, de ponto de vista do capital. E seus territórios foram eleitos como “zonas de sacrifício” para o crescimento econômico e avanço do neoliberalismo global (ZAGATTO, 2020).

Ao converterem esses territórios tradicionalmente ocupados em “zonas de sacrifício”, os portadores do desenvolvimentismo aplicam uma política que desencadeia sistematicamente o terror psicológico, o adoecimento dos corpos e a morte. Nesse sentido, os territórios em questão não seriam apenas “ambientes enfermos” (Freitas et al. 2012), mas sim “ambientes da morte”. Nesta perspectiva,

[...] o desenvolvimentismo assume o caráter de uma necropolítica ambiental que impõe às comunidades um lugar intermediário entre a condição de sujeitos e objetos, privando-os não apenas de seus direitos constitucionais ou territoriais, mas os obrigando a conviver de uma maneira perversamente *sui generis* com a experiência inexorável da morte (ZAGATTO, 2020, p. 264).

Como sabemos, as comunidades pesqueiras têm sido vítimas do terrorismo de Estado/necropolítica e da política neocolonial de desenvolvimento, representado na instalação de indústrias petrolíferas, na transposição do Rio São Francisco, nos projetos improdutivos do agronegócio, nos complexos industriais, na mineração, na construção de hidrelétricas e termelétricas, na privatização e mercantilização dos territórios tradicionais. O visível projeto de “alguém precisa ser afastado” é vivenciado no território pesqueiro na instalação e implementação de projetos dessa natureza, nos traços do Racismo Ambiental das diversas faces da injustiça ambiental (CPP, 2016).

O território pesqueiro não está deslocado das práticas perversas coloniais e suas heranças de destruição, genocídio, aprisionamentos, criminalização, espancamentos, humilhação e desconfiguração intencional das atividades tradicionais. Essas são algumas das muitas formas de violência que o Estado e as diversas iniciativas privadas têm aplicado nos territórios tradicionais (CPP, 2016). É necessário trazer presente o não dito, o que não se fala, o vivenciado, os olhos em lágrimas de mulheres negras que têm enterrado seus filhos que são vítimas do projeto genocida que vem na bagagem da instalação de empreendimentos nas comunidades pesqueiras. O Estado brasileiro produzindo interruptamente zona de morte. É a efetivação da necrobiopolítica e da “necropolítica ambiental” (ZAGATTO, 2020).

Diante deste contexto, pensar nos conflitos ambientais e nos impactos socioambientais e socioeconômicos nas comunidades tradicionais de Canavieiras-BA implica refletir sobre todo um complexo sistema de reprodução de desigualdades e de exclusão social em que, tanto os benefícios quanto os danos e riscos ambientais, estão injustamente partilhados, decorrentes do avanço do Neoliberalismo Global assim como o Capitalismo Racial, e das Injustiças Ambientais e de Racismo Ambiental (SILVA, 2012).

O conceito de Racismo Ambiental tem seu principal foco na injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem desproporcionalmente os custos sociais causados por danos ambientais. Herculano define Racismo Ambiental como:

[...] o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da

população afetados – negros, indígenas, migrantes, extrativistas, pescadores, quilombolas, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, s/p)

De acordo com diversos autores (BULLARD, 1994; PACHECO, 2008), a origem dos movimentos por Justiça Ambiental (JA) costuma ser relacionada ao contexto dos EUA, com a articulação entre o ambientalismo emergente da época com a luta contra a discriminação racial e étnica presente nos movimentos pelos direitos civis da sociedade norte-americana nos anos 1970 e 1980. Inicialmente o foco foi a discussão sobre a contaminação química acerca da presença de populações negras em regiões altamente poluídas por indústrias químicas ou próximos a áreas de depósito de lixo tóxico, as ‘zonas de sacrifício’. Mas, já em 1991, o movimento se ampliou para além das questões ligadas aos rejeitos químicos e da noção inicial de racismo. A ideia de que esses casos não se restringiam à população negra fez surgir, ainda nos Estados Unidos, o conceito de justiça ambiental (JA), articulando-se com a defesa pelos direitos humanos universais e incorporando outras formas de discriminação além da racial, como classe social, etnia e gênero (BULLARD, 1994; PACHECO, 2008). Portanto, a justiça ambiental deve ser entendida menos do ponto de vista da judicialização dos conflitos e relações sociais, e mais do ponto de vista ético, político, da democracia e dos direitos humanos.

No Brasil, a abordagem da Justiça Ambiental vem sendo desenvolvida com o aporte teórico crítico de autores da ecologia política (MARTINEZ-ALIER, 1992), das ciências sociais (ACSELRAD, 1992) e da saúde coletiva (PORTO, 2012), dentre outros, aprofundando a discussão acerca da invisibilidade de certos grupos sociais e da capacidade de resistência protagonizada por tais grupos. De acordo com os diversos autores, é justamente a capacidade organizativa que permite determinados grupos emergirem da invisibilidade e apresentarem à sociedade suas pautas, transformando situações de injustiça em embates por meio de mobilizações coletivas.

A assunção de bandeiras de luta como da Justiça Ambiental e dos Povos e Comunidades Tradicionais contra os impactos socioambientais e econômicos, causados pelos desastres e pelo Racismo Ambiental, possibilita repensar a organização da sociedade, além de fomentar a emergência de fortalecimento dos Movimentos e Articulações Sociais com este enfoque. Tais movimentos apresentam um enorme potencial, à medida que se articulam inicialmente numa esfera local e se juntam a questões mais amplas, em nível global. Desta forma, os instrumentos de justificação legítima forjados pelas comunidades políticas serão caracterizados pela sua

capacidade de relacionar causas particulares a contextos mais amplos (SILVA, 2012; ACSEELRAD, 2004).

Existem, portanto, conjuntos de ações e movimentos sociais no Brasil, organizados e articulados em redes, pautados nas lutas por justiça ambiental, ainda que sem o uso desta expressão. É o caso do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP) e a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), que têm células organizacionais em Canavieiras, articulando os pescadores/as e os povos extrativistas costeiros marinhos numa perspectiva de luta coletiva a favor da soberania dos territórios pesqueiros. Tais organizações e movimentos sociais resistem contra o avanço do capital, e têm realizado inúmeras ações locais contra a contaminação e a degradação dos espaços de vida e trabalho, agindo, portanto, na contramão do modelo de desenvolvimento neoliberal (HERCULANO, 2008). Assim sendo, visam a proteção, a manutenção e o fortalecimento dos modos de vida das famílias que dependem há gerações do extrativismo pesqueiro tradicional, fazendo parte de um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) estabelecidas no sul da Bahia, no qual predominam as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) e os Parques Nacionais (PARNA). O estabelecimento de UCs vem freando o avanço de pescarias alóctones de maior escala, impedindo o avanço da carcinicultura e, no caso das Resex Marinhas, vêm desencadeando uma mobilização ímpar na região através da formação de conselhos e associações vinculadas à pesca artesanal (MOURA *et al.*, 2009).

É importante destacar que os impactos socioambientais incidem de forma diferente entre homens e mulheres da pesca artesanal, gerando formas de articulações e resistências também específicas a cada gênero. Sabendo-se que “na intersecção de raça, gênero e classe social, são, no interior dos grupos subalternizados, as mulheres que carregam o maior ônus das intervenções do Neoliberalismo Global” (MAIA, 2021, p. 372). Neste sentido, as mulheres da pesca são as que mais sofrem com a degradação tanto social como ambiental em decorrência da acumulação do capital e, mais especificamente, as mulheres negras, que são a maioria na pesca artesanal, têm sofrido formas específicas, e ainda maiores, de exploração.

Uma vasta literatura produzida por feministas negras vem demonstrando, sistematicamente, como as mulheres negras têm sofrido formas de exploração específicas pelo lugar que lhes foi historicamente determinado nas sociedades marcadas pelo escravismo colonial. Relegadas a posições sociais e de trabalho menos valorizadas socialmente, as mulheres negras representam a fração mais empobrecida da sociedade brasileira. (MAIA, 2021, p. 372)

Assim como os Impactos Ambientais, as consequências do desastre interagem com uma variedade de condições preexistentes que são amplificadas quando combinadas. O desastre exacerba o impacto dessa interação e faz com que os grupos segregados em assentamentos precários sejam mais vulnerabilizados e produz resultados mais profundos e prolongados na população atingida. O risco é diferencialmente distribuído entre e dentro das sociedades, por isso, um desastre revela desigualdades do desenvolvimento social que colocam algumas pessoas mais do que outras em condições de risco, devido a sua incapacidade de sobreviver, mitigar e se recuperar dos seus efeitos. Devido ao fato de homens e mulheres utilizarem o território de maneira diversa, de acordo com sua classe, raça, tradicionalidade e gênero, os impactos relacionados aos desastres, afetam de maneira diferente a vida das mulheres e meninas.

Por isso, em situações de desastre essas diferenças, influenciam no impacto, na resposta e na recuperação dos sujeitos e das comunidades, mascarando e minando as habilidades e capacidades das mulheres enquanto indivíduo e grupo. Considera-se, nesta dissertação, assim como Saldanha (2021), que, apesar das mulheres estarem mais vulneráveis ao desastre, elas não são vítimas indefesas. “As mulheres carregam conhecimentos e experiências valiosos na gestão, enfrentamento e mitigação de eventos disruptivos” (SALDANHA, 2021, p. 28).

Gênero, enquanto perspectiva analítica, é essencial para compreender como uma sociedade é estruturada. Apesar das Ciências Sociais historicamente abrigarem estudos que tivessem a mulher como seu objeto, a chegada das mulheres na literatura científica, nos anos setenta do século passado, inicialmente se deu timidamente, como um estudo de “minorias”, com comportamento desviante à regra, distanciando do que é esperado do modelo vigente masculino. A produção científica repercute o impacto social do movimento feminista surgido no fim dos anos 1960 e, a partir de 1978, os estudos sobre mulher ganham espaço na ciência dos países centrais, abrangendo diversas disciplinas e temáticas. A ampliação da comunidade acadêmica na área de Ciências Sociais e a diversificação dos temas e das formas institucionais foram propulsores para o desenvolvimento dos estudos, ocupando as brechas possíveis.

E nos estudos e na ciência dos desastres, gênero é uma dimensão importante, mas pouco estudada, e isso está longe de ser trivial numa sociedade patriarcal. Quando colocados em foco, os estudos são, no geral, produzidos a partir de dados estatísticos da população afetada pelos desastres (quantitativo de mulheres), e não avançam sobre outras dimensões relevantes, como violência, resiliência, capacidade de resposta e mitigação dos desastres. “Desta maneira, se torna cada vez mais fundamental que as mulheres sejam capazes de contar histórias, e assim contribuir para a mitigação de desastres, como para a criação de padrões mais sustentáveis de

desenvolvimento ambiental, econômico e humano”. (SALDANHA, 2021, p.30). No Brasil, se os estudos de gênero já encontram espaço nas agendas de pesquisa de vários programas de pós-graduação, o mesmo não se possa dizer da temática sobre gênero e desastres.

Os estudos de gênero emergiram a partir de um processo de transição de paradigmas, originados pelas transformações sociais que ocorreram no século XIX e ganharam mais espaço a partir dos anos 1960. O termo gênero foi inicialmente utilizado para enfatizar a noção de cultura e desassociar as diferenças entre homens e mulheres, em detrimento ao determinismo biológico. Para Scott (1995):

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

Soihet (1997, p.101) aponta que o termo gênero, foi proposto inicialmente por historiadoras que concebiam a pesquisa sobre as mulheres, como uma alavanca para a transformação dos paradigmas da pesquisa e “acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SOIHET, 1997, p. 101). Os estudos de gênero passaram a defender o fim da oposição binária “masculino x feminino” e o imperativo de não mais se aceitar a construção hierárquica como algo natural, dado. O surgimento dos estudos de gênero, está intimamente imbricado às pautas levantadas pelos movimentos feministas, orientados por um conjunto de reivindicações de direitos e liberdades para as mulheres.

Joan Scott (1995), considera o gênero como uma importante categoria de análise e que pode ser entendida, enquanto as diferenciações sociais e culturais que são atribuídas e vividas por pessoas de diferentes sexos. O gênero se torna, portanto, um elemento recorrente e eficaz para compreender as relações complexas de poder, no mundo ocidental nas mais diversas formas de interação na sociedade. Scott (1995) busca refletir sobre o gênero nas relações sociais e institucionais, já que o gênero por um lado é um elemento constitutivo das relações sociais, organizado de acordo com as diferenças entre sexos e, por outro lado, orienta as relações de poder.

Em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de 1995, Scott dialoga com Michel Foucault e Gilles Deleuze e estabelece uma crítica à ideia iluminista de existência de um sujeito

universal com características biológicas que fundamentam os discursos da dominação masculina. Assim, a autora traz a categoria de gênero, para análise histórica e coloca luz ao caráter relacional, transversal e variável desta categoria. Para Pedro Guedes (2010), quando o conceito de gênero é constatado, as discriminações relativas ao gênero emergem com maior clareza para a sociedade. Portanto, aquilo que era visto com naturalidade, na realidade são construtos das necessidades socioeconômicas próprias de cada sociedade. Ou seja, apesar do corpo ser determinante nas relações sociais, ele não se torna capaz de definir um indivíduo.

Neste cenário de reflexões sobre as teorias feministas e gênero, o artigo escrito por Lélia Gonzalez, em 1988 se torna precursor do feminismo decolonial no Brasil e em outros países da América Latina. A autora, aponta que o feminismo latino-americano perde sua força ao desconsiderar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades desta região do mundo, e discute o conceito da amefricanidade. A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial (CARDOSO, 2014). Trata-se de uma categoria cunhada na década de 1980, que recupera as histórias de resistência dos povos colonizados tanto no contexto da diáspora negra quanto no extermínio da população indígena das Américas, como um mecanismo de visibilidade e valorização da história desses povos violentados pela colonialidade do poder. Esta abordagem tem como objetivo se afastar da influência exercida pelo pensamento europeu e pensar “desde dentro” as culturas, através de análises que priorizam um feminismo afro-latino-americano. Tornando-se uma possibilidade de resgate de uma unidade específica, forjada no interior de diversas sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo e que deve ser valorizada.

Diante das contribuições das reflexões e pesquisas das mulheres sobre gênero e a crescente ocorrência de eventos desastrosos, houve nos anos 1990 o aumento de pesquisas e estudos de caso que analisavam o desastre a partir da perspectiva de gênero, mas apesar disto, o campo de pesquisa de gênero e desastres é considerado relativamente novo e ainda se encontra em desenvolvimento. Segundo Saldanha (2021), Elaine Enarson e Madhavi Ariyabandu, surgem como duas das representantes mais importantes desta área, contribuindo para o fortalecimento dos estudos. As autoras se debruçam sobre a análise da perspectiva de gênero na resposta e reconstrução de comunidades assoladas por desastres. A autora nos informa ainda que em defesa da incorporação da perspectiva de gênero, no desastre, Enarson e Philips apresentam algumas razões que a teoria feminista deve ser lida e integrada aos estudos sobre desastres e na Sociologia do Desastre:

[...] as autoras apontam que a teoria feminista, quando incorporada à sociologia do desastre, encerra a lacuna analítica entre equidade de gênero, vulnerabilidade a desastres e padrões de desenvolvimento global, tanto nos países emergentes quanto em países desenvolvidos. As autoras ponderam que, uma abordagem ampla e política do desastre em junção ao gênero, contribui consequentemente para a mitigação, redução de risco e redução da vulnerabilidade social. (SALDANHA, 2021, p. 59)

Portanto, os atingidos por desastres devem ser considerados sujeitos e não apenas números ou elementos passivos, e desta forma, as pesquisas, assim como as entidades técnicas de gestão de riscos e que coordenam ações de proteção civil, conseguirão ouvir a voz aos atingidos por desastres. Deste modo, torna-se relevante e estratégico, avançar em uma agenda de pesquisa em desastres que esclareçam como as mulheres experienciam os desastres por meio das relações sociais interseccionadas de gênero, raça e classe em uma sociedade. É nesse sentido, que o gênero pode se tornar um elemento norteador nas ações dos sujeitos e coletivos, revelando diferenças importantes e experiências valorosas das concepções feminina e masculina na resposta aos desastres.

Importante destacar que, assim como as pesquisas sobre relações de gênero e desastre, as pesquisas sobre relações de gênero que privilegiam o olhar das mulheres em comunidades de pescadores também são escassas. As incursões de pesquisa são em sua maioria baseadas, ainda, em análises sobre a cadeia econômica da pesca como um todo, em que se privilegia o universo dos homens enquanto trabalhadores que monopolizam a atividade. A não percepção das mulheres nesses espaços sofre críticas por parte de algumas pesquisadoras. Para essas pesquisadoras, a percepção da invisibilização ou um status diferenciado do universo masculino é um exemplo que reforça a afirmação que a pesca artesanal é lugar de homem, mas que reforça, também, a reprodução da ideologia dos próprios pescadores nos pesquisadores. Para Motta-Maués (1999), a invisibilidade chega a ser um mito criado e que vem sendo ratificado por pesquisas até então. Esta autora pontua que:

Sendo a pesca, no país, atividade tradicionalmente exercida pelo homem e, mas, do que isso, sempre pensando (pelos próprios homens membros das comunidades pesqueiras) como domínio essencialmente masculino [...] faz referência à ideia de invisibilização da mulher de modo geral, e daquela que vive em comunidades pesqueiras. (1999, p. 379)

É importante destacar também, são as mulheres da pesca que estão articuladas em redes de movimentos sociais e à frente de muitos dos movimentos de lutas pela defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados, pelos direitos humanos e sociais, pela moradia e de acesso à terra. Se considerarmos as ações conduzidas pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), por exemplo, constata-se que estes

coletivos têm canalizado a luta em defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras como um todo (LEITÃO, 2012). As reivindicações estão além do interesse de uma comunidade ou região específica, uma vez que reivindicam a solução para problemas que são comuns aos coletivos dos pescadores e pescadoras no Brasil, dentre as quais destacamos a elaboração de políticas para o setor pesqueiro, a defesa dos territórios pesqueiros e a proteção dos ambientes de trabalho situados nas zonas costeiras, lacustres, estuarinas e ribeirinhas.

A mobilização e articulações das mulheres da pesca permitiram as mesmas afirmarem sua agência enquanto sujeitos sociais e políticos e conquistarem os espaços de representação política nas entidades dominadas por seus parceiros e denunciar sua invisibilidade na cadeia produtiva da pesca perante o poder público, e em outras esferas da vida social. Um exemplo dos resultados dessa mobilização foi a mudança na legislação pesqueira com a elaboração da Lei nº 11.959/2009, conhecida como a Lei da Pesca, que ampliou o entendimento do conceito de pesca, com a inclusão de várias atividades desenvolvidas pelas mulheres como parte da cadeia produtiva da pesca, que garantiu seu reconhecimento como uma categoria de trabalhadora na pesca artesanal (LEITÃO, 2012). A revisão do conceito de pesca forneceu as bases para reforçar sua identidade como pescadora e sua condição de sujeito político atuando nas instituições de representação da categoria.

Desta forma, as mulheres da pesca contribuem para a criação de políticas públicas que atendem às necessidades desse segmento social. Contudo, elas ainda encontram alguns obstáculos socioculturais que limitam uma maior participação nas esferas de tomada de decisão. Ainda é preciso lutar pelo seu reconhecimento como pescadora profissional, condição para que tenham acesso aos direitos e às políticas públicas de seguridade e previdência, pois ainda encontram resistência para ter seu trabalho reconhecido e valorizado tanto pelos homens que atuam nessa mesma atividade, às vezes lado a lado, quanto pelas lideranças que estão à frente das entidades de representação da categoria, como as Colônias, Sindicatos, Associações e Federações de Pescadores Artesanais e também pelas políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro (LEITÃO, 2012), organizando-se em Movimentos Sociais (Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP) e Articulações de Movimentos Sociais (Articulação Nacional das Pescadoras -ANP).

Considera-se assim como os autores e as autoras referenciadas, que ao realizar uma análise dos impactos ambientais, assim como, os impactos do desastre nos territórios tradicionalmente ocupados, deve-se observar as experiências específicas das mulheres, neste caso da pesquisa as mulheres da pesca, pois ao desconsiderá-las pode-se causar um empobrecimento das análises propostas e da compreensão do todo. Assim, torna-se fundamental que os aspectos de gênero

dentro da organização social e comunitária sejam concebidos, levando em consideração como homens e mulheres experienciam e lidam com os impactos ambientais e com os desastres antes, durante e depois do acontecimento. Além de necessário conhecer as lutas e as formas de resistência empreendidas por elas, no combate das desigualdades políticas, sociais, econômicas, além das estratégias utilizadas na prevenção, mitigação e reparação dos impactos e desastres a partir da perspectiva das mulheres.

Metodologia

No projeto inicial pretendia-se uma pesquisa etnográfica com o deslocamento físico e permanência por um período prolongado nas comunidades do município de Canavieiras, com o intuito de familiarizar-me com as comunidades e lideranças, assim como expandir articulações políticas e de militância com os movimentos sociais local, quando seriam realizadas entrevistas e o trabalho de campo propriamente dito. Com isto, nosso objetivo era dialogar com a Investigação-Ação-Participativa (IAP), pensada como um caminho de reflexão-ação de transformação social que considera a participação dos sujeitos. Este é um movimento de pesquisa e ação participativa que requer uma postura totalmente diferente das práticas mais difundidas pela academia; e dentre às mudanças destacamos: i) a devolução sistemática do conhecimento com compromisso e formação de novos conhecimentos; ii) uma comunicação diferenciada, compreensível e simples; iii) uma comunicação respeitosa e dialógica; iv) o diálogo entre distintos sujeitos, numa soma de conhecimentos acadêmicos e conhecimentos populares; v) um ritmo de trabalho participativo centrado na reflexão-ação, sem arrogância e com humildade, utilizando-se técnicas específicas para a produção coletiva de conhecimento (FALS BORDA, 2013), de fácil compreensão para os mais variados segmentos da sociedade (FALS BORDA, 2013).

No entanto, diante da realidade pandêmica, se fez necessário lançar mão de outros recursos. Foi outro momento de angústia e sofrimento, pois tive que pesquisar sobre métodos de pesquisas que pudessem ser utilizados. Este momento foi desesperador. Pois no início acreditávamos que iria passar logo e o mais breve possível poderíamos estar em campo. O tempo foi passando e ficando mais óbvio a não possibilidade da ida a campo, a não possibilidade do meu deslocamento físico e da não familiarização com a região e com as lideranças. Como dito anteriormente, eu não tinha nenhuma relação com Canavieiras, e nem com as comunidades a serem estudadas e isto foi desesperador. Acreditei que de fato não conseguiria fazer a pesquisa. Esta frustração me fez muito mal. Eu não conseguia pensar noutra saída. Minha mente

e corpo paralisaram. A pesquisa paralisou. Fiquei meses parado e pensando como retomar a pesquisa, quais metodologias utilizar e buscando forças. Foi quando me dei conta de que este não era um problema apenas meu, mas comum a muito outros pesquisadores e antropólogos que se encontravam na mesma situação, e que estavam buscando, assim como eu, outras estratégias de pesquisa, como por exemplo a Netnografia.

Diante do conhecimento deste método, que para mim era novidade, comecei a pesquisar e a estudar mais sobre o mesmo, tentando criar estratégias de como fazer dar certo a pesquisa de forma remota. De início pensei em fazer aproximações das lideranças, para posteriormente fazer entrevistas, através de ligações. Como não conhecia nenhuma liderança local, entrei em contato com um membro do grupo de pesquisa Costeiro da UFBA, que passou alguns contatos de lideranças. Foi uma experiência frustrante. As lideranças não queriam dialogar e nem realizar entrevistas. Quando eu ligava, as pessoas ou não atendiam ou falavam para ligar noutra momento. Eu entendi que eles estavam cansados de falar sobre o mesmo tema com mais pessoas. Além disto, não me conheciam e não tinham aproximação/familiarização comigo, a aproximação e familiarização que apenas a vivência e a convivência no campo conferem. Me vi sem perspectivas. Retornei as leituras e estudos sobre métodos e técnicas de pesquisa a distância, tentando encontrar uma nova saída. Com muita angústia me via novamente na luta de uma retomada. Me via como Sísifo de Albert Camus, num eterno retorno. Me vi novamente sem esperança e pedindo força aos Encantados. Me vi num túnel escuro sem luz alguma. Foi nesse momento de quase “jogando a toalha”, que começaram a se multiplicar *lives* sobre o desastre do derramamento do petróleo e a Campanha Mar de Luta, que foi lançada em 30 de agosto de 2020, com a iniciativa de movimentos sociais de pescadores artesanais e de organizações de defesa dos direitos humanos e socioambientais, com o objetivo de trazer à sociedade as informações sobre os impactos que as comunidades pesqueiras estão sofrendo, além de reivindicar respostas e reparações do governo.

Nesse momento, me alegrei, a esperança retornou aos meus pensamentos e percebi que existia uma possibilidade de poder caminhar com a pesquisa e utilizar as redes sociais enquanto campo de pesquisa, além das entrevistas que foram possíveis realizarem a partir da possibilidade de ida a campo no mês de dezembro/2020 e janeiro/2021. Reanimei-me!! E decidi acompanhar as *lives*, acompanhar a Campanha Mar de Luta, ler e refletir sobre alguns relatórios construídos pelas instituições parceiras (IF's e ONG's) do Movimento dos Pescadores e Pescadoras e acompanhar os sites do coletivo S.O.S. Mangueiras Canes e da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia – que foram movimentos sociais locais que deram visibilidade as estratégias dos pescadores e pescadoras de Canavieiras, denunciavam a

negligência dos governos (Federal, Estadual e Municipal), e que fizeram frente ao derramamento do óleo/petróleo em seus territórios com monitoramentos, contenções e limpezas.

Com esta nova realidade de pesquisa e esperançoso, alguns de nossos objetivos e metodologias foram redesenhados. A atual pesquisa “O Desastre do óleo em Canavieiras/Ba: impactos, resistências e questões de gênero”, buscou compreender: 1. Quais as estratégias de articulação e de resistência, dos homens e mulheres da pesca artesanal, que fazem parte dos movimentos sociais da pesca (MPP, AMEX, S.O.S Manguemar Canes e Rede de Mulheres), frente ao desastre/crime do derramamento do petróleo/óleo em seus territórios, em particular Canavieiras/Ba? e, 2. De que forma os impactos do desastre incidiram sobre as mulheres da pesca artesanal, e como elas desenvolveram estratégias específicas para mitigar seus efeitos?

A partir desses questionamentos, pretendeu-se investigar os impactos socioambientais e econômicos causados pelo desastre do derramamento do petróleo em Canavieiras, assim como a incidência dos impactos de forma desigual entre homens e mulheres da pesca, identificando as formas de organização dos mesmos, as estratégias de resistência local e no ciberespaço e o protagonismo feminino frente ao desastre/crime, tendo como foco principal da pesquisa as lideranças da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia. Assim, se fez fundamental discutir desde as estratégias de resistência, enfrentamento aos impactos socioambientais, até a participação e denúncias _ Offline e Online _ junto ao Estado, para construções de Políticas Públicas específicas, que permitiriam visibilidade das problemáticas e as suas permanências nos territórios tradicionalmente ocupados. Para tanto, pretendeu-se proceder a sistematização e socialização de informações encontradas a respeito dos diversos impactos socioambientais e econômicos identificados nos territórios, dando visibilidade às denúncias apresentadas tanto pelas comunidades atingidas quanto pelas organizações parceiras, a partir das vozes da resistência oriundas das lideranças, ecoadas no ciberespaço de lutas e denúncias (através das redes sociais), construídas pelas articulações tais como: S.O.S Manguemar, Campanha Mar de Luta e Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.

Considerando que as práticas comumente utilizadas nas pesquisas do campo das Humanidades se encontraram impedidas pela crise do *Coronavírus*, fez-se importante refletir sobre as possibilidades de prosseguir ou mesmo iniciar uma pesquisa, ao mesmo tempo acadêmica e militante, enquanto as restrições à circulação estiveram em voga. Diante deste “novo normal”, buscou-se aplicar uma pesquisa qualitativa, um diálogo entre a Netnografia e

algumas técnicas da Etnografia – através de acompanhamentos das lives, redes sociais e entrevistas semiestruturadas nos dois campos que foram possíveis.

Com a Netnografia entende-se a possibilidade de existência de pesquisa no espaço virtual, pois o ciberespaço, através das redes sociais virtuais, propicia o desenvolvimento de ações coletivas dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, que vem, durante a pandemia, construindo espaços de denúncias e visibilidade dos impactos socioambientais e econômicos causados pelo desastre do derramamento do petróleo. Estes movimentos organizados têm desenvolvido capacidade de articulação em redes virtuais, visando o aumento do compartilhamento de conhecimentos e experiências, bem como, o aumento da amplitude da mobilização, da influência, da interlocução em reação as amplitudes do poder e construção de redes de movimentos sociais (AGUIAR, 2007). É uma técnica adaptada da Antropologia, que tem base a Etnografia, ou seja, a exploração de um fenômeno social e cultural particular a partir da observação direta, porém, adequando a observação para comunidades virtuais e culturais emergentes na internet (BARDIN, 1977). Pode ser definida como “uma metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa Etnográficas para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador” (KOZINETS, 2014, p. 62). Como produto, é “um relato através da cibercultura on-line, que informa através dos métodos da Antropologia Cultural” (KOZINETS, 2014, p. 62). Os estudos netnográficos, assim como na abordagem tradicional do método etnográfico, exigem a observância a determinados procedimentos e cuidados. Essa medida é necessária para que a Etnografia não seja tomada como “sinônimo supostamente legítimo para uma mera observação e monitoramento” (AMARAL, 2010, p. 129). É importante ressaltar também que frequentemente a pesquisa que utiliza este método é feita em conjunto com outros métodos de pesquisa, configurada o que Kozinets (2014) chama de “multimétodos”, entendendo-se que a combinação de múltiplas técnicas e materiais de pesquisa pode ser uma estratégia para enriquecer, aprofundar e complexificar uma investigação científica (MITSUISHI, 2007).

Assim, diante das flexibilizações na pandemia, com a possibilidade de viajar, demos início, em novembro de 2021, ao trabalho de campo (vivência intensa de doze dias no município de Canavieiras/BA – engajamento numa experiência de percepções de contrastes socioraciais, culturais e históricas), com aplicações de questionários⁵ e entrevistas semiestruturadas com os

⁵ O questionário foi elaborado e aplicado para pesquisa do Programa Entre Mares e os seus resultados ainda não foram compilados.

pescadores/as, lideranças locais e instituições. Com esta ida a campo/vivência, foi possível conhecer um pouco do campo de pesquisa – sentir e respirar o campo, conversar com as pessoas, entender um pouco do cotidiano_, e mapear outras lideranças para futuras entrevistas e reflexões coletivas sobre o tema pesquisado. Uma segunda ida a campo ocorreu em janeiro de 2021, quando houve maiores aproximações com as mulheres da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.

Nesses momentos de inserção e vivências nos campos, tanto nas comunidades como nas redes sociais (ciberespaço), foi possível entender melhor como se deram as relações e as estratégias comunitárias de enfrentamento ao crime/desastre do óleo/petróleo e as denúncias, assim como, quais foram as pessoas e entidades que participaram e contribuíram com a luta; quais foram as participações dos governos (municipal, estadual e federal), no apoio ou nas construções de políticas públicas; e, saber quais os principais impactos do desastre do petróleo na vida dos homens e mulheres da pesca artesanal.

Desta forma, buscando uma inserção possível nas práticas, vivências de resistência e organizações coletivas em rede de movimentos sociais dos homens e mulheres da pesca artesanal do município de Canavieiras-BA, Online e Offline, lançamos mão a uma série de procedimentos, tais como: a) acompanhamento das *lives* (do lançamento da campanha e a de dois anos de desastre/crime), organizadas pela Campanha Mar de Luta e a *live* organizada pela Teia dos Povos, com o tema “Guerra da Água: o impacto do petróleo na costa brasileira.” – com as participações das lideranças da AMEX, COFREM, Resex Marinha de Canavieiras e da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia; b) acompanhamento das páginas do facebook e do Instagram da Campanha Mar de Luta, S.O.S. Mangue Mar Canes e da Rede de Mulheres, com o intuito de compreender e descrever as estratégias utilizadas em redes sociais para dar visibilidade as problemáticas e denunciar os impactos do derramamento do petróleo; e, c) entrevistas semiestruturadas, presenciais e online, com os pescadores/as, técnico do ICMBIO, AMEX, Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia, SOS Mangue Mar Canes. Ao lançar mão destas diversas estratégias metodológicas, tive como intuito conhecer os agentes sociais e instituições/organizações envolvidos; compreender as estratégias utilizadas para enfrentamento, de forma coletiva, ao desastre/crime do derramamento do petróleo em suas comunidades e as denúncias apresentadas pelas lideranças; e descrever os impactos socioambientais sobre as mulheres da pesca artesanal, a partir das falas e depoimentos das lideranças.

O texto foi estruturado em três capítulos com o intuito de promover uma linha reflexiva capaz de problematizar os objetivos ora frisados. De início o leitor ou a leitora terá o capítulo

que traz o título *“Caracterização e histórico da área de estudo”*, momento onde busco a reflexão e compreensão da organização do espaço regional a partir da análise de dados secundários_ levantados junto aos órgãos estaduais, federais e das literaturas existentes_, assim como dos processos de transformações sociais e políticas positivas desencadeadas pela criação da Resex Marinha de Canavieiras e das organizações Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX) e Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia. Além da literatura existente, contamos também com relatos dos homens e mulheres da pesca artesanal de Canavieiras/BA. Esta etapa teve como objetivo compreender e descrever a realidade do município nas diversas esferas (histórica, social, econômica, física e ambiental), e o processo de desenvolvimento local, que engendrou núcleos / comunidades, bem como a organização do processo comunitário de luta desta população frente aos históricos impactos socioambientais na região. Organizações e comunidades estas, que foram impactadas pelo desastre/crime do derramamento do petróleo e fundamentais no enfrentamento de forma coletiva na contenção e limpeza das áreas afetadas.

No segundo capítulo, intitulado *“O Desastre: O crime do derramamento do óleo/petróleo”*, trago uma reflexão e descrição sobre os impactos socioambientais e econômicos causados pelo desastre do derramamento do petróleo na costa brasileira, em particular, Canavieiras, região sul da Bahia. Apresento também um histórico do desastre (início, principais comunidades atingidas, o tratamento dado pelos meios de comunicações nacionais e as ações, ou inexistências das ações, dos entes governamentais brasileiros), assim como os impactos socioambientais e econômicos sobre os homens e as mulheres da pesca artesanal. Sabendo-se que “na intersecção de raça, gênero e classe social, são, no interior dos grupos subalternizados, as mulheres que carregam o maior ônus das intervenções do Neoliberalismo Global” (MAIA, 2021, p. 372), examina-se como as mulheres da pesca são as que mais sofrem com a degradação tanto social como ambiental em decorrência da acumulação do capital e, mais especificamente, as mulheres negras, que são a maioria na pesca artesanal, têm sofrido formas específicas, e ainda maiores, de exploração. A partir das vozes dos homens e mulheres da pesca artesanal, através das entrevistas semiestruturadas feitas com as lideranças locais (Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX), Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia e SOS Mangue Mar Canes); das leituras e reflexões das cartas de repúdio e denúncias dos movimentos organizados; e, das vivências no campo virtual, acompanhamos refletindo e descrevendo as denúncias e impactos socioambientais apresentados pela Campanha Mar de Luta e pela organização comunitária SOS Mangue Mar Canes, através das lives e redes sociais.

No terceiro capítulo, o qual tem como título *“A Resistência: as estratégias de lutas comunitárias frente ao desastre/crime do óleo/petróleo”*, é feita uma reflexão e descrição das estratégias de resistência e enfrentamento coletivo dos homens e mulheres da pesca artesanal frente ao desastre/crime do derramamento do petróleo em seus territórios tradicionalmente ocupados, dando ênfase no protagonismo feminino. Neste sentido, partimos das vozes angustiadas e de luta/resistência dos pescadores e pescadoras artesanais que fazem parte da Campanha Mar de Luta, do coletivo S.O.S Mangueiras Canes e da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia, apresentadas nas lives, nas cartas de repúdio, nas suas redes sociais e nas entrevistas concedidas no campo em Canavieiras/Ba. Ratifica-se que os espaços de organização social/coletiva/comunitária alinhados às estratégias de lutas, construídas de forma horizontal e democrática, fortalece os vínculos comunitários e de identidades e contribui para a manutenção dos territórios tradicionalmente ocupados; territórios esses que enfrentam diariamente as diversas investidas do capital.

Nas considerações finais, faço uma reflexão sobre os principais impactos socioambientais apresentados pelas lideranças e sobre a importância das comunidades tradicionais organizadas para manutenção/defesa dos territórios tradicionalmente ocupados frente aos desastres/crimes socioambientais e do protagonismo feminino nos movimentos sociais. Além disso, procedeu-se a uma reflexão crítica referente a sobreposição de desastres, riscos e dos impactos socioambientais com a pandemia da covid-19 e as enchentes causadas pelas fortes chuvas em dezembro de 2021, e da continuidade da luta e estratégias coletivas de enfrentamento e sobrevivência aos desastres que se acometem sobre as comunidades, amenizando a situação de insegurança alimentar das famílias afetadas. ALÁFYA!!!

“Somos pescadoras e pescadores artesanais dos mares, lagoas, lagos, rios, açudes, manguezais e barragens. Com rostos indígenas, caiçaras, negros, quilombolas, ribeirinhos e populares. É por meio das nossas redes que o pescado fresco e de qualidade chega à mesa do povo brasileiro, porque somos responsáveis por 70% da produção pesqueira do país.

[...] Estamos ligadas e ligados diretamente com o cuidado e preservação dos estoques pesqueiros e da saúde integral da vida das águas. Nossa história é combinada de resistência, luta e rebeldia. Estamos de pé com remos e apetrechos de pesca na mão contra a política colonial da invisibilidade, nós resistimos e existimos para construir uma nova cultura em que todas e todos são parte da real democracia popular.

[...] Nós, pescadoras e pescadores, nos colocamos em posição de luta por uma vida sem violências contra a mulher e com direitos sociais garantidos. Seguimos em defesa da pesca artesanal, da soberania e segurança alimentar do povo. Estamos em luta! Em defesa das águas, dos manguezais, rios e lagos enquanto patrimônio de nosso povo que precisa de cuidado coletivo.

[...] Somos pescadoras e pescadores artesanais que conhecem os segredos das águas, entre calmaria e tempestade. Isso possibilita o conhecimento popular que tem provocado em nós a profunda necessidade de remar por outros cursos d’água para atracar em um território de liberdade. Um território de sonhos e utopias. Sem opressão e exploração.

[...] Mesmo com todas as tempestades, nossa embarcação segue desbravando para águas mais profundas. Para uma nova cultura com o território e com as pessoas. Esse é o projeto que agora tecemos em nossas redes de pesca e pensar!

Nossa voz segue ecoando entre mar, rios e terra por um projeto popular para o Brasil.”

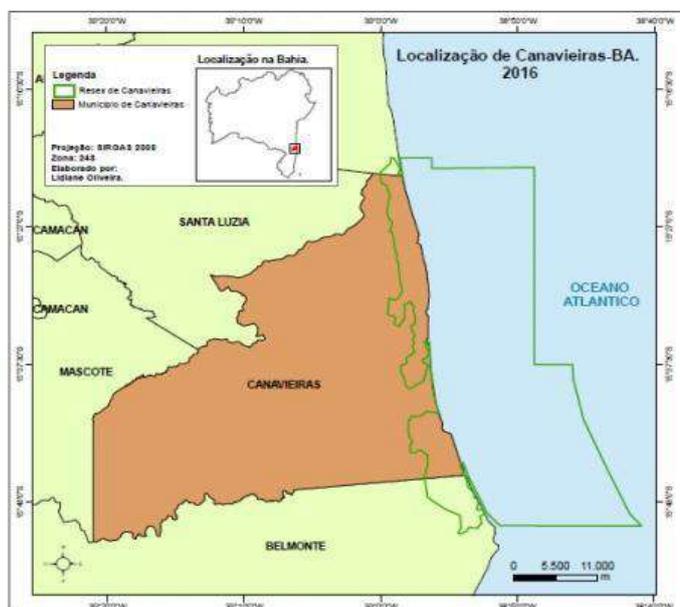
(MPP, Manifesto das Águas: em defesa da pesca artesanal e pela vida.2020)

Capítulo 1 – Caracterização e histórico da área de estudo.

Este capítulo destina-se a reflexão e compreensão da organização do espaço regional a partir da análise de dados secundários, levantados junto à prefeitura municipal, órgãos estaduais (SEI, CRA, BAHIA PESCA), federais (IBGE, IBAMA, ICMBIO), a partir da literatura existente, assim como dos registros históricos de transformações sociais e políticas positivas desencadeadas pela criação da Resex Marinha de Canavieiras e das organizações Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX) e Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia. Esta etapa teve como objetivo compreender a realidade atual do município nas diversas esferas (histórica, social, econômica, física e ambiental), e serviu como base ao entendimento do processo de desenvolvimento local, que engendrou núcleos / comunidades, bem como a organização do processo comunitário de luta desta população frente aos históricos impactos socioambientais na região. Organizações e comunidades estas, que foram impactadas pelo desastre/crime do derramamento do petróleo (apresentados no segundo capítulo) e fundamentais no enfrentamento de forma coletiva na contenção e limpeza das áreas afetadas (apresentados no terceiro capítulo).

1.1. Características e Breve Histórico da ocupação.

Figura 1: Mapa de Localização da área de estudo.



Fonte: OLIVEIRA (2016, p. 15)

Canavieiras é um município localizado na região sul da Bahia, distante de Salvador 520 km, ligada pela BR 101. Segundo o último censo do IBGE em 2010, a população do município é de 32.336 habitantes, com a densidade demográfica de 24,33 hab/km², distribuída da seguinte forma: 25.903 habitantes estão domiciliados nas regiões urbanas e 6.403 habitantes na zona rural. Com o clima úmido e úmido a sub úmido. A pluviosidade média anual registrada é de 1.806,5 mm, com distribuição regular durante o ano. As suas temperaturas médias anuais são em torno de 24°C. A morfologia é composta de planície costeira, tabuleiros e serras. O município é dividido em três distritos – Sede, Ouricana e Puxim do Sul -, e sete povoados – Pedras, Barreiras, Oitica, Puxim de Fora, Barra Velha, Atalaia e Campinhos.

O município de Canavieiras apresenta áreas de transição entre ambientes terrestres e marinhos em áreas costeiras abrigadas em região tropical. Tais áreas representam os manguezais, que, por sua vez, oferecem condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais que servem de base para o sustento das comunidades pesqueiras. É também, uma região propícia para o desenvolvimento da pesca artesanal, que historicamente é praticada pelos povos indígenas da região e continuou sendo exercida após a chegada dos colonizadores portugueses.

O município de Canavieiras possui uma das maiores áreas contínuas de manguezais do Estado da Bahia (Figura 30), superior a 8.000 hectares. Além dos manguezais, existem áreas de restinga, mata ombrófila e áreas úmidas. Estes ecossistemas estão inseridos no bioma de Mata Atlântica, conforme o Decreto Federal nº 750/93, em decorrência da presença de um conjunto de características fisionômicas da paisagem, climáticas e edáficas. Conforme a classificação do relatório de Avaliação e Ações Prioritárias para a Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha (2002), a região apresenta importância biológica muito alta. (MACHADO, 2007, p. 73)

No século XVI, teve início a ocupação da região estimulada pela exploração de madeira, sobretudo o pau-brasil. Após a independência do Brasil, exatamente em 1832, Canavieiras passou a status de vila, sendo conhecida como Imperial Vila Canavieiras, e por volta de 1891, a mesma, conquistou o foro de cidade por um Ato Estadual. A sua composição territorial não foi alterada até 1953, quando, em decorrência de uma lei estadual, foi desmembrado do seu território um Distrito. Em 1963, foram emancipados Camacan, Pau Brasil, Mascote, Una e Santa Luzia, que se constituíram municípios (IBGE, 2010). Nessa região, nos meados dos séculos XIX e XX, a atividade econômica principal era a cultura do cacau, a qual perdurou até a metade dos anos de 1980.

Originada da Vila de São Jorge dos Ilhéus, a Imperial Vila de Canavieiras foi criada por resolução provincial de 09 de maio de 1833 e instalada em 09 de setembro de 1833, e o seu ciclo de desenvolvimento econômico, como de quase todo o sul da Bahia corresponde ao próprio desenvolvimento da lavoura do cacau. Embora não existam registros comprobatórios, estima-se que as primeiras plantações ocorreram ainda no século XVIII. Segundo o jesuíta Joaquim da Silva Tavares, as sementes utilizadas para estas plantações foram trazidas da Província do Pará pelo colono francês Luís Frederico Warneaux, que as deu a Antonio Dias Ribeiro. As sementes foram plantadas às margens do rio Pardo na fazenda chamada Cubículo, próximo à sede do atual município de Canavieiras, no ano de 1746. (MACHADO, 2007, p.46)

O cacau foi o combustível para alimentar a economia de Canavieiras até o meado da década de 1970. Diante da prosperidade e da riqueza associadas a cultura do cacau, a mesma, ficou conhecida carinhosamente como a “princesinha do sul”, vinculando várias atividades e pessoas na sua cadeia produtiva. O volume de dinheiro que circulava localmente era suficiente para manter aquecido o comércio local, propiciando emprego e prosperidade aos moradores de Canavieiras.

Esta atividade vinculava em sua cadeia produtiva um contingente significativo de pessoas, que ocupavam atividades diversas. Desde o trabalho nas lavouras, passando pelo transporte fluvial em pequenas embarcações (o sistema de transporte baseado em estradas era bastante precário até o início da segunda metade do século XX), estivadores, amarradores e marinheiros dedicados exclusivamente ao transporte do produto. (MACHADO, 2007, p.46)

Com a abertura das estradas para escoar a produção pelo porto de Ilhéus, vários empregos foram dizimados – empregos estes relacionados ao transporte e à cabotagem -, levando os armazéns, localizados no porto de Canavieiras, a se verem obrigados, gradativamente, a fecharem as suas portas, elevando o número de desemprego. Somada a esta realidade caótica, houve a proliferação das pragas como a “vassoura de bruxa” que piorou a situação econômica local baseada na monocultura cacauífera (MACHADO, 2007).

Canavieiras, assim como toda a região do Sul da Bahia, passa a enfrentar nos anos de 1990 o declínio da plantação de cacau devido a diversos fatores socioeconômicos e a emblemática influência da vassoura-de-bruxa. A pecuária, por sua vez, passa a ganhar expressão e a pastagem avança, reduzindo as áreas de cacau. Tentou-se amenizar a situação socioeconômica com inúmeras tentativas de salvar as lavouras de cacau, mas também apostando na diversificação da economia com a pesca, a exploração do setor turístico, a atividade agropecuária, a apicultura, a cafeicultura, a silvicultura (cultivo de eucalipto) e a carcinicultura (criação de camarões em cativeiro). (PMMA CANAVIEIRAS, 2016, p. 16)

De acordo com Nascimento e Dominguez (2010), no final do século XX e início do século XXI, as transformações no município tornaram-se mais significativas. Nos anos 1980, houve instalações de novos empreendimentos na região, tais como a expansão da pecuária

seguida dos projetos de plantio de eucaliptos. Cabe ressaltar que as áreas plantadas com eucalipto pela Vera Cruz Florestal Ltda. passaram a ocupar cada vez mais áreas no município de Canavieiras. Assim, esse município por meio de uma lei estadual, em 2002, restringiu a expansão das áreas de eucalipto em seu território, limitando a 20% da superfície do município por tempo indeterminado. A revogação da lei esteve em pauta na Câmara de Vereadores de Canavieiras em 2005. No entanto, não houve consenso entre os parlamentares (NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2010).

Esses projetos/empreendimentos citados acima não conseguiram absorver toda a população remanescentes das lavouras de cacau. Diante desta realidade e problemática, grande parte da população migrou para atividade da pesca artesanal que se tornou uma grande e importante fonte de renda para eles. Limitadas pelas inexistentes possibilidades de trabalho formal, os moradores passaram a se dedicar as atividades extrativistas com maior frequência, com finalidades comerciais e de consumo próprio.

A partir de 2000, surgiram novas perspectivas de investimentos para o município de Canavieiras, tais como a implantação de importantes empreendimentos turísticos, o projeto de construção da rodovia Belmonte-Canavieiras, a instalação dos projetos de carcinicultura e, mais recentemente, a plantação de produtos agrícolas voltados para o programa do Governo Federal de biodiesel. Isso indica transformações econômicas e sociais, como resultado da dinâmica das relações desse município com as economias regionais e nacionais (NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2010).

Contudo, estas atividades desenvolvidas na região com o apoio do Governo Federal, em forma de políticas públicas, principalmente os projetos de carcinicultura e os projetos de desenvolvimento do turismo, tampouco conseguiram absorver a população economicamente ativa, além de causarem impactos ambientais, especialmente ao ecossistema manguezal, o que implica em reflexos diretos na pesca artesanal, criando vários conflitos socioambientais e econômicos na região (MACHADO, 2007).

Observando as literaturas e estudos existentes sobre a Região Sul da Bahia e em especial Canavieiras/Ba, é possível perceber, a partir das indicações das pesquisas, o apagamento da história de africanos, indígenas e seus descendentes na região, e da importância destes para o desenvolvimento econômico enquanto um projeto engendrado pela elite cacauzeira coronelista, composta em sua maioria por homens brancos e influentes politicamente que acumularam riquezas nessas terras (MAHONY, 2001). Esta elite preocupou-se em produzir fontes históricas sobre a região sul da Bahia tomando como referência suas práticas culturais e religiosas embranquecidas (SANTOS, 2015).

1.2. Perfil Socioeconômico e Educacional

É de extrema importância conhecermos o perfil socioeconômico e educacional da população do município estudado e afetado pelo crime/desastre do derramamento do petróleo, para podermos compreender a realidade local, o nível de desigualdade existente e o agravamento das vulnerabilidades e os níveis de impactos negativos possíveis. Como sabemos, a condição socioeconômica das famílias das comunidades atingidas por um desastre ambiental desta gravidade, se agravam ainda mais, impactando profundamente a segurança e a soberania alimentar. Diante desta realidade, trago um resumo do perfil socioeconômico e educacional do município de Canavieiras/Ba, área de estudo desta pesquisa.

1.2.1. Trabalho e Renda

Segundo o IBGE (2010), o salário médio mensal da população de Canavieiras/Ba é de 1,7 salários-mínimos, e, a proporção de pessoas ocupadas em relação a população total do município é de 9,4%. Na comparação com os outros municípios do estado da Bahia, Canavieiras ocupa a posição 240 de 417. Já na comparação com outros municípios do país todo, fica na posição 3754 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o município de Canavieiras tem 46% da sua população nessas condições, o que a coloca na posição 348 de 417 dentre os municípios do estado da Bahia e na posição 2032 de 5570 dentre os municípios de Brasil.

Em relação ao acesso a benefícios sociais, a maioria dos pescadores e pescadoras recebem algum tipo de auxílio do governo. O mais comum, o seguro defeso, concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao pescador de camarão, lagosta e peixes, representa o benefício financeiro de um salário-mínimo para que no período de reprodução dessas espécies não haja a atividade de pesca desses tipos de pescado. Outro é o Programa Bolsa Família que é um auxílio financeiro concedido pelo governo federal às famílias para fomentar a instrução de seus filhos. Segundo MACHADO (2007), os benefícios sociais ocorrem de forma distinta entre as comunidades e a sede do município. Os pescadores do centro da cidade têm no seguro defeso seu principal benefício. “De maneira geral muitos dos pescadores e pescadoras recebem tanto o seguro defeso como o bolsa família” (MACHADO, 2007).

1.2.2. Principais atividades econômicas

A dinâmica socioeconômica de Canavieiras é baseada nas seguintes atividades econômicas: agropecuária, silvicultura, carcinicultura, turismo, pesca e extrativismo. A produção agrícola anual e perene é diversificada e de baixa e média produtividade. Podem-se encontrar culturas agrícolas tais como: fruticultura (banana, mamão, coco-da-baía, dentre outros), cafeicultura e cacauicultura, além de palmito de pupunha e raízes (mandioca). O cacau-cabruca, considerado uma prática de manejo de extremo valor socioeconômico e ambiental, ainda se destaca no município, mesmo com o declínio da atividade nos últimos anos no município e em toda Região do Sul da Bahia.

Cabe um destaque para a cultura do coco, produção que aparece inicialmente no distrito de Puxim do Sul, no início da colonização da região e daí se estende para toda costa. Outra cultura que vem fazendo parte da paisagem é a cafeicultura, produção agrícola apontada no Mapa Falado (PMMA CANAVIEIRAS, 2016, p. 21).

A pecuária bovina e produção leiteira é uma atividade econômica já consolidada no município. Seu modo de ocupação gerou um intenso desmatamento ao longo da história de Canavieiras (PMMA CANAVIEIRAS, 2016). Segundo o PMMA⁶ CANAVIEIRAS (2016), o Censo Agropecuário de 2006, esta atividade representou naquele ano algo em torno de 38,7% dos estabelecimentos agropecuários. Destes, uma parte é dedicada exclusivamente à produção leiteira. Além da bovinocultura, ocorrem no município a criação de aves, búfalos, cavalos e porcos.

O declínio da cacauicultura contribuiu para o enraizamento dos pecuaristas, que encontraram terras desmatadas, para a formação de pastagens, além de terem promovido também o desmatamento para consolidação da pecuária. Atualmente esses atores sociais estão diluídos em todo o município e muitas vezes não exercem somente a atividade pecuária. A organização social que dá suporte aos pecuaristas e acompanha as políticas públicas é o Sindicato dos Produtores Rurais local, organização vinculada a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia e a Confederação Nacional da Agricultura (PMMA CANAVIEIRAS, 2016, p. 21).

A silvicultura em Canavieiras e Sul da Bahia é uma cultura agroindustrial que se inicia a partir dos anos de 2000 e acompanha o mesmo processo que ocorre desde 1980 no Extremo Sul da Bahia com substituição gradativa da cobertura vegetal original por plantio de eucalipto e com a aquisição de terras nos tabuleiros costeiros, gerando vários impactos e conflitos socioambientais. Essa economia agrícola segue os parâmetros do agronegócio e expansão da

⁶ PMMA é o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Canavieiras, produzido pelo Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), em 2016.

economia global, condicionada aos padrões e às estratégias da concorrência setorial e empresarial.

O principal produtor de eucalipto é a Empresa Veracel Celulose. Além desse ator social ativo, por meio do Programa de Fomento Florestal (PFF) da própria Veracel, pequenos e médios proprietários rurais, mais conhecidos como fomentados, passaram a produzir eucalipto para atender a demanda da unidade industrial (PMMA CANAVIEIRAS, 2016, p. 22)

Outra atividade econômica causadora de grandes conflitos e impactos socioambientais é a carcinicultura, que teve grande apoio da prefeitura municipal de Canavieiras e do governo do estado da Bahia, na época o governador Paulo Souto, que foram instalados no entorno dos manguezais, próximo à BA-001, e localizados entre as comunidades de Oiticica e Puxim do Sul e entre Puxim do Sul e Barra Velha (AGUIAR, 2011).

Figura 1 – Fazendas de Camarão.



Fonte: PMMA de Canavieiras (2016).

Quando se iniciou efetivamente a carcinicultura em Canavieiras, a partir de 2003/2004, eram previstos 17 empreendimentos, mais conhecidos como fazendas de camarão, a serem instalados na planície costeira, nos terraços marinhos “holocênicos e áreas úmidas”, com capital financiado pelo Banco do Nordeste. O funcionamento dessas fazendas sempre foi algo polêmico na região e é visto como causa de vulnerabilidade ambiental por diversos pesquisadores, organizações socioambientalistas, movimentos sociais e lideranças das

comunidades tradicionais locais (NASCIMENTO E DOMINGUEZ, 2009). Atualmente estão em operação 14 fazendas.

No caso do município de Canavieiras, as fazendas de carcinicultura não estão respeitando a legislação ambiental e falta o licenciamento de tais projetos. O governo estadual, por meio da Bahia Pesca, fez um estudo de viabilidade econômica, que foi apresentado em uma feira de agronegócio. Assim, doze projetos foram implantados e licenciados pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), sem que a população fosse informada dos impactos dos empreendimentos e sem a realização das audiências públicas previstas em lei. O Ministério Público interferiu, solicitando um estudo de impacto ambiental. As fazendas passaram a produzir por meio de liminar (FIGUEIREDO, 2013, p. 37).

O turismo tem sido uma importante atividade econômica nas últimas décadas no município de Canavieiras em função do centro histórico com edificações coloniais preservado e das belezas dos manguezais cuidados pelas comunidades tradicionais locais. A partir de 2005, passa a atrair estrangeiros, principalmente italianos e portugueses, que tem investido em equipamentos turísticos, ocupando áreas de restinga e pontais arenosos, adjacentes aos manguezais (NASCIMENTO *et al*, 2009).

Em Canavieiras a atividade econômica da pesca é facilitada pela grande extensão da sua faixa litorânea e pelo imenso estuário presente em seu território, e organiza-se para garantir que os produtos alcancem mercados fora do município (PMMA CANAVIEIRAS, 2016). Como exemplo da produção, pode-se encontrar no município pescados e mariscos tais como: robalos, tainhas, entre outros peixes, camarões, caranguejos, pitus, lagostas, dentre outros (AGUIAR, 2011). Aguiar (2011), verificou também que no município de Canavieiras a atividade de pesca caracteriza-se por ser artesanal e organizada pelas comunidades pesqueiras locais, com a produção majoritariamente destinada à comercialização.

A cadeia produtiva da exploração da piaçava é um modo de extrativismo presente historicamente na região, principalmente por moradores dos povoados de Puxim do Sul, Ouricana, Pimenteira e Barreiras. Esses trabalhadores exploram a piaçava em áreas particulares e têm essa atividade como principal fonte de renda. Outras atividades extrativistas desenvolvidas são a pesca de marisco e catação de caranguejo, de forma controlada, na região da Resex Canavieiras. É possível compreender, a partir dos diálogos com os pescadores e extrativistas locais, que a RESEX é um instrumento importante de garantia e manutenção do território tradicionalmente ocupados para o desenvolvimento da atividade econômica dos extrativistas. O extrativismo voltado para pesca traz benefícios às suas populações e ao

município, gera trabalho e renda, e através de programas e projetos dos Governos Federal e Estadual, é possível influenciar positivamente à socioeconomia local (AGUIAR, 2011).

1.2.3. Educação

Segundo o IBGE (2010), a taxa de escolarização em Canavieiras de 06 a 14 anos de idade é de 94,9%. Na comparação com os outros municípios do estado da Bahia, Canavieiras ocupa a posição 393 de 417. Já na comparação com outros municípios do país todo, fica na posição 5043 de 5570. No município, no ano de 2020, tiveram 5.023 estudantes matriculados no Ensino Fundamental. Já no Ensino Médio, do mesmo ano, tiveram 822 estudantes matriculados. Em Canavieiras existem 43 estabelecimentos (escolas) de Ensino Fundamental e 01 estabelecimento (escola) de Ensino Médio para o município todo. Ainda segundo os dados obtidos do IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede Pública), em 2019, era 4,0. Já o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental (Escola Pública), era 3,3.

As comunidades mais distantes da sede do município têm pouco ou nenhum acesso às escolas de nível fundamental e médio. Em algumas comunidades existem apenas uma escola que oferece o ensino fundamental, após a conclusão dessa etapa, as crianças necessitam se deslocar para a sede, a fim de concluir o ensino médio. Há ainda, falta de professor devido à dificuldade de veículos para fazer o transporte da população estudantil, o que leva a um elevado índice de evasão escolar. Muitas crianças desistem de fazer o trajeto diário comunidade-sede-comunidade para concluírem seus estudos, levando-os a uma condição de baixo desempenho escolar, quando a frequentam ou baixo nível de escolaridade pelo desestímulo em continuar frequentando a escola. (MACHADO, 2007).

1.2.4. Infraestrutura

Em Canavieiras existem diferenças na oferta da infraestrutura básica, pois, enquanto na sede todos têm acesso à água potável e tratada, nas comunidades mais distantes da sede não há essa oferta de serviço. Assim, a água utilizada para todas as finalidades é captada de poços artesianos que, em geral, estão localizados nos quintais das casas, e muitas vezes, próximos a locais inadequados como fossas, tornando a água imprópria para o consumo (MACHADO, 2007).

Dados do IBGE (2010) revelam que mais da metade da população não conta com redes para coleta de esgotos e 80% dos resíduos gerados são lançados diretamente nos rios, sem qualquer tipo de tratamento. No Brasil, apenas 33,5% dos domicílios são atendidos por rede geral de esgoto. O atendimento chega ao seu nível mais baixo na região Norte, onde apenas 2,4% dos domicílios são atendidos, seguidos da região Nordeste 14,7%. Essa realidade, apresentada pelo IBGE, não é diferente daquela verificada nas comunidades do município de Canavieiras, tanto no que se refere ao acesso à água tratada, como também com relação à coleta de esgoto, que ocorre apenas na sede do município e nas comunidades próximas a sede. Essa condição infraestrutural observada nas comunidades provoca diversos problemas, sejam para a saúde do pescador e de sua família, bem como na própria higiene e conservação do pescado.

Referente a urbanização e arborização, segundo o IBGE (2010), 84,3% dos domicílios em vias públicas de Canavieiras estão arborizados. E 48,7% dos domicílios urbanos em vias públicas estão adequados (presença de bueiros, calçada, pavimentação e meio fio). Nesta situação, o município quando comparado com outros municípios do estado da Bahia, fica na posição 77 de 417. Já quando comparado a outros municípios do país, sua posição é de 2014 de 5570. Esta realidade de Canavieiras não é muito diferente dos municípios do Brasil.

Embora existam Programas do Governo de acesso à energia elétrica, algumas comunidades ainda não dispõem desse tipo de serviço. Algumas comunidades, para terem acesso à energia elétrica, possuem geradores a diesel e usam sistemas de energia solar. Segundo MACHADO (2007), com a falta deste importante serviço, os pescadores e pescadoras ficam impossibilitados de conservar o pescado e assim obter maiores ganhos na etapa de comercialização, acarretando acréscimo nos custos, obrigando os pescadores e pescadoras a deslocarem o pescado para outras comunidades ou para a sede, a fim de conservar o produto, ou então vendê-lo imediatamente. Essa situação, muitas vezes, restringe os ganhos potenciais do pescador que tem que realizar rapidamente a venda, para que o produto não se deteriore, tornando-o inadequado para o consumo, levando-o a prejuízos financeiros (MACHADO, 2007).

1.3. Atividades Pesqueiras e estrutura das comunidades afetadas

Neste tópico irei apresentá-los um pouco da realidade das atividades pesqueiras de Canavieiras/Ba, além da estrutura e organização das comunidades afetadas pelo crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo. As mesmas comunidades que fizeram frente para limpeza e contenção do óleo/petróleo, de forma coletiva, organizadas na Resex Marinha de Canavieiras,

Associação Mãe da Resex de Canavieiras (AMEX) e da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia (carinhosamente chamada pelas lideranças de Rede de Mulheres), organizações importantíssimas para manutenção do território e da segurança e soberania alimentar dos homens e mulheres da pesca artesanal. Trazer estas reflexões é importante para compreendermos como são estruturadas as comunidades, quais as principais atividades econômicas e o nível de vulnerabilidade.

1.3.1 Comunidades e Atividades pesqueiras

A extensão e a variedade das atividades pesqueiras ao longo de todo o litoral do município de Canavieiras é o resultado de séculos de ocupação, por portugueses e escravizados, mas também da permanência de costumes e técnicas oriundas dos grupos indígenas que continuam existentes na região sul da Bahia. A maioria das comunidades de Canavieiras tem na pesca artesanal a sua principal atividade econômica, seja a pesca de estuário ou marinha. A variedade de mariscos e pescados é muito grande e a sua comercialização é de longa escala, especialmente os peixes de água doce e estuários, sendo o robalo o mais apreciado, além do carapeba, tainha e canguá (FIGUEIREDO, 2013). Com o intuito de monitorar e manter a atividade da pesca sustentável ecologicamente, criou-se um plano de manejo, onde os pescadores e pescadoras preenchem um formulário com as espécies e a quantidade, para poder contabilizar o volume pescado. (SAPUCAIA, 2013).

Quanto à remuneração pela arte da pesca, verifica-se que os preços variam de acordo com o tipo de pescado, origem, volume e poder de barganha entre pescadores e intermediários. Nas comunidades há especialização do trabalho, em função da disponibilidade do pescado, crustáceos, mariscos etc. Os pescadores e pescadoras de cada comunidade de Canavieiras têm técnicas de pesca e comercialização específica.

1.3.2. Oiticica e Puxim do Sul

Oiticica e Puxim do Sul são duas comunidades, vizinhas ao lado da rodovia BA 001, no caminho entre o município de Uma e Canavieiras. Segundo as informações das lideranças, as duas comunidades tiveram origem nos movimentos sociais de luta pela democratização do uso da terra, lá na década de 1970. Ao chegar na comunidade é possível perceber algumas casas de madeira. Mas a maioria das casas são feitas de alvenaria e são próximas uma da outra. Nas comunidades, existem escolas municipais. Os moradores que concluem o ensino fundamental

e pretendem ingressar no ensino médio, se dirigem para sede do município de Canavieiras para estudarem na escola estadual. As comunidades não são contempladas com os serviços de saneamento básico, ficando os moradores expostos aos riscos ambientais enquanto consequência das inadequadas condições sanitárias. A água é encanada, porém não é tratada, pois não é fornecida pela Embasa, foi fruto da mobilização e organização comunitária local, com elaboração de projeto em parceria com a Cáritas. As duas comunidades usufruem da energia elétrica.

As atividades econômicas presentes, mas de pequena escala, são a agricultura e a pecuária, com poucos excedentes para geração de renda, além da pesca artesanal. No limite das comunidades é possível perceber riachos e rios que possibilitam o uso dos recursos pesqueiros do manguezal, tornando a pesca artesanal atividade econômica de maior importância em nível local. Segundo MACHADO (2007), a pesca se consolidou como atividade principal a partir do momento em que a agricultura não mais garantia a sustentabilidade das comunidades, inicialmente localizadas na margem oeste da rodovia. Atualmente, direcionam sua atividade produtiva para captura de camarão e para mariscagem, além da presença de catadores de caranguejos (os “caranguejeiros”), aratu e da pesca com redes e tarrafas. A produção originada da pesca, em ambas as comunidades, é destinada a comercialização. Sendo utilizado para consumo apenas as capturas de baixo ou nenhum valor comercial.

Em Oticica a maioria dos indivíduos voltados à pesca é do sexo feminino, ficando os homens encarregados do trabalho na roça, na pequena fábrica de processamento de polpa de frutas e do trabalho disponível em outras localidades, sempre em caráter agrícola. (MACHADO, 2007, p. 99)

1.3.3. Puxim da Praia

Para se chegar a Puxim da Praia é necessário pegar um barco ou canoa no porto comunitário de Puxim do Sul e seguir pelo rio, entre os manguezais. Ao chegar em Puxim da Praia é possível perceber algumas casas de alvenaria num padrão de ocupação rarefeito, com mais ou menos dez casas no núcleo principal, de alvenarias e distantes uma da outra. Em Puxim da Praia o padrão de ocupação é rarefeito, tendo aproximadamente dez casas no núcleo principal e com casas distantes uma da outra. A exploração da área é bastante antiga, anterior ao século XIX, marcada pelas relações familiares e vínculos de parentesco (FIGUEIREDO, 2013). Não tem disponível uma escola primária, não dispõe de água encanada e rede de esgoto. A comunidade se distribui ao longo de uma estreita faixa de terra que separa o mar do estuário.

Na comunidade, não existe escola municipal e nem estadual. Os moradores que desejam colocar os seus filhos no ensino fundamental têm que levá-los para Puxim do Sul e os que concluem o ensino fundamental e pretendem ingressar no ensino médio, se dirigem para sede do município de Canavieiras para estudarem na escola estadual. A comunidade, assim como Puxim do Sul e Oiticica, não é contemplada com os serviços de saneamento básico, ficando os moradores expostos aos riscos ambientais enquanto consequência das inadequadas condições sanitárias. Diferente das comunidades vizinhas, Puxim da Praia não tem água encanada, tendo que buscar em Puxim do Sul. A comunidade usufrui da energia elétrica.

A pesca artesanal se apresenta como uma atividade econômica principal, aliada a agricultura. As atividades pesqueiras são direcionadas para captura de camarão e para mariscagem, além da presença de catadores de caranguejos (os “caranguejeiros”), aratu e da pesca com redes e tarrafas. Os recursos do estuário são utilizados para venda e o autoconsumo tornando-se uma fonte alimentar proteica de grande importância.

1.3.4. Barra Velha

Os seus primeiros habitantes se estabeleceram na comunidade ainda no começo do século XX, antes do início do apogeu da lavoura de cacau na região (MACHADO, 2007). A ligação da comunidade da Barra Velha com o continente é feita através de uma balsa mantida pela Prefeitura Municipal e operada por moradores. Ela não dispõe de água encanada, rede de esgoto ou telefones públicos. A energia elétrica foi um direito adquirido no ano de 2005 através da instalação de painéis solares nas residências, numa iniciativa da Companhia de Ação Regional, Banco do Nordeste e Governo do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Canavieiras, em que 60 domicílios foram beneficiados e cinco rejeitaram o programa, pois o julgaram desnecessário (AGUIAR, 2011).

Na comunidade Barra Velha, a pesca é uma das atividades econômicas principais, junto com o cultivo do coco. Na prática da pesca utilizam principalmente os manguezais e o estuário existente no Riacho da Barra Velha. Segundo Machado (2007), o uso deste estuário está associado à extração tradicional do camarão branco e à utilização de outros recursos do manguezal.

Em Barra Velha, pescar em mar aberto também é uma prática frequente, e o principal destino da produção é a comercialização, principalmente para intermediários. Homens e mulheres participam efetivamente da pesca, porém, os deslocamentos masculinos atingem as

maiores distâncias. As mulheres dedicam-se também à mariscagem, mas com o objetivo principal de autoconsumo, salvo quando os excedentes são consideráveis (SAPUCAIA, 2013).

1.3.5. Sede do Município

Os pescadores e pescadoras de Sede do Município de Canavieiras, na sua grande maioria, moram nos bairros afastados do Centro da cidade, localizados nas áreas próximas a maré ou aos rios e utilizam, com maior frequência, a área de transição entre o rio e o mar – o estuário. Segundo Machado (2007):

A ocupação desta área por grupos de pescadores é anterior à conformação da cidade, e remete ao período em que Canavieiras ainda era considerada Vila, quando a Capitania de Ilhéus foi integrada à administração central da Capitania da Bahia. (MACHADO, 2007, p. 104)

Os bairros têm disponibilidade de energia elétrica e água encanada, não tem saneamento básico, tem acesso ao posto de saúde (bairro) e ao hospital (centro). Existe, porém, uma boa parte dos pescadores e pescadoras residindo em casas feitas de madeiras construídas sobre estacas - palafitas, nas margens do Rio Cipó e que não dispõe da infraestrutura básica.

A infraestrutura relacionada à pesca dispõe de portos, fábricas de gelo, e diversas peixarias. Segundo dados da colônia de pescadores, existem sete peixarias registradas e cerca de 30 não registradas. As fábricas de gelo (cinco no total) abastecem as peixarias e os pescadores que utilizam o produto na conservação do pescado e dos mariscos, substituindo o método da salgagem, que é utilizado ainda por uma pequena parcela de trabalhadores que não tem condições de comprar recipientes de isopor e gelo para garantir a conservação adequada dos produtos. (MACHADO, 2007, p. 104)

1.3.6. Atalaia

Atalaia a parte turística com as belíssimas praias e muitos hotéis, pousadas e casa que alugam para temporadas, além da vila de Atalaia (vila dos pescadores). Tanto na parte turística de Atalaia quanto na Vila, as casas são de alvenaria e existem abastecimento de água e energia elétrica. Nas comunidades (sede e vila), existem escolas municipais. Os moradores que concluem o ensino fundamental e pretendem ingressar no ensino médio, se dirigem para sede do município de Canavieiras para estudarem na escola estadual, assim como as comunidades apresentadas anteriormente, não é contemplada com os serviços de saneamento básico.

A ocupação de Atalaia ocorreu anterior a conformação da cidade de Canavieiras. Segundo Machado (2007), o nome Atalaia é uma referência à torre na qual se observava os navios que entravam e saíam pela barra com destino ou oriundos da cidade.

No alto da torre era acesa uma fogueira todas as noites, para orientar os navios que mantinham ao final do século XIX e na primeira metade do século XX intensas relações com o porto de Canavieiras, principalmente após a afirmação do cacau como principal produto da economia local e de sua posição destacada no cenário nacional. (MACHADO, 2007, p. 105)

Na comunidade de Atalaia, desde a sua origem, a atividade pesqueira foi a sua principal prática produtiva. Com a histórica vocação pesqueira, Atalaia contribui com a mão de obra especializadas e mestres que orientam as embarcações “na captura de peixes demersais e pelágicos no borde costeiro” (MACHADO, 2007, p. 106). Os pescadores utilizam a rede hidrográfica do estuário, os braços de mar e a costa marinha para a captura dos recursos. As atividades pesqueiras são direcionadas para captura de peixes, guaiamum, caranguejo, diversos mariscos etc., através do uso jangadas, barcos e capturas manuais nas barras e manguezais.

1.3.7. Campinhos

Campinhos está localizada no extremo sul do município, distante mais ou menos 8 km da sede de Canavieiras e para se chegar na comunidade é preciso usar barcos, pois é necessário fazer uso da rede hidrográfica, como braço de mar, riachos e rios. A comunidade se caracteriza por uma concentração de casas que vai se tornando rarefeita na medida em que se distanciam do porto principal. A maioria das casas são de alvenaria e é possível ver algumas casas de tábuas. A comunidade é contemplada com abastecimento de água e energia elétrica, porém foram frutos de muitas lutas coletivas dos moradores. Assim como as outras comunidades, em Campinhos não existe saneamento básico, elevando o grau de vulnerabilidades e problemas de saúde, além de existirem duas escolas municipais de nível fundamental I e II.

Campinhos tem a pesca artesanal como a principal atividade econômica - onde a produção se concentra principalmente na pesca e coleta de crustáceos e moluscos, e desenvolve agricultura familiar de subsistência. Segundo as informações das lideranças, os homens e mulheres se dedicam de forma igual à mariscagem, assim como, os pescadores (as) e marisqueiros (as) estabelecem relações com a cidade rigorosamente todos os sábados, para o abastecimento de mantimentos na feira livre, e para compras nos supermercados da Sede.

Nestas atividades, realizam também a troca de mercadorias e/ou a comercialização dos seus pescados.

É possível perceber neste tópico que as comunidades sofrem com o descaso do Estado, com a falta dos direitos básicos que lhes são garantidos enquanto comunidades tradicionais, como a escola, saneamento e moradia de qualidade. Esta realidade das comunidades tradicionais pesqueiras de Canavieiras/Ba, se apresentam para nós enquanto resultado de uma relação histórica de negação e espoliação de direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Além de podermos perceber que a pesca artesanal nestas comunidades se configuram enquanto atividade econômica principal dos homens e mulheres e, que os impactos ambientais possíveis em consequência do crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo em suas comunidades afetam profundamente os seus modos de vida, soberania e segurança alimentar. Afetam profundamente as suas existências.

1.4. Organizações comunitárias de luta pela manutenção dos territórios

Neste tópico tratarei de três organizações importantíssimas para manutenção das comunidades tradicionais do Município de Canavieiras, assim como para construções coletivas de estratégias e enfrentamentos aos impactos socioambientais e à necropolítica ambiental. Além disso, estas organizações são importantes na organicidade, mobilização, construção de estratégias e enfrentamento ao desastre/crime ambiental do derramamento do óleo/petróleo, que impactou várias comunidades e aos pescadores e pescadoras artesanais da região. As organizações de resistência comunitária que serão apresentadas neste tópico são: a) a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras; b) a Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX); e c) a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia.

1.4.1 Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras

Antes de dá início apresentação da Resex Marinha de Canavieiras, na região sul da Bahia, é importante destacar que a Resex é um produto da luta histórica dos extrativistas para conservação e uso sustentável dos recursos naturais. A Resex origina-se como crítica ao modelo de desenvolvimento neoliberal predatório e concentrador de riquezas adotado pelo Estado brasileiro. É um instrumento legítimo de manutenção dos territórios tradicionalmente ocupados e dos modos de vida dos homens e mulheres das comunidades tradicionais.

Em Canavieiras a Resex surgiu como resultado de luta dos homens e mulheres da pesca para a sua construção e manutenção. Como consequência do declínio da produção cacaueteira,

os efeitos negativos foram sentidos pelas populações e pela economia local. Desse modo, como forma de tentar recuperar a economia e reerguer a produção do cacau, o Governo do Estado passou a intervir na região através dos incentivos à produção do cacau e ao desenvolvimento de diferentes tipos de atividades. O município de Canavieiras foi afetado pelas consequências da crise na produção cacauzeira, e como forma de tentar recuperar a economia, o município passou a receber a intervenção do Estado, que em parceria com o poder público municipal, viabilizou investimentos de empresários na carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e no setor hoteleiro para a construção de resorts (AGUIAR, 2011).

Considerando as belezas naturais e o potencial turístico e produtivo da região, a carcinicultura e principalmente a construção de resorts representariam um bom negócio para os empresários. No entanto, esses novos empreendimentos trariam consigo também diversas consequências socioambientais, uma vez que gerariam externalidades negativas que atingiriam, sobretudo, as populações que desenvolviam a pesca artesanal, atividade econômica de grande importância para as populações tradicionais distribuídas pela faixa litorânea do território municipal e ao meio ambiente onde tais empreendimentos seriam implantados. (PEREIRA, 2016, p. 34)

A implantação da carcinicultura e as criações de resorts em Canavieiras colocaram e ainda continuam colocando em risco as atividades dos pescadores artesanais que, historicamente, utilizavam os recursos pesqueiros da área como forma de garantia do seu sustento e de suas famílias, além de causar pesados danos ao meio ambiente. Além da carcinicultura e da criação dos resorts, a região de Canavieiras também sofria com o problema de grilagem de terras da União, fato que colocava em risco os territórios tradicionalmente ocupados (PEREIRA, 2016).

Diante desta realidade de impactos socioambientais e no contexto de luta pela proteção dos recursos naturais e do território, teve início um processo de mobilização por uma organização territorial que favorecesse as comunidades que utilizavam e dependiam tradicionalmente das áreas e dos recursos costeiros e marinhos da região de Canavieiras. Essa mobilização se intensificou após o início do incentivo a atividade de carcinicultura na região, principalmente por volta do ano de 2002 (SAPUCAIA, 2013; OLIVEIRA, 2016).

A partir de então, emergiu uma série de ações com vistas à criação de uma Unidade de Conservação (UC) nessa área, objetivando garantir o uso e a preservação dos ecossistemas ameaçados pelos interesses do setor imobiliário, da carcinicultura e dos grileiros. Nesse processo, as comunidades (aliadas ao setor público local, o qual esteve envolvido inicialmente), Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras organizações se mobilizaram em busca da melhor forma para preservar e garantir o seu espaço em meio às constantes e crescentes ameaças

desses diversos setores (PEREIRA, 2016). Cria-se, assim, a Resex Marinha de Canavieiras no ano de 2006.

A Resex Marinha de Canavieiras é uma das quatro Resex Marinhas situadas no estado da Bahia, e está localizada na região da Costa do Cacau no Litoral Sul do estado, abrangendo os municípios de Canavieiras, Una e Belmonte. Criada pelo Decreto sem número de 05 de junho de 2006, com área total de aproximadamente 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares), a Resex Marinha de Canavieiras tem por objetivo, conforme parágrafo 2º do seu Decreto de criação, proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006).

1.4.1.1. Processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras

A criação da Resex Marinha de Canavieiras foi um processo lento que envolveu uma diversidade de acontecimentos, passando por várias etapas, evidenciando a persistência de alguns atores e o protagonismo das comunidades até chegar à publicação do Decreto de criação em 5 de junho de 2006. Esse acontecimento configurou um processo de mudança social, contribuindo inclusive para aumentar o nível de organização das comunidades que pleiteavam a criação dessa Reserva, as quais objetivavam a garantia do seu território, protegendo-o da degradação ambiental.

As primeiras mobilizações pela criação da Resex Marinha de Canavieiras, segundo Pereira (2016) e Sapucaia (2013), iniciaram-se em meados da década de 1990 através de uma associação informal de mulheres da comunidade de Birindiba em Canavieiras, intitulada Associação das Catadeiras de Caranguejo, que trabalhavam com a captura de caranguejo e sentiram sua atividade ameaçada em virtude da escassez desse recurso na região. Essa associação tinha como liderança uma marisqueira de nome Vilma Xavier, que juntamente com outras marisqueiras e pescadores, se organizaram para beneficiar o caranguejo nessa associação (PEREIRA, 2016).

Com a redução do caranguejo, a associação passou a ter dificuldade para trabalhar com essa espécie, de forma que a quantidade que conseguiam já não era satisfatória para a manutenção de suas atividades, gerando uma renda muito pequena. Essa situação preocupava a associação que então resolveu procurar um meio que pudesse ajudar a preservar a espécie e solucionar esse problema. Assim, entre o final de 1999 e início de 2000, com apoio da Secretaria de Agricultura do município, a associação decidiu pela criação de uma Reserva Extrativista em busca de uma alternativa; todavia, nem mesmo o grupo tinha consciência do que seria isso de fato. Após essa conclusão, a associação enviou uma carta ao então Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), solicitando a visita do órgão à região. (PEREIRA, 2016, p.38)

Por não possuir Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a Associação das Catadeiras de Caranguejo solicitou o apoio de outra associação existente em Canavieiras (Associação de Posseiros da Comunidade de Puxim do Sul), acreditando que o fato dessa associação possuir CNPJ daria maior legitimidade ao pedido.

De acordo com Paulo Aguiar (2011), esse primeiro ato formal pela criação da Resex (a carta) data de 18 de setembro de 2001. Por se julgarem enquadrados como comunidades tradicionais e alegarem tirarem seu sustento diário da extração de recursos naturais (pescadores dos manguezais), os pescadores (as) e marisqueiras (os) pediam na carta a habilitação da área da União como Reserva Extrativista. Ao mesmo tempo, solicitavam a visita de grupo de técnicos daquele órgão à comunidade. Juntamente com a carta foram remetidas também 118 assinaturas, na forma de abaixo assinado, as quais eram atribuídas aos próprios pescadores (as) e marisqueiras (os) (AGUIAR, 2011).

Figura 2 – Primeira reunião de criação do Grupo Pró-RESEX



Fonte: Plano de Manejo da RESEX de Canavieiras (2010)

Após o longo processo de reflexões coletivas e de discussões entre as pessoas envolvidas, foi confirmado que a configuração adotada para o território deveria ser mesmo a de uma Resex, tendo sido criado logo em seguida um grupo chamado “Grupo Pró Resex”. No “Grupo Pró-Resex”, participavam algumas comunidades do município de Canavieiras (Puxim do Sul, Oiticica, Campinhos e a Sede do Município sob a representação da Colônia de Pescadores Z 20).

Logo após a decisão do modelo de Unidade de Conservação (UC), o PANGEA⁷ iniciou um novo conjunto de ações na região, realizando um levantamento de espécies de manguezais

⁷ Centro de Estudos Socioambientais, uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP), sediada em Salvador/BA. Essa OSCIP havia vencido um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para realizar levantamento dos ecossistemas manguezais da região devido ao período de defeso do caranguejo. A

e iniciando efetivamente as lutas pela criação da Resex (PEREIRA, 2016). Foram realizadas diversas reuniões, iniciou-se o processo de criação do acordo de pesca e teve início um processo de reconfiguração social por meio, principalmente, da aproximação das novas comunidades que aos poucos foram sendo incorporadas à luta social. Nesse período, as sete comunidades que integram a Resex (Campinhos, Oiticica, Barra Velha, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Atalaia e a Sede Municipal) começaram a participar das reuniões conjuntas (PACHECO, 2014)

Com a união das sete associações distribuídas nas comunidades de Campinhos, Puxim da Praia, Puxim do Sul, Oiticica, Atalaia, Barra Velha e Sede Municipal, sob representação da Colônia Z 20, criou-se um grupo denominado G7, que tomou a frente das ações. Com a criação desse grupo, os conflitos de interesses entre os que eram a favor e os que eram contrários à criação da Reserva começaram a se acentuar. (PEREIRA, 2016, p.44)

Esse contexto conflituoso serviu para incentivar a articulação social dos pescadores e pescadoras artesanais, permitindo maior engajamento e união das diferentes organizações presentes (associações e colônia) que se articularam para a defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados da invasão de outros segmentos que os impediriam de exercer suas atividades (CURADO, 2014).

No ano de 2003 aconteceu a primeira Consulta Pública para a criação da Resex. No entanto, a participação nessa primeira consulta não foi tão expressiva (levando em consideração a quantidade de extrativistas que existem nesse território), haja vista que “o número de participantes não chegou sequer a 200 pessoas. Além disso, grande parte desse público era constituído de pessoas que não realizavam atividade extrativista e que, portanto, não era o público adequado para participar da consulta.” (PEREIRA, 2016, p. 44)

Assim, em 2005, constatou-se a necessidade de realização de uma nova Consulta Pública visando dar maior legitimidade ao ato, considerando a pequena participação na primeira. Essa segunda Consulta Pública foi realizada em 4 de dezembro de 2005 na Comunidade de Barra Velha em Canavieiras, e contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas – entre eles pescadores e pescadoras, líderes das comunidades, sociedade civil organizada, poder público municipal, empresários e outros (SAPUCAIA, 2013; PACHECO, 2014).

Após a última consulta pública, iniciaram-se as inquietações e os rumores de empresários que haviam comprado áreas na região, tendo início um movimento contrário à

partir da realização deste levantamento, o PANGEA se envolve também no processo da criação da Resex de Canavieiras.

criação da Resex intitulado “Natureza sim, Resex não” constituído pelos empresários, carcinicultores, Prefeitura, setor hoteleiro, setor do comércio, entre outros.

Em 2006, o grupo constituído pelas sete comunidades (G7) participou de uma reunião no município de Ilhéus- BA, na qual estava presente a então ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Nessa oportunidade, o grupo conversou com a ministra, falou sobre a criação da Resex e a mesma garantiu que seria criada. Pouco tempo depois, em 6 de junho de 2006, foi decretada a criação da Resex Marinha de Canavieiras, caracterizando-se assim como uma grande conquista para os povos e comunidades tradicionais locais, sobretudo aquelas que lutaram por tal acontecimento, e aumentando a insatisfação daqueles que não desejavam tal ação.

Com isso, a Reserva surgiu no sentido de contribuir para a restauração do meio ambiente já degradado, preservar o meio ambiente ameaçado de degradação e inibir a inserção ou permanência de atividades econômicas não típicas do extrativismo em sua área de abrangência (AGUIAR, 2011).

Figura 3 – Passeata contra a RESEX



Fonte: AGUIAR (2011)

O processo de luta foi extenso, passando por muitos acontecimentos antes da criação da Resex. Diversas pessoas, sobretudo os líderes do movimento favorável à criação, sofriram intimidações e pressões para que desistissem. Houve relatos inclusive de que deveria morrer algum integrante do movimento para que o mesmo enfraquecesse. Não houve nenhuma morte de forma direta por conta dessas lutas, embora a morte da esposa de um dos líderes do movimento por um infarto fulminante seja atribuída a esse processo (SAPUCAIA, 2013; PREIRA, 2016; MACHADO, 2007; PACHECO, 2014).

1.4.2. A Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX)

A Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (AMEX) foi criada em 2009 com a principal finalidade/objetivo de capilarizar as discussões que acontecem nos espaços coletivos entre todas as organizações, de modo a convergir com a vontade de todos (ou da maioria). A mesma visa conduzir o fruto das discussões dos diversos grupos, facilitando assim os encaminhamentos que surgem nos espaços de debates – “uma fragilidade percebida, sobretudo, em reuniões do conselho deliberativo” (PEREIRA, 2016, p. 67). A AMEX é criada em 2009, mas na essência da comunidade a organicidade já existia anteriormente a isso. De acordo com Isabela Curado (2014):

O processo articulação social fomentou e fortaleceu as organizações comunitárias, que em 2009 passaram a ser capitaneadas pela Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras- AMEX, uma organização de base extrativista e de caráter democrático, com o objetivo de apoiar os processos de gestão da Unidade de Conservação. Para a consecução final do seu estatuto, diretoria e conselhos, foram realizadas mais de 15 reuniões nas diversas comunidades da Reserva Extrativista visando tornar o processo plenamente participativo e democrático. O processo de criação da AMEX foi pautado pela percepção das lideranças da necessidade de uma organização central que respeitasse as especificidades das entidades já existentes. Segundo as lideranças extrativistas, a ideia de criação da Associação Mãe AMEX, tem como ideal a articulação social em rede, onde grupos e organizações diferentes, que compartilham objetivos semelhantes, atuam em conjunto para o desenvolvimento e aproximação de suas metas comuns e fortalecimento institucional de todas as organizações (CURADO, 2014, p. 10).

A AMEX é um espaço de organização coletiva que aglutina os diferentes interesses com o intuito de facilitar as discussões, diálogos e a execução dos encaminhamentos que surgem nos espaços de debate coletivo, representando a maior quantidade de interessados e os quais as decisões afetam mais diretamente: os beneficiários. Desse modo, a AMEX é um importante espaço de participação dos beneficiários, que também tiveram a sua participação nos espaços de debate ampliado após criação da Resex (SAPUCAIA, 2013).

1.4.3. A Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia

A Rede de Mulheres (como é conhecida carinhosamente pelas mulheres que dela participam), é uma das organizações que surgiram após criação da Resex Marinha de Canavieiras, sendo, portanto, um fruto da organização comunitária dos extrativistas e do trabalho em parceria com instituições de apoio. A organização surgiu com o intuito de oportunizar às mulheres maior envolvimento e participação nos espaços de debates, nas

discussões por políticas públicas através da articulação e mobilização de pescadoras e marisqueiras no âmbito das questões de gênero, além de contribuir para maior participação nos fóruns de discussões (RODRIGUES, 2013).

Essa Rede está diretamente vinculada ao trabalho em articulação com outras organizações, tanto dentro da própria Resex Marinha de Canavieiras quanto de organizações externas, uma vez que sua composição abrange diferentes comunidades localizadas nos municípios que integram a área da Resex (Canavieiras, Una e Belmonte), quanto em outros municípios da região (Ilhéus, Itacaré e Santa Cruz Cabrália). Por não dispor de recursos próprios, a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia possui parceria de ONGs e instituições de apoio que são fundamentais para o desenvolvimento do seu trabalho.

A gênese do grupo se deu em 2009, a partir de um projeto construído com o apoio de uma pessoa externa à Resex que desenvolvia um trabalho pela ONG Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (AMOVA). Essa pessoa auxiliou no processo de construção do projeto, o qual foi direcionado à ONU Mulheres tendo como objetivo adquirir recursos para a criação de um grupo de mulheres, possibilitando assim, a criação de um espaço que permitisse a essas mulheres maior envolvimento e participação nos diferentes diálogos realizados na Resex (PEREIRA, 2016, p. 79)

Figura 4 – A Rede de Mulheres em assembleia (2017).



Fonte: <http://www.radiojaraguar.com.br>

Diante da aprovação, o grupo começou a desenvolver suas ações e desde então vem atuando através do desenvolvimento de projetos e ações dentro da Resex e nas comunidades que integram a Rede localizadas nos demais municípios que a constituem. Uma das primeiras ações da Rede de Mulheres foi apresentar o mesmo em todas as comunidades que fazem parte da Resex Marinha de Canavieiras, conhecendo e articulando-se com as lideranças locais com o intuito de validar essa iniciativa e a constituição da Rede e dos seus objetivos (RODRIGUES, 2013).

Em relação a quantidade de participantes da Rede de Mulheres, participam mais de 400 mulheres das diferentes comunidades que a integram e desenvolve ações que visam incluí-las nos espaços participativos, ampliando seus conhecimentos, facilitando a sua interação nos espaços de discussão e possibilitando o reconhecimento dos seus direitos tanto como mulheres quanto como marisqueiras/pescadoras. Além disso, a Rede desenvolve ações com vistas às condições de saúde das mulheres, participação em espaços importantes tais como Conselhos e eventos de visibilidade nacional, nos quais se debate temas de seus interesses (SAPUCAIA, 2013; PREIRA, 2016).

A Rede de Mulheres elabora projetos sociais que, em apoio com outras instituições, torna possível o desenvolvimento de novos trabalhos e ações em prol das mulheres das comunidades integrantes, representando um espaço fundamental de debate entre elas, ampliando os seus conhecimentos a respeito de direitos sociais e questões de gênero, saúde, etc., contribuindo para maior participação feminina nos espaços de debate e influenciando em seu grau de participação e autonomia (PEREIRA, 2016, p. 81)

Figura 5 – A Rede de Mulheres na comemoração dos 12 anos da RESEX.



Fonte: <https://www.funbio.org.br>

Geisiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, numa entrevista concedidas a mim sobre o derramamento do petróleo, na sede da AMEX, em Canavieiras, quando estávamos dialogando sobre a gênese e a importância da Rede de Mulheres, a mesma apontou uma das principais metas da instauração desse grupo nos limites da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras: *“efetivação do reconhecimento de assuntos de interesse específico do gênero feminino e também da luta cotidiana e união das pescadoras e marisqueiras em prol de uma transformação em sua qualidade de vida mediante cursos, seminários, fóruns, conferências e demais momentos educativos – buscando-se a capacitação, empoderamento”*

assim como o “*acúmulo de capital social entre as mulheres das comunidades da Resex. Unidas pelo ideal de ‘dar voz’ às demandas e necessidades das mulheres que exercem a atividade de pesca e coleta de mariscos, bem como valorizar o trabalho extrativista desempenhado pelas mulheres.*” (Geisiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Desde sua constituição, a Rede de Mulheres tem construído espaços de articulação entre as mulheres pescadoras e extrativista da região, como afirma Mônica Correia, liderança da Rede de Mulheres, numa fala na entrevista cedida na sede da AMEX: “*tem sido possível articular políticas públicas e setoriais versadas nas questões de gênero para as extrativistas participantes, destacando-se a luta pela garantia dos direitos sociais básicos, como os benefícios previdenciários, licença maternidade, seguro pelo defeso, dentre outros*” (Mônica Correia, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). O fortalecimento da Rede tem permitido a suas integrantes maior influência nas decisões relativas à Resex e em suas comunidades, dando-lhes penetração nas instâncias da gestão de suas comunidades e da Reserva, nas quais se fomenta o poder e a liderança, em virtude do empoderamento alcançado com o acesso a novos conhecimentos. A visibilidade, portanto, se relaciona, também, à transformação socioeconômica das mulheres que fazem parte desse coletivo social, capitaneadas em uma visão de “*desenvolvimento sob os valores da economia solidária, sustentabilidade e justiça social*” (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

A Rede de Mulheres, segundo as lideranças, é composta, na sua maioria, por mulheres negras. Diante desta realidade racial das mulheres da rede, podemos compreender que a organização é também um espaço para evidenciar suas histórias de vida de modo positivo e de denúncia das opressões que interseccionam raça e gênero. Um espaço de enfrentamento coletivo, face aos sistemas de opressões que ainda invisibilizam e tentam aniquilar, de diferentes maneiras, as subjetividades e os corpos insurgentes/negros/tradicionais, corpos esses, que escapam do padrão ‘brancocêntrico’ – que desrespeita a diversidade existentes sobre o prazer, desejos e formas corporais de existir. Essas mulheres que fazem parte compreendem o seu conhecimento tradicional como essencial para a preservação do meio ambiente, “*pois a responsabilidade para com a Natureza aqui tem sido pautada com o exercício de ‘ser mulher’ dentro dos moldes da economia familiar, associativismo e extrativismo da Resex*” (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

É possível perceber, a partir das entrevistas com as pescadoras, que o surgimento da organização traz à tona a existência de mulheres extrativistas e pescadoras “*como protagonistas do processo produtivo*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Nota-se aí um despertar para a sua condição de ‘ser mulher’, livre dos estigmas e estereótipos socialmente impostos. Conseguindo reunir um número expressivo de mulheres em diversos momentos, *“para debater e lançar as bases de construção de uma nova realidade para mulheres de comunidades extrativistas e pesqueiras, bem como um incremento em sua identidade a partir do empoderamento”* (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Diante disso, podemos afirmar que as mulheres da Rede de Mulheres delineiam um novo olhar em torno do exercício de uma gestão mais sustentável e solidária em conformidade com os princípios justificados no marco da justiça social para a construção de um novo realce na identidade para a mulher extrativista pesqueira e negra, e transformação da nova ordem social. Ao lutar para transformar uma ordem social determinada, as mulheres estão lutando por instituir outras configurações territoriais possíveis. Os conflitos territoriais se dão naqueles “pontos” do espaço geográfico onde uma ordem social dominante não é aceita passivamente, é questionada e confrontada, portanto, são os espaços de conflito onde “outros mundos possíveis” lutam por se afirmar. Estamos num mundo “em busca de novas territorialidades”, usando a expressão de Porto-Gonçalves (2002), sendo as lutas da Rede de Mulheres pelos seus territórios tradicionalmente ocupados um exemplo dessas novas territorialidades que se configuram em meio dos conflitos e lutas sociais.

Diante do exposto neste capítulo, podemos perceber que Canavieiras, localizada na região sul da Bahia, tem um longo histórico de lutas para manutenção dos territórios e para segurança e soberania alimentar. As comunidades pesqueiras sofrem com as desigualdades de oportunidades, socioeconômico e educacionais e com a falta de saneamento básico, contribuindo para vulnerabilidade social dos homens e mulheres da pesca. Mesmo com todos estes problemas impostos pelo desenvolvimento econômico neoliberal, que os excluem e transformam os seus territórios em zona de morte, os homens e mulheres da pesca constroem estratégias de enfrentamento a partir das organizações, ações coletivas e articulações em rede de movimentos sociais, tais como as apresentadas acima. Organizações essas que contribuíram para o empoderamento dos sujeitos _ transformando-os em atores fundamentais de processo de mudança social _ e manutenção dos seus modos de vida, atuando cada vez mais em forma de redes de cooperação e solidariedade. Assim como, construções de estratégias coletivas para conseguirem enfrentar os impactos negativos do crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo sobre as suas comunidades e sobre os seus corpos insurgentes/negros/tradicionais de homens e mulheres da pesca artesanal, conseguindo ampliar, a partir da politização das suas demandas, os seus poderes de mobilização/atuação social.

Capítulo 2 – O Desastre: O crime do derramamento do petróleo

2.1 – Desastres e crimes causados por derramamentos de petróleo

Figura 7 – Criança contribuindo na limpeza do óleo/petróleo.



Fonte: midianinja.org

Antes de iniciarmos sobre o desastre/crime do derramamento do petróleo no nordeste brasileiro, quero fazer uma reflexão sobre os desastres envolvendo petróleo ocorridos no mundo e no Brasil, e sobre os principais impactos apresentados por pesquisas. A ideia de fazer esta reflexão é entendermos o grau de preocupação que devemos ter sobre estes tipos de desastres e, principalmente, sobre os impactos possíveis causados pelo desastre/crime do derramamento do petróleo no Nordeste, que é o objeto desta pesquisa.

Os desastres ambientais no mundo e no Brasil, _ de origem antropogênica, ou seja, causados e originados pela atividade humana, envolvendo petróleo cru/óleo bruto _ afetaram regiões e pessoas de maneira semelhante tanto de ordem física quanto socioeconômica (WON *et al.*, 2019). A indústria de petróleo e gás é, atualmente, um dos maiores estressores dos sistemas aquáticos marinhos. A ocorrência de acidentes com petróleo é um problema sistêmico que requer atenção, monitoramento e investigação constantes. De acordo com o Relatório publicado em 2021 pela Federação Internacional de Poluição de Proprietários de Petroleiros (ITOPF - sigla em inglês) já ocorreram mais de 10.000 incidentes por derramamento de petróleo em mais de 100 países, principalmente por colisões, encalhes, danos estruturais, incêndios ou explosões de transportes petroleiros, principalmente, navios-tanque (INTERNATIONAL, 2021). De 1970 a 2020, aproximadamente 5,86 milhões de toneladas de petróleo foram perdidos

como resultado desses incidentes (INTERNATIONAL, 2021). É recorrente nesses desastres a permanência de problemas socioambientais, econômicos e à saúde humana a curto, médio e longo prazo.

Em virtude da sua composição química, altamente tóxica, principalmente quando em concentração elevada, os desastres e crimes ambientais mais graves que ameaçam a biodiversidade, a saúde e as atividades humanas, estão as que envolvem o petróleo. Os derramamentos de petróleos são questões de preocupação mundial que poluem o solo, a água subterrânea, os rios, manguezais e marés, resultando na destruição dos territórios ocupados, recursos biológicos e vidas humanas. Segundo os pesquisadores do tema, um dos grandes fatores para o petróleo ser algo tão devastador é que leva muito tempo para o meio ambiente realizar sua “autodepuração”, já que os hidrocarbonetos são complexos e se decompõem de modo extremamente lento. Além disso, por ser encontrado no solo de diversos países, o óleo cru apresenta uma complexa e variável composição química e propriedades físicas, o que dificulta ainda mais o tratamento de áreas contaminadas por essas substâncias. “Em alguns casos, biomarcadores para um óleo específico podem ser usados para identificar regiões de impacto correspondentes a um derramamento” (FERGUSON, SOLO-GABRIELE, MENA; 2019, p.2).

De acordo com Alves (2016, p. 10):

O petróleo é uma mistura complexa de milhares de compostos orgânicos. [...] principalmente por carbono e hidrogênio, que constitui uma grande variedade de hidrocarbonetos saturados como os n-alcenos, isoalcenos, cicloalcenos, policicloalcenos, hidrocarbonetos aromáticos, e os não hidrocarbonetos (resinas e asfaltenos) que são macromoléculas que têm em suas estruturas moleculares nitrogênio, enxofre e oxigênio (NSO).

Para Pena *et al.* (2020, p.2):

O petróleo bruto é uma mistura complexa que contém uma variedade de toxinas conhecidas, incluindo compostos orgânicos voláteis (VOCs), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), sulfeto de hidrogênio e metais pesados. A gravidade da exposição ocorre por ingestão, absorção por meio da pele íntegra e inalação. Os riscos toxicológicos envolvidos são graves, agudos e crônicos, com atenção especial para frações tóxicas do petróleo que podem levar à morte por intoxicação, especialmente, associada aos compostos aromáticos.

Um ponto muito importante que chama a atenção dos pesquisadores para esses tipos de desastres e crimes, é o envolvimento da sociedade na retirada e limpeza do petróleo em comunidades afetadas. De acordo com Sharper *et al.* (2019, p. 472), “o envolvimento dos membros da comunidade nos esforços de recuperação é importante para mitigar os efeitos adversos dos desastres e acelerar o processo de reconstrução das comunidades impactadas”. Além de doenças relacionadas a exposição ao petróleo durante essas ações pela inalação,

ingestão e contato, Erickson *et al.* (2019) chamam atenção para o calor como um outro agravamento à saúde. Para esses autores, certos tipos de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), aliados ao “calor metabólico” atribuído às atividades de limpeza e às temperaturas de países tropicais, como o Brasil, podem gerar outras doenças relacionadas que incluem “câimbras de calor, síncope de calor, exaustão por calor, lesão por calor e insolação”. Por isso a necessidade de mais estudos que examinem a participação na limpeza de derramamentos de óleo (SHARPER *et al.*, 2019).

Em alguns desastres e crimes causados pelo derramamento do petróleo, como da Coreia do Sul, do Delta do Rio Níger e do Golfo México, que trago para refletirmos sobre as preocupações dos impactos socioambientais possíveis com o derramamento do petróleo no nordeste brasileiro, as pesquisas nos apresentam graves danos ao meio ambiente e as comunidades das regiões impactadas. Na Coreia do Sul, foram vistos imediatamente após o derramamento de petróleo do Hebei Spirit, mortes e envenenamentos de pássaros e animais marinhos, e também houve uma acentuada queda no número de frutos do mar causada especialmente por restos de produtos químicos tóxicos no oceano. De acordo com Won *et al.* (2019) mesmo após dez anos da tragédia de Hebei Spirit ainda são observados efeitos negativos na saúde psicológica dos residentes, como transtorno de ansiedade e suicídios. As pescadoras, em especial as marisqueiras, são ainda mais vulneráveis por estarem expostas aos efeitos econômicos (WON, 2019). Vale salientar que em situações de desastres, mulheres, crianças e pessoas vulneráveis são afetados desproporcionalmente (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

No Delta do Rio Níger, na Nigéria, após diversos desastres envolvendo derramamento de petróleo, foi realizado um estudo para avaliar a exposição dos pescadores e pescadoras. As unhas dos pés de 20 pescadores e pescadoras locais foram coletadas e utilizadas como “biomarcadores”, os resultados apresentaram que existiam níveis significativos de manganês e chumbo (SPECHT *et al.*, 2019). Observou-se que há risco de intoxicação desses pescadores por metais pesados que estão relacionados ao desenvolvimento de cânceres e problemas neurológicos, sendo seus efeitos genéticos específicos para cada sexo (SPECHT *et al.*, 2019).

Para Parks *et al.* (2019), os Pescadores e Pescadoras Artesanais são os mais suscetíveis a sintomas depressivos e toxicológicos pós-desastres envolvendo petróleo. Segundo os autores, os residentes da região da Costa do Golfo do México relataram sintomas depressivos seis anos após o início do derramamento de óleo do Deepwater Horizon (PARKS *et al.*, 2019).

Retornando para o Brasil, o país em 1930 passou a investir na cadeia petroquímica desde a extração e refino de petróleo até a fabricação de produtos e derivados ocupando, em 2017, o sétimo maior mercado de derivados de petróleo do mundo com 18 refinarias atualmente

instaladas na região Sudeste (56%), Nordeste (23%) e Sul (19%) (MENDES *et al.*, 2018; VIANA, 2020). Segundo Stevanato (2020) ocorreram no país até fevereiro de 2020 cerca de 53 grandes desastres envolvendo petróleo e seus derivados. Para Azeredo (2018) grande parte desses acontecimentos são socialmente construídos, frutos do processo de desenvolvimento insustentável. No Brasil estes desastres e crimes são persistentes, impactam o meio ambiente, prejudicam o turismo, geram incertezas quanto à segurança alimentar e ameaçam a sobrevivência das comunidades tradicionalmente ocupadas que dependem do mar e dos manguezais para sobreviver por isso, a exigência de ampliação e aprofundamento das pesquisas sobre tais eventos.

Figura 7 - Vazamento de petróleo no Delta do Rio Níger, Nigéria: trabalhador com o corpo sujo de petróleo, 2013.



Fonte: Fundo Mundial (WWF) (2013).

2.2 – Trajetória do Desastre/Crime na Costa Brasileira

O desastre e crime ambiental com petróleo na costa brasileira apresentou as primeiras evidências no final de agosto de 2019. No princípio o material encontrado foi descrito como substância escura, oleosa e com forte odor (GAMA, 2019). De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), desde então, 11 estados, 130 municípios e 1.009 localidades apresentaram manchas ou vestígios de petróleo (BRASIL, 2020). Segundo Shinohara (2019), esse derramamento de óleo teria ocorrido entre 270 e 600 km do litoral, tendo como ponto de partida os estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Zacharias, Gama e Fornaro (2021) estimam que o volume derramado de óleo foi entre 5.000 e 12.500 m³ possivelmente devido a problemas de fluidez em um petroleiro cheio

que perdeu parte da sua carga. Existem pesquisas em andamento, que por motivos da falta de financiamento do governo federal e/ou da pandemia do Covid-19, foram paralisadas e estão atrasadas com os resultados, que possam atualizar a situação dos impactos socioambientais e econômicos do desastre/crime do derramamento do petróleo.

Baseado no princípio da precaução, a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) chegou a publicar um normativo proibindo a pesca de lagosta e camarão no Nordeste, mas suspendeu a proibição imediatamente, depois de estudos relevarem níveis baixos de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos no pescado. Entretanto, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) _ que liderou os testes encomendados pelo MAPA _ informou que o estudo do MAPA considerou somente a pesca industrial e oceânica e não garante os mesmos resultados para a pesca artesanal, pois a amostra não levou em consideração todos os tipos de peixes consumidos no Nordeste e foram analisados apenas peixes de empresas registradas no Serviço de Inspeção Federal (SIF), excluindo, portanto, as empresas menores, ou seja, os pescados artesanais; além do que nem todos os Estados participaram das análises, apenas Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte (ELLER; GRANDELLE, 2019; ÁLVARES, 2019). A justificativa para análise apenas dos pescados industriais, além da pressão da indústria pesqueira, é porque foram coletadas amostras só em estabelecimentos reconhecidos pelo selo de qualidade do SIF, o que exclui, portanto, a pesca artesanal (ELLER; GRANDELLE, 2019).

Figura 8 - Imensa macha de petróleo no mar da Costa dos Corais, Alagoas, 2019.



Fonte: Agência Brasil (2019).

A Bahia foi o último estado da região nordeste a registrar localidades afetadas pelo petróleo, inicialmente nas praias do litoral norte. Já na região sudeste o óleo chegou ao município de São João da Barra, Rio de Janeiro, no dia 22 de novembro de 2019 (BRASIL,

2019). O Estado do Espírito Santo, mais especificamente na Praia da Areia Preta, localizada no município de Guarapari, foi a última localidade atingida com registros oficiais (BRASIL, 2019).

No Estado da Bahia, ao final de novembro, as manchas já haviam atingido grande extensão litorânea chegando até os últimos municípios do Extremo Sul, com identificação de camadas espessas de petróleo em 22 locais e vestígios e fragmentos em outros 213 pontos, poluindo água, areia e comprometendo todo o ecossistema ao longo da costa baiana, configurando o maior desastre ambiental em extensão do litoral do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, 2019; BAHIA, 2019).

Após as localidades baianas serem afetadas pelo petróleo, foi realizada uma reunião que resultou na criação do "Comando Unificado de Incidentes", que era composto por representantes do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) - órgão da secretaria estadual do Meio Ambiente -, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado (Sudec), da Bahia Pesca, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, dos Institutos de Biologia e de Geociências da Bahia (UFBA), e das prefeituras de Salvador, Camaçari, Conde, Jandaíra, Entre Rios, Mata de São João, Lauro de Freitas e Cairu, todas cidades litorâneas. O Comando Unificado de Incidentes, que tinha como referência os Comandos utilizados nos estados do Maranhão e Sergipe, tinha como objetivos reuniões diárias para monitorar informações sobre o desastre/crime do derramamento do petróleo na Bahia e articular ações conjuntas que pudessem reduzir os danos.

No dia 27 de outubro de 2019, chegaram as primeiras pelotas de petróleo na região da Resex Canavieiras. Nesse mesmo dia foi criado pela organização comunitária local, o SOS Mangue Mar (participaram desta organização pescadores/as, ICMBIO, extrativistas e voluntários), um sistema de monitoramento, com construção de uma tabela com cores (verde, amarelo e vermelho), para indicarem o nível de contaminação (a cor verde representava a não existência de pelotas, o amarelo indicava a chegada de pequenos fragmentos e o vermelho indicava a chegada do petróleo). Em 27 de outubro do mesmo ano, estas pelotas já tinham se espalhado por cinco áreas da Resex. E no dia 28 de outubro de 2019 estavam em todas as áreas da Resex Marinha de Canavieiras, que eram os treze pontos que a organização tinha estabelecidos no sistema de monitoramento. Carlos Alberto, liderança da AMEX e CONFREM, em uma das lives organizadas pela Teia dos Povos de um projeto de séries de *lives* chamado "Diálogos com os Povos", no dia 18 de julho de 2020, intitulada "Guerra da Água: o impacto do petróleo na costa brasileira", que faz parte afirmou, como sempre com uma fala que nos fazia sentir a sua angústia, que *"depois do dia 29 de outubro só foi piorando a situação das*

manchas em nas comunidades”, e que a “tabela começou a ficar completamente amarela e vermelha”, levando “quase vinte dias com os pontos todos vermelhos e uma pequena parte amarela”. A fala de Carlos Alberto, nos mostrou o nível de preocupação que os pescadores e pescadoras tinham no momento, por verem as suas comunidades atingidas pelo petróleo e a ausência da presença dos poderes públicos. Segundo ele, nestes primeiros momentos, houve uma ausência total dos governantes. Com esta afirmação, fiquei refletindo o quão trágico é o governo de Bolsonaro e as suas políticas contra os povos e comunidades tradicionais. “O Governo não existiu nesse processo. Os primeiros quinze dias, a presença governamental que tinha era o analista do ICMBIO, o Raimundo”. Ao mesmo tempo que as lideranças estavam atuando em todas as comunidades na limpeza e contenção. Foram “330 lideranças de diversas comunidades espalhadas ao longo dos 70km da área” (Carlos Alberto, liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020). Segue abaixo a tabela de monitoramento organizada pelas lideranças do coletivo S.O.S Manguemar Canes, que me fez ficar fascinado com a estratégia de monitoramento elaborada a partir dos conhecimentos tradicionais sobre os territórios.

Figura 9 – Tabela de Monitoramento do Petróleo nas praias de Canavieiras/Ba.

TABELA DE MONITORAMENTO DO ÓLEO NAS PRAIAS

SOS MANGUEMAR CANES

DATA	25-Oct	26-Oct	27-Oct	28-Oct	29-Oct	30-Oct	31-Oct	1-Nov	2-Nov	3-Nov	4-Nov	5-Nov	6-Nov	TOTAL PROVISÓRIO
ÁREAS														
Pedras de Uru														
Comandante														
Picum Praia														
Barra Velha														
Brinquinho														
Praia da Costa														
Praia Atalaia														
Praia do Peão														
Praia Belmonte														
Barra Norte														
Barra Albino														
Barra Canas/Pessu														
Mar Aberto														
Estimativa de óleo retirado por Dia		100	200	900	1.000	1.500	4.200	5.200	2.100	1.400	2.800	2.100	1.100	20000

■ SEM ÓLEO
 ■ COM PELOTAS DE ÓLEO
 ■ COM MANCHAS DE ÓLEO

Esta tabela é uma estimativa apartir das informações recebidas das áreas monitoradas e está sujeita a alterações de acordo com as informações recebidas das áreas.

Fonte: S.O.S Manguemar Canes

Em novembro de 2019, por pressão dos movimentos sociais organizados, iniciou-se a CPI do óleo, que foi presidida por Herculano Passos (MDB/SP) e Adolfo Viana (1º Vice-Presidente/PSBD/BA). “Ela tinha como objetivo investigar as origens das manchas do petróleo que se espalhou pelo litoral do nordeste brasileiro, bem como, avaliar as medidas tomadas pelos órgãos competentes, apurar responsabilidades e propor ações que mitigassem ou cessassem os danos/impactos e a ocorrência de novos desastres/crimes.” (Carta de Repúdio

pelo Encerramento da CPI do Óleo, mai. 2021). Ainda segundo a Carta de Repúdio, a CPI do óleo tinha uma importância muito grande para as comunidades tradicionais atingidas. Pois para as comunidades, *“a CPI representava uma das poucas esperanças em um procedimento investigativo adequado para o caso, investigação esta que apontasse medidas preventivas para situações semelhantes, e que apresentasse respostas sobre o caos que impactou severamente a vida das comunidades tradicionais pesqueiras”* (Carta de Repúdio pelo Encerramento da CPI do Óleo, mai. 2021). Em março de 2020, após algumas reuniões e audiências públicas a CPI teve as suas atividades suspensas em conjunto com outras comissões, devido a pandemia. Por estar inconclusiva foi solicitada a prorrogação dos trabalhos por mais 60 dias no dia 25 de março de 2021 pelos integrantes que compõe a comissão; entretanto o plenário da Câmara não votou sobre a prorrogação da comissão na data limite imposta pelo Regimento da Câmara que acabou sendo encerrada no dia 06 de abril de 2021.

As denúncias apresentadas na carta de repúdio geraram em mim um ódio diante da realidade política que estamos vivenciando no Brasil, e ao mesmo tempo, fazia ecoar na minha mente as afirmações históricas das comunidades tradicionais sobre o pensamento do Estado para com eles, onde as características e os modos de vida dessas comunidades são vistos como exóticos, pouco evoluídos ou distantes do progresso e do modelo de desenvolvimento dominantes, para os quais, estas comunidades são vistas como entraves. A partir dessa perspectiva, naturaliza-se a concepção de que estas comunidades ocupam espaços desertos e vazios e, portanto, disponíveis para a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e empreendimento econômicos, transformando-os em zonas de mortes. Assim, esta estratégia dos deputados pode ser vista como mais uma forma de esconder as omissões na resposta ao maior desastre ambiental já registrado na costa brasileira.

Em março de 2021, deputados/as que compõem a CPI do Óleo fizeram requerimento para prorrogação do prazo de funcionamento da mesma, e, em abril deste ano, veio o ato derradeiro: no momento em que a prorrogação seria apreciada em Plenário, o deputado líder do Governo, Ricardo Barros (PP – Paraná), apresentou requerimento solicitando a retirada do pedido de prorrogação da pauta, sob alegação de perda do prazo regimental. Assim, a CPI do Óleo foi encerrada numa explícita manobra dos/as deputados/as da base governista. (Carta de Repúdio pelo Encerramento da CPI do Óleo, mai. 2021)

Seguindo a linha do tempo do crime/desastre ambiental do derramamento do óleo/petróleo, no dia 09 de novembro de 2021, dois anos depois das primeiras manchas nos territórios baianos, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), através da Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde (Suvisa), apresentou o Protocolo de Avaliação da Saúde da População Exposta ao Derramamento de Petróleo. A apresentação foi feita através da

plataforma Zoom, por meio do Grupo de Trabalho Vigilância e Atenção à Saúde de População Exposta a Petróleo (GT Petróleo/Sesab), com a participação dos secretários de 38 municípios baianos que sofreram as consequências do desastre/crime ambiental. O protocolo tem como objetivo:

(...) orientar os serviços e profissionais de saúde quanto à avaliação clínica e monitoramento da situação de saúde, a curto, médio e longo prazos, da população exposta a resíduos e contaminantes de petróleo oriundos do desastre ambiental decorrente de acidente de trabalho ampliado pelo derramamento de petróleo no litoral da Bahia. (PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO, SEC.SAÚDE/BA, p. 10, 2021)

Em dezembro de 2021, depois de mais de dois anos, a Polícia Federal concluiu a investigação sobre o desastre/crime do derramamento de petróleo e indica que o navio NM Bouboulina, de bandeira grega, foi responsável pelo vazamento e que a empresa Delta Tankers, sendo que o comandante Konstantinos Panagiotakopoulos e o chefe de máquinas Pavlo Slyvka deixaram de comunicar às autoridades o lançamento do material no oceano. A Polícia Federal, *“de forma vergonhosa, sem levar em contas os danos socioambientais e sem dialogar com os afetados pelo crime”* (Raimundo Silva, Pescador de Graciosa, Membro do MPP, dez. 2021), ao divulgar o resultado da investigação, apontou que houve um dano mínimo de R\$ 188 milhões para o governo federal e ainda elabora um laudo do valor total que vai considerar outros fatores como o prejuízo às comunidades pesqueiras e ao turismo. O desfecho das investigações foi frágil, segundo as lideranças, que questionam também a afirmação dos danos ao governo federal, sendo que *“os principais afetados foram os pescadores/as os protagonistas do enfrentamento ao derramamento do petróleo em seus territórios tradicionalmente ocupados e em contatos diretos”* (Andreia Gaivotá, CPP/BA, dez. 2021). Petróleo esse que ainda continua a chegar nas comunidades pesqueiras e nas praias, deixando as pescadoras e pescadores preocupados.

Observando a trajetória do desastre/crime, das atuações dos pescadores e pescadoras em suas comunidades e a ausência e demora de atuação dos governos, é possível perceber o grande avanço do petróleo sobre o litoral brasileiro e a ineficiência e o despreparo do governo brasileiro para enfrentamento aos desastres/crimes ambientais. E podemos afirmar que se não fossem os pescadores e pescadoras artesanais, os grandes *“guardiões do meio ambiente e dos territórios”*, os impactos negativos seriam bem piores. É evidente o nível de abandono que vivem as comunidades tradicionais no Brasil e como são tratados pelos governantes, independente da ideologia (se de esquerda ou de direita), deixando-os na *“zona de morte”*, uma vez que são vistos apenas como entraves para o desenvolvimento neoliberal capitalista. Como nos afirma

Raimundo Silva, pescador de Graciosa, no Baixo Sul da Bahia, numa fala de angústia e ódio, *“Fomos nós que sofremos mais! Os governantes não fizeram nada!”*, sobre a situação vergonhosa de descaso governamentais, que são ratificadas com as falas da companheira Andréia Gaivota, conselheira do CPP/BA, *“Não existe um plano de contingência. Não há um sistema de monitoramento. O governo demorou muito até reconhecer que havia um problema”*. Carlos Alberto, na sua fala em resposta ao questionamento feito no chat da *live* organizada pela Teia dos Povos, sobre a atuação do governo do Estado da Bahia, nos faz ter a certeza de que as comunidades tradicionais estão por sua própria conta: *“(...) não tivemos nenhuma ação efetiva dos governantes. Não tivemos uma ação que fosse dialogada com os pescadores e pescadoras. Nem no governo de esquerda, do Estado da Bahia, nem do governo da extrema direita do Governo Federal. Ficamos nós por nós mesmo!”* (Carlos Alberto, liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020). É revoltante saber como os governos (Federal, Estaduais e Municipais) agiram com descaso perante as vidas dos pescadores e pescadoras artesanais e dos seus territórios tradicionalmente ocupados.

2.3 - Impactos Socioambientais do Desastre/Crime em Canavieiras/Ba

“Ficamos com muito medo dos impactos em nossos territórios. Pensávamos constantemente na nossa segurança alimentar, no nosso futuro e na nossa autonomia. Tivemos impactos psicológicos e emocionais que são sérias. A gente leva isso para vida inteira. Além de outros impactos a saúde” (Lilian, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Dou início a este tópico sobre os impactos socioambientais do Desastre/Crime do derramamento do petróleo com a fala de Lilian Santana, numa entrevista feita na sede da AMEX, em Canavieiras, que nos apresenta o panorama angustiante da exposição ao petróleo nas ações de contenção e limpeza nas suas comunidades, e as preocupações dos pescadores e pescadoras artesanais diante dos impactos negativos sobre as suas vidas e das suas famílias.

Lilian Santana, com olhar firme em minha direção e uma fala potente, como sempre carregada de angústia, me afirma que em Canavieiras/Ba, geraram também *“problemas de insegurança alimentar e nutricional, o que afeta a soberania alimentar das comunidades tradicionais atingidas”*. Neste diálogo com Lilian Santana e com outras mulheres da Rede de Mulheres, pude perceber o grau dos impactos, que relatarei mais abaixo, percebendo que estas

problemáticas são potencializadas, principalmente, pela falta de legislação específica de execução em agir para conter derrames de óleo.

Figura 10 – Mancha de petróleo na praia de Canavieiras/Ba.



Fonte: S.O.S Manguê Mar Canes.

2.3.1 – Impactos ambientais

Durante a *live* da Teia dos Povos, numa reflexão feita sobre os impactos ambientais, Carlos Alberto aponta a necessidade *“de pesquisas para sabermos o grau de impactos desse petróleo no meio ambiente. Precisamos saber o quanto a nossa biodiversidade foi afetada. Quase toda área da Resex Marinha de Canavieiras foi afetada. Isso é muito preocupante!”* (Carlos, liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020). A fala de Carlos Alberto, deixou todos que estavam presentes na *live* uma reflexão coletiva sobre preocupações futuras e a necessidade de as instâncias governamentais tomarem iniciativas para identificar o nível dos impactos no ambiente. Esta fala, que para mim deveria ser uma ação óbvia dos governos, demonstra as atitudes de negligência diante do desastre ocorrido, e conseqüentemente, a ausência de políticas para o meio ambiente construídas por eles, ocasionando o colapso da estrutura de nutrição e alimentação da fauna, com perda de biodiversidade. Isto também se torna evidente no relato de Lilian Santana, sobre o fato de muitos animais terem sido atingidos pelo petróleo. *“Em muitos lugares do nordeste tartarugas foram atingidas, aves migratórias também. Esse crime ambiental destruiu boa parte da biodiversidade da costa brasileira.”* (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan.2021).

Figura 11 – Manchas de petróleo na comunidade de Puxim da Praia.



Fonte: S.O.S Mangue Mar Canes

Segundo Soares et al., 2020, com este crime/desastre, mais de cinquenta Unidades de Conservação (UCs) foram atingidas. Dentre elas, estão a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e o “*Parque Nacional Marinho de Abrolhos, uma das mais importantes áreas de biodiversidade de todo o Atlântico Sul, considerado espaço de alta biodiversidade tropical*” (Carlos Alberto, liderança de AMEX e CONFREM, jul. 2020). Os locais atingidos pelo derramamento constituem-se em ambientes ecologicamente sensíveis, com ecossistemas que deveriam ter prioridade de proteção como, por exemplo, estuários, bancos de corais, campos de dunas, marismas praias e manguezais. Esta realidade só ratifica a necessidade de as UCs terem instrumentos de planejamento bem definidos para situações em que precise executar medidas de contingência e remoção do óleo e derivados derramados (ANDRADE; SOUZA-FILHO; SZLAFSZTEIN, 2018). Na Resex Marinha de Canavieiras, a situação foi muito preocupante, pois “*toda a sua região, tanto as barras quanto as praias, foram tomadas pelo petróleo*” (Carlos, liderança da AMEX e CONFREM, jun.2020).

Esta realidade e a possibilidade de o petróleo impactar o meio ambiente, chegar nos manguezais e destruir as fontes de sobrevivência dos pescadores e pescadoras da região, relatados pelas lideranças que estavam na *live*, foi possível perceber que “*deixaram todos tensos*

e abalados psicologicamente. Foram muitos dias sem dormir e de lutas para retirar do mar e das praias mais de 45 toneladas de petróleo” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jul. 2020). Desta forma, pode-se perceber os impactos, além no meio ambiente, na saúde física e mental dos pescadores e pescadoras artesanais.

2.3.2 - Impactos à saúde dos pescadores e pescadoras artesanais

Muitos pescadores e pescadoras em entrevistas e nas *lives* (da Teia dos Povos e da Campanha Mar de Luta) falaram sobre os impactos a sua saúde e dos/as companheiros/as, que tiveram contato direto com o petróleo, e afirmaram a negligência dos gestores municipais, estadual e federal com a falta de acompanhamento dos afetados. Segundo Lilian Santana, na *live* organizada pela Teia dos Povos, no dia 18 de julho de 2020, num sábado pela manhã, intitulada “Guerra da Água: o impacto do petróleo na costa brasileira”: *“o gestor municipal de Canavieiras não deu nenhum apoio significativo as lideranças em relação aos impactos à saúde e não criou nenhuma ação positiva frente aos impactos as saúdes dos pescadores e pescadoras”*. Ela afirma ainda que o prefeito do município de Canavieiras/Ba *“estava preocupado em como criar uma narrativa que ocultasse a veracidade do petróleo para garantir a economia e o turismo, ao invés de cuidarem da saúde dos seus munícipes impactados”*.

Figura 12 – Tonéis lotados e pessoas cobertas de óleo/petróleo.



Fonte: marcozero.org

Os pescadores e pescadoras que ficaram expostos ao petróleo tiveram vários sintomas por causa do contato direto com o petróleo na luta diária pela limpeza e contenção. Os sintomas mais comuns apresentados foram: as alterações cardíacas e dor no peito, falta de ar, irritação na garganta, tosse, ansiedade, cansaço, dor de cabeça, dormência, irritação nos olhos, diarreia,

dor abdominal, náuseas, vômito e irritação. Luciene, pescadora da comunidade de Puxim e liderança da Rede de Mulheres, na entrevista feita comigo na sede da AMEX, informou sobre a inexistência do acompanhamento dos órgãos de saúde. Ao falar sobre este tema, Luciene Andrade ficou com a voz trêmula, demonstrando a sua indignação com os órgãos de saúde pública da União, Estado e do Município de Canavieiras, que nada fizeram em relação a saúde dos pescadores e pescadoras artesanais que colocaram os seus corpos diante do óleo/petróleo, na tentativa de contê-lo e impedi-lo de adentrar nas áreas mais sensíveis. Segundo Luciene Andrade, *“foi um grande descaso das secretarias de saúde para com os pescadores e pescadoras artesanais, pois diante de uma periculosidade desta grandeza, com os seus corpos diante deste petróleo, expostos todos os dias, nenhum representante da saúde pública veio dá a assistência necessária. Eles nos abandonaram, meu filho!”*. Foi possível perceber o abandono relatado em todas as comunidades pesqueiras e em todas as falas das lideranças. Esta fala acertou como uma flecha minha consciência sobre as relações histórica entre o Estado Brasileiro e os povos e comunidades tradicionais, um histórico abandono. No caminhar do diálogo, com a fala ainda trêmula, Luciene me informou que houve *“relatos de pessoas que passaram mal, tiveram pessoas que desmaiaram, pessoas com problemas de visão, de pele etc. Até hoje não existiu uma ação da saúde”*. Com o olhar fixo nos meus, deixando-me também trêmulo, Luciene Andrade continuou a relatar casos de lideranças com a saúde impactada pelo contato com o produto contaminante. Eu tenso e escutando tudo, senti a sua força ao falar dos impactos a saúde e de como as suas companheiras de luta e resistência sofreram e continuam a sofrer. Segundo Luciene Andrade, *“uma amiga lá da comunidade Puxim do Sul, que é esposa do presidente da associação dos pescadores e pescadoras, ficou com coceira na pele que nunca passa, vai e volta sempre, passa um tempo e sempre retorna”*. E relatou que outra companheira da mesma comunidade ficou com *“problemas nos olhos. Os olhos ficam lacrimejando e avermelhado, sem enxergar direito. Ela não tinha este problema, começou depois deste crime ambiental e do contato com este petróleo. Era um produto muito contaminante. Sabe, meu filho?! Ele fedia demais! Você precisava ver. Todos passavam mau quanto sentia o fedor. Era triste demais!”*.

Estas exposições das mulheres ao petróleo cru, na tentativa de amenizar os impactos pode lhes trazer diversos problemas de saúde para além dos apresentados por elas. Segundo Laffon, Pásaro e Valdiglesias (2016), a exposição direta ou indireta ao petróleo pode causar três principais efeitos na saúde humana: mental ou psicológico; físico ou fisiológico; e genotoxicológico. Por conter diversas substâncias que podem ser tóxicas aos seres vivos, como benzeno, tolueno, etilbenzeno e xileno (BTEX), Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos

(HPA) e metais pesados, são comuns problemas fisiológicos em indivíduos expostos ao óleo (NOH *et al.*, 2019; SPECHT *et al.*, 2019). Esses sintomas podem se manifestar já nas primeiras horas e dias, e outros como alterações genéticas a médio e longo prazo. Estudos internacionais com populações expostas a desastres semelhantes, referem problemas de saúde mental e psicológica, lesões de pele, de olhos, náuseas, dores de cabeça, riscos potenciais ao sistema reprodutivo de homens e mulheres, problemas endócrinos e até câncer (FERGUSON; SOLO-GABRIELE; MENA, 2019).

Na Coreia do Sul, por exemplo, em 2012, cinco anos após o derrame com o petróleo Hebei Spirit, crianças de comunidades diretamente atingidas foram diagnosticadas com sintomas crônicos de asma infantil persistente (NOH *et al.*, 2019). Por isso a necessidade de manter um acompanhamento de pessoas que foram expostas ao petróleo para prevenir doenças crônicas, em especial, crianças e mulheres. Segundo Laffon, Pásaro e Valdiglesias (2016) alguns efeitos adversos à saúde podem se manter por alguns anos após a exposição. Para Pena *et al.*, (2020, p.2) “tais situações de exposição ocupacional exigem ações de proteção emergencial à saúde para reduzir danos de longa duração”.

Após os relatos, meu corpo respondendo a tudo o que a companheira me falava, ela me perguntou se eu queria um cafezinho, parecia que sentia o meu desconforto. Eu respondi que sim. Ela se levantou da mesa, abriu a porta e foi buscar o cafezinho. No tempo que ela foi buscar o cafezinho, sozinho na sala, fiquei a pensar sobre tudo que me foi dito. Meu corpo não parava de responder as informações. Ela retorna com o cafezinho. Bebo devagarzinho, pois estava bem quente. No momento que estava bebendo, ela olhou para mim e falou: *“Não foi fácil, meu filho! Não foi e não está sendo fácil. Acredito que com estas pesquisas e exames que estão sendo feitas nos mostrará o quanto a nossa saúde foi afetada.”* Balancei a cabeça positivamente. Me olha e faz outra fala que mexeu comigo o dia todo: *“Mas precisamos ser fortes, né?! Sempre foi assim para nós. Nunca foi fácil para nós pescadoras. A nossa saúde sempre foi negligenciada. As nossas vidas sempre foram desprezadas pelo Estado brasileiro!”* Não consegui falar mais nada! Fiquei só pensando e refletindo sobre todas as coisas ditas e tomando o cafezinho. A sala ficou com o aroma do café. E Luciene me olhando e esperando as próximas perguntas.

Estas práticas de negligência à saúde dos pescadores e pescadoras artesanais apresentadas nas falas indignadas das lideranças, nos mostra o quanto é perverso as relações dos entes governamentais para com as comunidades tradicionais. Nos apresentam a inexistência de políticas públicas específicas para estas pessoas e a compreensão de que os corpos destas pessoas são “corpos descartáveis”), e que podem e devem morrer, numa perspectiva

necropolítica e antinegra. Estas afirmações, são fortalecidas ainda mais com a fala de Lilian Santana, jovem negra, liderança da comunidade de Campinhos, numa entrevista na sede da AMEX, afirmando com toda a sua raiva e compreensão das relações raciais no Brasil, que *“a negligência do Estado sobre o nosso povo fala muito de como o governo nos ver, como eles compreendem os nossos corpos. Corpos estes, de pescadores e pescadoras artesanais negros. Sentimos na pele as consequências do racismo estrutural e ambiental”*. Esta é certeza que eu trago comigo. Os nossos corpos negros e subalternizados são deixados para morrer e desejados ao extermínio, numa perspectiva da necropolítica. Achille Mbembe, filósofo e teórico político camaronês, discute o quanto o Estado constrói políticas de exclusão baseada na ideia de inimigo social e a partir disso elege os grupos considerados úteis ou descartáveis. O conceito de necropolítica, cunhado por ele, é entendido como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta – e regulariza – o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística (MBEMBE, 2011). A concepção de necropolítica corrobora ao entendimento das diferenças existentes nas ações do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida. Sua compreensão perpassa pelo reconhecimento de medidas estatais que promovem a vida e a morte a partir de características que hierarquizam os corpos, estratificando-os entre os que podem ser eliminados e devem viver (MBEMBE, 2011). Numa sociedade estruturalmente fundada no racismo, enquanto mecanismo de um sistema político de dominação, as “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (FOUCAULT, 2010, p.146) estão definidas a partir de duas ideias que se complementam: a primeira, que existem diferentes raças humanas; e a segunda, que existem raças humanas que são inferiores às outras.

Figura 13 – Homem com as luvas cobertas de óleo/petróleo.



Fonte: brasil.elpais.com

2.3.3 – Impactos a soberania e a segurança alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais

“os pescadores e pescadoras já vinham de uma grande desvalorização dos pescados e mariscos. Com o crime ambiental do derramamento do petróleo e as comunidades afetadas, os pescadores e pescadoras já fragilizados, ficaram ainda mais fragilizados. Pois tiveram ainda mais dificuldades de escoar os produtos e os preços caíram ainda mais. Impactando de forma pesada a soberania alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais.” (Carlos Alberto, liderança da AMEX e CONFREM, jun. 2020).

Esta fala de Carlos, na *live* da Teia dos Povos, reforça a certeza de que diante desta realidade dos descasos governamentais e das ausências de ações coordenadas, os pescadores e pescadoras conviveram e ainda convivem com os efeitos negativos na venda de pescado e mariscos, por causa da queda na produção e vendas dos seus produtos, pois, diante das informações oficiais confusas e desorientadas foi gerado um clima de dúvidas sobre a segurança do pescado.

Figura 14 – Mulher retornando da pesca.



Fonte: cppnacional.org.br

Em janeiro de 2021, realizei uma entrevista na associação dos pescadores de Puxim do Sul, com a liderança da Rede de Mulheres e Amex, Elialda Avelino, mulher negra, aparentando 40 anos, que foi muito especial para mim. Pude conhecer a comunidade, que desde o primeiro campo tive vontade, mas, infelizmente, não foi possível, pois tivemos atividades de pesquisa na sede e em Atalaia e ficamos sem tempo para irmos a comunidade de Puxim do Sul. Ao chegar na comunidade me deparei com pessoas sentadas da frente das suas casas, umas conversando, outras catando os mariscos. A rua cheira a marisco. Todos me olhando curiosamente, tentando entender este corpo estranho na sua comunidade. Dei boa tarde e perguntei-lhes onde ficava a associação. Me responderam apontado para o local. Eu agradeeci e segui caminhando. Todos ainda a me olhar com desconfiança e curiosidade. Cheguei na associação e Elialda Avelino estava a minha espera e me recebeu com um sorriso no rosto. A associação tinha um mural com várias fotos das comunidades contaminadas e dos atos de rua organizados pelo coletivo na cidade de Canavieiras. Ela me convidou para sentar, eu me sentei, ela se sentou do outro lado da mesa e falou que eu poderia iniciar a entrevista. Expliquei a ela os objetivos da pesquisa e o porquê de estar ali. E aí iniciamos a entrevista.

Elialda Avelino inicia a sua fala relatando que a primeira atitude dos governos foram divulgar notas alertando e proibindo as pessoas de comprarem e se alimentarem dos frutos do mar. Segundo ela, esta atitude *“foi um absurdo sem tamanho! Eles ao invés de virem dialogar com os pescadores e pescadoras artesanais e fazer uma pesquisa para saber quais produtos estavam contaminados e se realmente estavam contaminados, eles divulgaram logo uma nota proibindo o consumo. Isso foi um grande ataque ao nosso trabalho e a nossa renda”*. Assim, as ações do governo acabaram por aumentar ainda mais as dificuldades de escoamento dos seus produtos, trazendo mais desafios a pesca artesanal que é por ela, *“considerada a principal atividade geradora de alimento e renda para as famílias das comunidades tradicionais pesqueiras.”*

O diálogo com Elialda se estendeu sobre a temática dos impactos a soberania alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais, quando ela relatou que os homens e mulheres da pesca tiveram dificuldades de escoamento dos seus pescados e marisco, e que *“muitos dos peixes e mariscos ficaram armazenados sem possibilidades de vendas, pois não tinham pessoas para comprarem nas mãos dos pescadores e pescadoras”*. Uma vez que *“os consumidores ficaram preocupados e com medo de se alimentarem dos pescados e mariscos, pois com a falta de pesquisa e muitas “fake News”, ninguém sabia o grau de contaminação existente”*. Impactar a soberania alimentar é afetar o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. Alimentos estes que

garantem o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade e os modos dos povos e comunidades tradicionais de comercialização e gestão dos territórios tradicionalmente ocupados, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Pois, segundo o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (2001), a soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. E a ação desastrosa do governo do estado da Bahia afetou imediatamente a segurança e a soberania alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais de Canavieiras.

Num certo momento, Elialda me chama para ver no seu celular um vídeo-denúncia produzido por elas sobre a quantidade de produtos que foram armazenados ou perdidos por causa destas atitudes governamentais e medo do consumo. Levantei-me e fiquei atento observando o vídeo. Nele, as vozes das mulheres da pesca denunciavam toda a problemática. Após o vídeo, falei o quanto senti com o vídeo e o quanto as falas das mulheres me marcaram e a minha indignação com aquela situação apresentada via denúncias pelas mulheres da pesca artesanal. Ela olhou nos meus olhos e me disse: *“Oxente!! Esta situação só agravou com a pandemia. Os atravessadores continuaram a se aproveitarem da situação e mantendo o preço do pescado lá embaixo, impactando ainda mais a segurança alimentar dos homens e mulheres da pesca artesanal.”* Os pescadores e as pescadoras artesanais à níveis nacionais enfrentaram diversas problemáticas em consequência da pandemia, e com os pescadores e pescadoras artesanais de Canavieiras não foi diferente. Mesmo com a pesca liberada, o isolamento social afetou de forma brusca e profunda a questão da comercialização e escoamento dos seus produtos. O isolamento social não se restringiu apenas ao grupo social dos pescadores, pois boa parte dos pontos de comercialização e até os próprios consumidores ficaram fechados/isolados, logo, os pescadores e as pescadoras não tiveram como vender e nem a quem vender o seu pescado. É importante destacar que o fato de não conseguir comercializar o pescado implicou diretamente na cadeia alimentar dos mesmos, isso porque os pescadores e as pescadoras utilizam a renda da venda do pescado para comprar outros alimentos, agravando assim, as vulnerabilidades já existentes, advindas dos impactos do derramamento do petróleo em suas comunidades (NUHUMAR, 2020), ampliando assim os impactos sobre a vida e o território.

2.3.4 – Impactos ao turismo

Na primeira ida a campo, no mês de novembro de 2021, fizemos entrevistas com os donos das barracas de praias (conhecidos na região como cabaneiros) e donos de hotéis/pousadas na praia de Atalaia em Canavieiras/Ba. A ideia era sabermos se o

desastre/crime do petróleo lhes impactou e quais foram suas consequências. Fomos caminhando pela orla, num dia de calor intenso, com a praia vazia, nos dividimos e começamos a conversar com os proprietários. A primeira cabana que parei para tentar uma entrevista foi a Cabana Salinas Mar, no início da praia da Costa. Entrei na cabana, dei bom dia, um trabalhador veio me atender, perguntei-lhe se era o proprietário, ele respondeu que não. Então perguntei se o proprietário ou a proprietária se encontrava. Ele falou que sim e foi chamá-la. A Dona da Cabana Salinas Mar, Antônia, mulher branca, aparentando 50 anos, me atendeu, falei o meu nome e falei qual era o meu objetivo e o objetivo da pesquisa. A primeira pergunta que ela fez foi a seguinte: “Como posso ter a certeza de que você é um estudante/pesquisador?”. Olhei para ela, observando que a sua fala vinha de um lugar onde não passaria na sua mente que um jovem negro poderia estar na universidade e ser um pesquisador. Peguei a minha carteira e retirei a carteirinha estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e apresentei-lhe. Já pensando em sair daquele local e não mais entrevistá-la. Mas continuei e em pé mesmo no balcão da cabana iniciamos e entrevista. Com um certo desconforto comecei a lhe fazer as perguntas que tínhamos construídas para esta categoria.

Figura 15 – Avisos nas praias de Canavieiras.



Fonte: S.O.S Mangue Mar Canes

De início Antônia, com um jeito arrogante, com o ar de superioridade, afirmou que o crime/desastre do óleo/petróleo nas praias de Atalaia, em Canavieiras/Ba, lhe trouxe problemas e impactos significativos. E que nesta época, “*houve uma queda significativa de clientes por medo da contaminação*”, e que tiveram que criar estratégias para conseguir não desfazer da sua propriedade. Segundo Antônia, tiveram “*que reduzir quase a zero o quadro de empregados*”, e que alguns cabaneiros tiveram a sorte de não fecharem as suas propriedades. Relatando com

soberba a sua sorte por não fechar a cabana: *“A nossa sorte foi que tínhamos umas reservas no banco que deu para nos segurar até agora. Se não fosse a nossa organização financeira, teríamos fechado também. Mas vários cabaneiros, donos de hotéis e pousadas, tiveram que fechar as suas portas por falta de estratégias e inteligência financeira”*. A entrevista continua, Antônia muda a sua fisionomia, dá uma pequena pausa na fala, respira fundo e começa a construir para mim uma narrativa negativa sobre os pescadores e pescadoras artesanais que estavam na luta e enfrentamento ao crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo. E inicia a sua narrativa: *“Aqui para nós... teve muito exagero sobre o óleo em nossas praias. Tiveram poucas manchas que acabaram logo. Mas o pessoal da Resex colocou terror, criaram muitas mentiras só para receberem dinheiro do governo. E isso contribuiu bastante para a redução dos turistas”*. Olhei para ela, balancei a cabeça negativamente. Falei que a partir das pesquisas que estou fazendo e diante das falas das lideranças e de outros pesquisadores, esta narrativa que ela estava me apresentando era no mínimo equivocada. E que era perceptível a grande quantidade de óleo/petróleo que atingiu a região e quanto os pescadores e pescadoras juntos com voluntários, retiraram 40 toneladas de óleo/petróleo, sem ajuda dos governos (Federal, Estadual e Municipal). Antônia deu um sorriso de deboche e falou: *“Vai acreditando. Eles mentem! Foi tudo mentira! Você está sendo iludido com estas “Fake News!”* Eu sorri de volta, agradei a entrevista concedida e me levantei. Segui pela areia da praia olhando o mar e refletindo sobre as falas de Antônia.

Na caminhada na areia, avistei um banco embaixo do coqueiro, sentei e acendi um cigarro. Enquanto fumava e contemplava a beleza do mar, a minha mente só pensava nas falas de Antônia. Acabei de fumar o cigarro, levantei-me e segui até o restaurante Sonho Dourado. Chegando no restaurante encontrei um senhor branco, aparentando 55 anos, e perguntei-lhe se era o proprietário. Ele me respondeu que sim. Me apresentei, falei da pesquisa e perguntei se poderia fazer uma entrevista com ele, respondendo que sim. Perguntei o seu nome, ele falou que se chamava Marcos. E assim iniciamos a nossa entrevista. Logo de início Marcos me falou que na época do derramamento do óleo/petróleo foi triste de se ver. Relatou que as praias ficaram cheias de pelotas de óleo/petróleo e se não fosse os pescadores e pescadoras artesanais e os voluntários, a situação seria pior. Segundo Marcos, *“foi uma grande luta. Se não fosse a organização dos pescadores com os voluntários e a contribuição de alguns proprietários das cabanas e pousadas, não seria possível a limpeza das praias e teríamos até hoje as praias contaminadas”*. A fala de Marcos mexeu comigo e me deixou mais tranquilo para o diálogo. Marcos com uma voz rouca e demonstrando orgulho por ter contribuído com a limpeza da praia, relatou muito orgulhoso a *“união entre as pessoas para manter o meio ambiente sem muitos*

impactos com o óleo". E que "o pessoal da Resex estava de parabéns e que eram grandes guerreiros e guerreiras". Nesse momento da fala de Marcos, eu balancei a cabeça dando o sinal de positivo. O diálogo se manteve e ele falou que realmente houve uma redução drástica no turismo, com a baixa de frequentadores. Segundo o mesmo, "houve uma redução de mais ou menos 90% dos frequentadores, por medo de se contaminarem e terem a sua saúde impactada negativamente". Ele também afirmou que com a pandemia da Covid-19, que chegou em março de 2020, logo após o crime/desastre ambiental, "a situação complicou e a redução em alguns momentos se chegou a 100% dos frequentadores, chegamos a não ter ninguém para atendermos. Foi e estar sendo muito difícil. Agora estão aparecendo algumas pessoas. Mas ainda vai demorar muito para retornar ao que era antes desse desastre e da pandemia". Ao falar sobre a situação passada e atual, apontou para o seu estabelecimento, com um olhar de tristeza, mostrando as poucas pessoas que estavam almoçando. Eu pude sentir na sua fala o orgulho e a esperança de dias melhores. A entrevista concluiu, o agradei e sai, novamente, pela areia da praia da costa na Ilha de Atalaia em Canavieiras/Ba.

Analisando as outras entrevistas feitas por mim e pelas companheiras de pesquisa, ficou perceptível a divergência ideológica e de interesses, entre alguns proprietários e os/as pescadores/as artesanais, referentes ao desastre/crime do óleo, quando os primeiros afirmaram existir muito alarde dos pescadores e pescadoras sobre os impactos do óleo nos territórios. Percebemos os conflitos de interesses e um alinhamento de alguns proprietários à gestão municipal, no que diz respeito à narrativa de que não existiam tantos impactos e que, por causa das "Fake News" criadas e divulgadas pelos pescadores e pescadoras artesanais nas redes sociais, os turistas se afastaram. o que impactou a economia local, como afirma Antônia em sua fala apresentada no início. Esta narrativa/tática de transformação dos pescadores e pescadoras artesanais, que estavam na frente pelas contenções e limpezas das praias, em alagoes do desenvolvimento local, ecoava em vários pontos de Canavieiras/Ba, sendo os maiores difusores desta falácia a gestão municipal e os trabalhadores da prefeitura. Estes colocavam a população local contra a Resex, na tentativa de invisibilizar as suas ações frente ao derramamento do petróleo. "Tática muito conhecida entre aqueles que querem expulsar as comunidades tradicionais dos seus territórios." (Luciene Andrade, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021). Como sabemos, no Brasil, como um todo, esta tática/estratégia é usada por grupos conservadores contra críticos e adversários ideológicos, buscando difamar os sujeitos dos Movimentos Sociais. Ainda que não convençam o público de que aquela notícia seja verdadeira, associam os pescadores e pescadoras e voluntários, a delitos e corrupções (BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018) ou outros comportamentos que julgam negativo,

mesmo que não seja correspondente a um crime. Estas notícias falsas (fake news), trazem um potencial de deterioração da esfera pública e são nocivas à democracia (MACHADO et al, 2020). Seu uso para fins políticos não é um evento recente, políticos populistas já utilizam esta artimanha há muito tempo, mas a internet amplificou essa prática. No atual contexto político-social, associado à difusão das mídias digitais e à capacidade de mobilização de grupos extremistas, “*esse artifício de difamação tem um grande potencial deletério em uma estratégia de desdemocratização e censura*” (BIANCHINI, 2020), além de tentativa de silenciamento dos agentes e sujeitos dos Movimentos Sociais vistos como opositores por eles.

2.4 – Impactos sobre as mulheres da pesca e extrativistas de Canavieiras/Ba

Figura 16 – Mulheres fazendo limpeza da praia em Puxim, Canavieiras/Ba



Fonte: S.O.S Manguê Mar Canes.

Este tópico é construído a partir das reflexões feitas diante das entrevistas concedidas no meu segundo trabalho de campo, em janeiro de 2021, com as mulheres da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia. As entrevistas foram feitas num momento complicado destas mulheres e de todas as comunidades, uma vez que tinha sido atingida pelas enchentes das fortes chuvas que ocorreram em dezembro de 2021. Nesse momento, as mulheres da Rede de Mulheres, em conjunto com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras, estavam no processo de entrega de 1200 cartões para as famílias atingidas pelas chuvas, o que possibilitou a aquisição de alimentos e itens de higiene pessoal, tendo como objetivo contribuir para amenizar a situação de insegurança alimentar das famílias afetadas.

Mesmo com todos estes problemas e tensão para darem conta das entregas para as famílias cadastradas, as mulheres da Rede de Mulheres criaram estratégias para me atenderem e podermos fazer as entrevistas. Foi difícil conseguir fazer as entrevistas nestes dias de caos. Realmente as comunidades sofreram com as grandes quantidades de chuvas que tiveram na região. Ao entrar no município de Canavieiras era possível perceber, logo de cara, as consequências negativas das chuvas. Estradas danificadas, casas dos ribeirinhos cheias d'água etc. Mesmo assim, dentro possível, as entrevistas com as mulheres da Rede de Mulheres foram feitas. Pois, para as lideranças *“é muito importante apresentarmos os nossos olhares sobre este crime ambiental, os olhares das mulheres e que foram as mais afetadas e impactadas”* (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Foram estabelecidas enquanto estratégias para entrevistas um cronograma de dias e locais (diante das disponibilidades das lideranças), e ficou decidido que eu iria na sede da AMEX e entrevistaria as coordenadoras que lá se faziam presentes e iria nas comunidades encontrar com as outras coordenadoras que não podiam se fazer presente na sede. Esta foi a melhor estratégia dentro da realidade de trabalho que estava acontecendo, *“muitas famílias para serem cadastradas e muitos cartões para serem distribuídos”*. (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Seguindo a estratégia, as entrevistas foram feitas na sede da AMEX, na comunidade Atalaia, Puxim e Puxim da Praia. Foram entrevistadas: 1) Luciene Andrade, mulher negra de 45 anos e Vice-presidente da Associação de Pecadores de Puxim do Sul; 2) Mônica Correia, mulher branca de 42 anos, Presidente da Associação de Pescadores de Puxim da Praia; 3) Lilian Santana, mulher negra de 22 anos, liderança da comunidade Campinhos; 4) Gesiani Leite, mulher negra 35 anos, liderança da comunidade Atalaia; 5) Elialda Avelino, mulher negra de 40 anos, liderança da comunidade Puxim do Sul; 6) Silvia, mulher branca de 40 anos, mãe, liderança da comunidade Atalaia; 7) Cida Maciel, mulher negra de 35 anos, mãe, liderança da comunidade Puxim do Sul; 8) Claudia, mulher negra de 40 anos, mãe, liderança da comunidade Puxim do Sul; 9) Joelma, mulher branca de 40 anos, liderança da comunidade de Puxim do Sul; e 10) Gabriela Maciel mulher negra de 20 anos, comunidade de Puxim da Praia. Em todas as entrevistas quando me apresentava e falava sobre o tema de que tratava a minha pesquisa, as mulheres mudavam o semblante, acionando a memória do processo e demonstrando as dores e angústia dos momentos de enfrentamento ao derramamento do petróleo em suas comunidades.

No primeiro dia para fazermos a entrevista sai do local que tinha alugado para passar os dias de campo, na Ilha de Atalaia, e fui em direção a sede da AMEX, agendada para as 13 horas. Fui andando e cheguei na frente da sede onde havia dois toldos brancos que acolhiam sentados famílias que foram atingidas pelas enchentes das fortes chuvas, esperando o momento para

retirar o cartão. Dei uma boa tarde a todas as famílias e chamei o companheiro Tiago, que já conhecia da primeira ida a campo em novembro de 2020, que estava na porta e veio ao meu encontro. Nos saudamos e perguntei se ele poderia chamar Luciene Andrade, Lilian Santana ou Gesiani Leite para vir falar comigo, pois eram as únicas que conhecia e tinha mantido contato até o momento. Tiago mandou eu entrar e foi chamar as lideranças. Luciene Andrade e Gesiani Leite chegaram com um sorriso no rosto, tocaram na minha mão e falaram para ficar à vontade e iniciar a entrevista com Luciene Andrade. Eu agradei por terem aceitado o meu pedido e disponibilizarem o seu tempo em meio ao caos, para participarem das entrevistas. Gesiani Leite me chamou e apresentou as coordenadoras que estavam numa sala organizando a lista das famílias e os cartões para serem entregues. Várias mulheres estavam vestidas com camisas rosas da Rede de Mulheres. Todas foram bem atenciosas, deram sorrisos, foram agradáveis, mas ao mesmo tempo deu para sentir a tensão e o cansaço diante da realidade que as comunidades estavam passando e pela tentativa de soluções coletivas. Após este momento de apresentação fui convidado para uma sala vazia onde ocorreram as entrevistas. Algumas lideranças estavam almoçando e outras no fundo da sede conversando e distribuindo os cartões. Um cheiro muito forte de café. Me perguntaram se eu queria um cafezinho. Eu aceitei e fui imediatamente começar a entrevistar Luciene Andrade. No mesmo dia entrevistei quatro lideranças. Depois de Luciene foram entrevistadas Mônica Correia, Lilian Santana e Gesiani Leite. As outras lideranças foram entrevistadas em suas comunidades.

Nas entrevistas concedidas, pude perceber que as falas das lideranças ratificam as afirmações da literatura sobre desastres, demonstrando o quanto os desastres assumem proporções alarmantes e ocasionam preocupações para a humanidade, pois além de comprometer a qualidade de vida dos atingidos, tem provocado danos que são, na maioria dos casos, irreversíveis. Estes desastres têm sido cada mais frequentes e têm atingido, de forma extremamente desigual, grupos sociais de diferentes classes, pertencimento étnico racial e gêneros. A causa destes desastres é o desenfreado desenvolvimento econômico, responsável pela crise socioambiental existente, acúmulo de riquezas e abundância de recursos para alguns, e um cenário de degradação, pobreza e morte para outros. Esses outros, como afirma Lilian Santana, com uma voz consciente do lugar que ocupa, olhando diretamente para mim, como se quisesse que as suas certezas me *atravessassem* “*tem os corpos demarcados pela classe, cor e gênero*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

A desigualdade dos impactos dos desastres, criticamente colocado nesta fala de Lilian é compreendido por Maia (2021), como consequência da expansão desigual do Neoliberalismo global e seus impactos. Para Maia, o Neoliberalismo Global é muito mais do que um regime

econômico, é um sistema sociopolítico fundado numa perspectiva de gerenciamento das comunidades e dos seus recursos naturais, estruturado na racionalidade da Supremacia Branca. Tal sistema explora diferentes grupos de forma desigual, a partir da “da hierarquização e subalternização que relaciona, de forma direta, a cor da pele e a origem geográfica, seguindo a perspectiva da evolução social e racialização dos corpos” (MAIA, 2021, p. 372). Nesta perspectiva, os corpos demarcados e racializados são classificados como corpos superiores e corpos inferiores, em que os corpos superiores vivem na zona do Ser e, os corpos inferiores, na zona do não-Ser. Voltando ainda à fala de Lilian Santana: *“Estes corpos, Samyr, que são cruzamentos entre classe, raça e gênero, como nos desastres, sofrem ainda mais as violências do capital. Como já dizia Malcolm X, não existe capitalismo sem racismo. São opressões por cima de opressões”*.

Balancei a cabeça confirmando a sua interpretação da realidade socio-racial. Ela reafirmou com suas próprias palavras a existência de uma relação direta entre o racismo e o capitalismo. Os relatos que elas estavam fazendo sobre as realidades dos impactos do derramamento do óleo/petróleo escancara a nossa sociedade e a realidade dos territórios tradicionais, e corroborando a análise de pesquisadores, estas mulheres demonstram como seus territórios foram eleitos como “zonas de sacrifício” para o crescimento econômico e avanço do neoliberalismo global (ZAGATTO, 2020). Ao converterem esses territórios tradicionalmente ocupados em “zonas de sacrifício”, os portadores do desenvolvimentismo aplicam uma política que desencadeia sistematicamente o terror psicológico, o adoecimento dos corpos e a morte. Nesse sentido, os territórios em questão não seriam apenas “ambientes enfermos” (Freitas et al. 2012), mas sim “ambientes da morte”. Pois, ainda nas palavras de Lilian: *“os corpos das mulheres das águas que enfrentaram corpo-a-corpo o petróleo ficaram doentes com grandes possibilidades de mortes. E nada foi feito até hoje. Eles elegeam, a partir da raça e gênero, as pessoas e os territórios que devem deixar para morrer e serem destruídos”*. Nesta perspectiva, Zagatto ainda coloca:

“o desenvolvimentismo assume o caráter de uma necropolítica ambiental que impõe às comunidades um lugar intermediário entre a condição de sujeitos e objetos, privando-os não apenas de seus direitos constitucionais ou territoriais, mas os obrigando a conviver de uma maneira perversamente *sui generis* com a experiência inexorável da morte” (ZAGATTO, 2020, p. 264).

Figura 17 – Mulheres indo fazer a limpeza do petróleo em Puxim do Sul, Canavieiras/Ba.



Fonte: S.O.S Mangue Mar Canes

As lideranças relataram muitas preocupações diante desta luta diária de enfrentamento ao derramamento do petróleo e os seus impactos específicos na saúde física e mental das mulheres pescadoras. Lilian Santana, com muita convicção, relata que *“na sua maioria, são chefes de famílias e mães solteiras, as preocupações e as tensões multiplicam. O corpo e a mente não aguentam tanto peso e responsabilidade. Isso adocece, de verdade, qualquer uma”* (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021), assim como Geisiani Leite que, com um olhar no horizonte e pensativa, disse: *“a preocupação sobre o futuro delas depois de presenciarem os seus territórios tomados pelo negrume do petróleo, criam estados de estresse pós-traumático”* (Geisiani Leite liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). As falas das mulheres da pesca reafirmam a necessidade de uma atenção e preocupação maior a estes grupos e construções de políticas públicas específicas de enfrentamento aos desastres. Neste sentido, Lilian Santana, em outro momento, largando a caneta, tocando no seu próprio corpo e batendo na mesa, me fala que: *“É fundamental e urgente um acompanhamento específico das mulheres que tiveram seus corpos expostos ao petróleo. É fundamental e urgente políticas públicas que atendam as mulheres adoecidas física e mentalmente”* (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Paralisado, observando atento a tudo que Lilian Santana estava a me falar, fui levado a uma reflexão, dialogada com as literaturas de gênero e desastre, sobre a necessidade de acompanhamento dos órgãos competentes do Estado com a dimensão de gênero nos registros sobre impactos dos desastres. Pois, sem estes registros, se torna mais difícil visibilizar as situações de riscos vivenciadas pelas mulheres, muito menos a construção de políticas públicas. A negligência do Estado com estas mulheres que enfrentaram o crime/desastre ambiental do derramamento do óleo/petróleo agravará a situação delas na pesca artesanal de Canavieiras/Ba e certamente, também em outros lugares afetados pelo óleo.

Isso requer, portanto uma maior atenção aos indivíduos que compõe tais grupos de modo que haja uma identificação prévia das vulnerabilidades a que estão expostas, e estudos mais específicos quanto à distribuição dos impactos entre as pessoas trabalhadoras e, sobretudo, tomadas de atitudes eficientes e eficazes pelo Poder Público que venha incluir a problemática na sua agenda política relacionada aos desastres socioambientais e seus impactos na população em situação de risco, em especial, as mulheres. (FRAGOSO, p.478)

As pescadoras relataram nas suas falas, a partir das entrevistas, terem passado por dificuldades financeiras devido aos impactos diretos do derramamento do petróleo ou pela quebra da cadeia produtiva do pescado. Essa situação de vulnerabilidade social e baixa na venda dos pescados foi evidenciada por todas as comunidades de Canavieiras. Numa entrevista feita a Cida Maciel e sua filha Gabriela Maciel, na varanda da sua casa, na comunidade Puxim do Sul, Cida Maciel me relatou que *“a venda, principalmente dos mariscos, um dos principais recursos pesqueiros na região, caiu muito, por causa da desvalorização do pescado e a queda do preço, afetando diretamente e principalmente as mulheres marisqueiras, que em sua maioria não tiveram acesso ao auxílio do governo e que, muitas vezes, possuem dupla jornada de trabalho em casa e no mar”* (Cida Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Eu tinha terminado de concluir a entrevista com Elialda Avelino, na Associação dos pescadores e pescadoras de Puxim do Sul, e o companheiro Rildon Santos, presidente da associação, me levou até a casa de Cida Maciel. Saímos caminhando pelas ruas de Puxim do Sul, e Rildon Santos me apresentava toda a comunidade, reforçando todas as informações dadas pelas mulheres da pesca artesanal. Encontramos Cida Maciel no meio do caminho. Ela estava indo me encontrar na sede da associação. Ela me convidou para fazermos a entrevista na sua casa. Sentamo-nos numa mesa na varanda da sua casa. Ela me perguntou se eu queria um cafezinho. Eu aceitei o cafezinho e iniciamos a entrevista. Foi uma entrevista muito agradável, mas com muitos momentos sensíveis e de dores, como todas as outras mulheres da pesca: assim que começávamos a falar do crime/desastre, elas acionavam a memória e a fisionomia mudava. A tristeza, a angústia, a raiva tomavam conta. O tom da voz mudava. As vezes ficavam trêmulas, outras vezes suas vozes ficavam rocas e misturadas ao choro contido.

Sentados na varanda da sua casa, Cida Maciel me falou sobre as informações errôneas, confusas, opinativas sobre a origem e a situação de consumo dos pescados e mariscos. E afirmou que estas informações foram responsáveis pela queda brusca nas vendas dos seus produtos e recursos pesqueiros e relatou o quanto estas atitudes foram prejudiciais aos seus modos de vida e a economia gerada na comunidade. Quando estávamos dialogando sobre estas

informações, Gabriela Maciel, sua filha, pede a fala e desabafa a sua indignação com a atitude dos governos (Federal e Estadual). *Oxe!! Os governos emitiram foram notas falando para as pessoas não consumirem o nosso pescado. Fez uma nota sem ao menos dialogarem com a gente e sem construir algum tipo de auxílio para nós, sabendo que estes mariscos e pescados são a nossa principal renda. Principal renda da nossa comunidade. Esta atitude foi como uma facada. Ficamos muito preocupados*” (Gabriela Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Assim que Gabriela Maciel concluiu a fala, olhando para mim e balançando bastante a cabeça, demonstrando a angústia perante as ações desastrosas dos governos, eu fiz uma leitura da sua fala e percebi que toda esta situação que as comunidades tradicionais pesqueiras afetadas pelo óleo/petróleo além de sofrerem o racismo ambiental, esta realidade evidenciava, também o racismo alimentar (INTERVOZES, 2020), que impediu o consumo do pescado produzido pela pesca artesanal de forma indiscriminada, tornando todo o tipo de recurso de origem marinha-estuarina impróprios para o consumo.

Com o corpo sendo afetado com todos estes relatos, as pernas balançando bastante embaixo da mesa e roendo as unhas, continuei as entrevistas com as duas, dialogamos sobre a demora da medida provisória (MP 908/2019), que instituiu o auxílio emergencial da pesca artesanal, e analisamos os impactos desta demora. Gabriela Maciel, novamente, pede a palavra e como se raios estivessem saindo da sua boca, ou melhor, da sua alma, me informa que a ausência do auxílio *“acelerou o aumento da situação de vulnerabilidade das pescadoras”*. Segundo ela, poucas pessoas conseguiram acessar o auxílio emergencial em Canavieiras/Ba, pois *“mais ou menos 80% dos pescadores e pescadoras não receberam o auxílio emergencial, contribuindo para que muitas pescadoras não tivessem como alimentar a si e a sua família, sendo que a maioria das pescadoras são chefes de família*. A ausência do auxílio emergencial da pesca artesanal para os pescadores e pescadoras artesanais afetados pelo desastre/crime do petróleo, demonstrou a face perversa da política deste governo federal, como uma política nefasta e de morte do governo Bolsonaro. Esta ausência do auxílio emergencial perdurou até a pandemia, onde *“as pescadoras, na sua maioria, também não conseguiram o auxílio emergencial concedido pelo governo federal aos cadastrados no cadastro único, no auge da pandemia da covid 19”* (Gabriela Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Cida Maciel, orgulhosa das falas da sua prole, sempre balançando a cabeça concordando com tudo que ela estava falando, relatou que a maioria das pescadoras, por motivo da ausência dos auxílios emergenciais, mantiveram o consumo do pescado e do marisco durante o momento de dificuldades de escoamento dos seus pescados, mesmo no auge dos impactos do petróleo em suas comunidades. Segundo ela, *“todas as pescadoras se alimentaram com preocupações com*

a saúde, uma vez que não sabiam o grau de contaminação dos pescados, dada a falta de pesquisa e informações sobre os verdadeiros impactos sobre os frutos do mar”. (Cida Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021)

Em todas as falas e em todas as entrevistas as mulheres afirmavam que foram as protagonistas na atividade de limpeza do petróleo cru. Todas com orgulho da organicidade e das suas ações coletivas de enfrentamento, são testemunhas do protagonismo da Rede de Mulheres. Gabriela Maciel com um olhar brilhando, me mostra a camisa que fizeram para as mulheres com a frase “Protagonismo feminino no combate ao petróleo na RESEX de Canavieiras” estampada no peito, e fala sem hesitar: *“As mulheres foram a maioria em todo o processo, desde o pensar estratégias de ação até a própria ação de retiradas e de contato direto com o petróleo”* (Gabriela Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). São principalmente estas mulheres, protagonistas na defesa dos seus territórios e de enfrentamento ao crime/desastre do petróleo, portanto, que resistem no território e que dão corpo à luta diária pela sobrevivência e à organização contra as violências diversas a que as comunidades estão submetidas. Elas são lideranças, asseguram “elos relevantes na manutenção das identidades e territorialidades das comunidades” (SILVA; OLIVEIRA, 2017, p. 73), garantem a produção de alimentos por meio da pesca, do extrativismo, da agricultura familiar e têm papel fundamental em assegurar práticas de aprendizado, de memórias coletivas e de trocas intergeracionais. Enfrentam também violências e opressões pela sua condição de mulheres dentro das suas comunidades, além de relações hierarquizadas de gênero da vida privada (conjugal) observadas no campo da sua cultura. Como nos diz Cida Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, “Quem vai encarar os empreendimentos, os grandes entraves dos projetos colocados nas áreas extrativistas somos nós, que estamos lá”.

Já no finalzinho da tarde, preparando-me para ir embora, o sol já estava caindo, o vento frio tocava os nossos corpos, fiquei sabendo que Cida Maciel também era Agente Comunitária de Saúde, aproveitei para conversarmos sobre os impactos do óleo para a saúde das mulheres da pesca que colocaram os seus corpos em contato com o produto contaminante na tentativa de defender os seus territórios, e ela me informou que várias mulheres, pelo envolvimento direto e protagonismo, apresentaram doenças ou sintomas relacionados a exposição ao petróleo através da inalação e contato. Segundo Cida Maciel: *“Muitas mulheres apresentaram falta de ar, irritação na garganta, tosse, cansaço, dor de cabeça, dormência, irritação nos olhos, diarreia, dor abdominal, náuseas, vômito e irritação na pele”* (Cida Maciel, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Estas informações de Cida conectaram-me com a fala de Claudia, outra liderança da Rede de Mulheres. Eu fiz a entrevista com Claudia no quintal da

casa dela. Claudia estava catando aratu junto com outras mulheres da família. Cheguei dando boa tarde e me apresentando. Todas se apresentaram. Foi uma imagem muito linda. Uma roda de mulheres catando aratu, no quintal enorme, embaixo de uma árvore, com os cachorros e crianças brincando. No lado tinha um fogo a lenha com uma panela cozinhando outros aratus que logo mais seriam catados. A entrevista foi realizada diante de um aroma prazeroso de Aratu. Quando falei sobre os impactos a saúde causados pelo contato ao óleo/petróleo, Claudia se levanta e me mostra o seu corpo, mostrando-me as manchas pretas, fazendo uma fala que mexeu muito comigo: *“Está vendo estas manchas aqui no meu braço? Ela aparece por todo o meu corpo. Elas vão e voltam. Comecei a ter estas manchas depois do contato com o petróleo. Esse petróleo nos deixou muito doente, menino! Ainda não sabemos o tamanho dos impactos dele no nosso corpo. E isso nos preocupam muito. Temos muito medo do que será o futuro da nossa saúde.”* (Claudia, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021).

Diante desta realidade que a mim foi apresentada, perguntei sobre o acompanhamento da secretaria de saúde do município, e me foi respondido, com um ar de revolta por todos que se faziam presente, que mesmo diante destes sintomas apresentados não houve uma ação específica das instâncias de saúde do município, do estado e nem da união, e nem um acompanhamento destas mulheres da pesca. Esta ausência de acompanhamento às pescadoras que colocaram os seus corpos em contato com o petróleo para amenizar os impactos nos seus territórios tradicionalmente ocupados, é muito preocupante e nos demonstra a incapacidade de gestão e a insensibilidade dos governos (municipal, estadual e da união) para com os povos e comunidades tradicionais. Uma vez que o petróleo possui compostos com características carcinogênicas, muitos autores encontraram uma associação entre diversos tipos de câncer (fígado, rins, pulmões, mama e próstata), e além de afetar psicologicamente os indivíduos, uma vez que prejudica a economia local (vendas e consumo de peixes e frutos do mar), diminui a oferta de água potável e áreas recreativas. Entre seus diversos efeitos, destaca-se o aumento no nível de estresse, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático e depressão. Uma outra grande preocupação que nos é mostrada pelas literaturas, é a possibilidade de o sistema reprodutivo ser severamente afetado e ocorra o risco de aborto espontâneo. Como nos mostra Euzébio; Rangel e Marques (2019), no seu texto:

Harville *et al.* (2017) mostraram que mulheres expostas ao derramamento de óleo do Golfo do México apresentaram maiores índices de diabetes gestacional, além de aumento de enjoo e tontura, que pode ser explicado pelo aumento dos níveis de glicose em situações de estresse. (p. 89)

Ainda na entrevista com Claudia, foi dito pela mesma que muitas mulheres da pesca e extrativistas de Canavieiras que estavam no enfrentamento direto frente ao derramamento do petróleo em suas comunidades, relataram sobre surgimentos de problemas psicológicos por causa da pressão, medo da destruição dos seus territórios e dos meios de sua sobrevivência e da família. Logo lembrei-me da entrevista com Elialda Avelino, entrevista que foi concedida na sede da Associação dos Pescadores e Pescadoras de Puxim do Sul, quando foi possível perceber o quanto esta luta árdua e constante das mulheres da pesca afetam o psicológico, fazendo-as adoecerem. Ela, sentada na minha frente, começou a chorar ao falar do seu afastamento da associação e do desgaste mental por causa da luta e enfrentamento aos desastres e tentativas de expulsões cotidianas. Com lágrimas nos olhos e a voz trêmula, Elialda Avelino faz uma fala que me acertou profundamente: *“Eu pedi o meu afastamento da coordenação da associação. Tive vários problemas psicológicos como ansiedades e depressão. Esta pressão sobre a gente é muito forte. Estamos só reagindo! Só reagindo! É um desastre em cima do outro. Tive que me afastar para cuidar um pouco de mim. É muito triste. Pois estávamos caminhando muito bem, vários sonhos e projetos. Aí vieram estes desastres e tivemos que parar tudo para pensarmos coletivamente como não morreremos. Desculpa está chorando na sua frente. Ainda mexe muito comigo”* (Elialda Avelino, liderança da Rede de Mulheres e AMEX). Nesse momento fiquei mudo por alguns segundos, meu coração apertava com esta situação. Meus olhos lacrimejaram também. Me segurei e falei para ela que a entendia: que além destas dores causadas pelo crime/desastre ambiental, existe também a beleza da luta coletiva e que esta luta coletiva nos enchem de esperança e de força. Agradei-lhe pela resistência e luta. Agradei-lhe pela existência e por lutar pelos territórios e pelas comunidades. Agradei por este momento que me fez refletir sobre a minha posição, enquanto um militante pesquisador. Elialda Avelino, enxuga as lágrimas, agradece, pega uma água para beber, me oferece água e eu aceito. No momento que estávamos bebendo a água para tentar acalmar a alma, ela ainda relata que *“Só de lembrar o meu coração fica apertado. Dá uma dor. Fico muito triste como estivéssemos ainda naquele momento. Foi feio demais! E agora com esta pandemia que piorou tudo. Não sei por quanto tempo iremos aguentar. Mas precisamos ter esperança, né?!”* (Elialda Avelino, liderança da Rede de Mulheres e AMEX).

No Guia prático de saúde mental em situações de desastre (RODRIGUEZ, 2019), consta que, durante uma situação de desastre, na maioria das vezes, o sujeito se depara de forma abrupta com a realidade. Nesse momento, o sistema nervoso se altera e pode afetar as respostas imunológicas, podendo experimentar sensações emocionais intensas que podem ir do medo paralisante à agitação desordenada, da dor extrema à ausência de dor. Após a situação de

desastre, pode continuar sentindo forte medo e ansiedade, que vão dando espaço para sensações de tristeza e irritabilidade, assim como nos apresentou Elialda na sua fala. Podem, ainda, surgir sintomas psicossomáticos como dores e agravos em geral. Nesse sentido, a readaptação será facilitada quando ele encontra apoio psicossocial, e esta intervenção não pode ser limitada aos serviços especializados. Ela deve estar presente nas ações de todos os trabalhadores que são envolvidos, de forma que a atenção em saúde mental seja oferecida a todos os atingidos pelo desastre (MCKINZIE, 2018). Dessa maneira, buscar a compreensão sobre as experiências subjetivas das pessoas nos contextos de desastres e na recuperação pós-desastre denota como os afetados compreendem o seu mundo social, após a experiência do trauma, e permite serem ouvidos, legitimando o sofrimento que emerge dessas situações de vida, oportunizando o entendimento sobre o sofrimento que é muitas vezes marginalizado e invisível com o passar do tempo (MCKINZIE, 2018). Por isso a necessidade emergencial de acompanhamento para estas pescadoras. Necessidade esta que foi percebida pela Rede de Mulheres, que tiveram a ideia de contratar uma Psicóloga para acompanhar as mulheres que apresentaram incidências de enfermidades mentais. Esta necessidade de um acompanhamento se ratifica com a fala de Luciene Andrade: *“As mulheres em Puxim do Sul choravam de desespero. Choravam com medo de não mais poder pescar e manter a sua família. Foi uma pressão psicológica muito forte sobre todas nós. O medo e a preocupação reinavam nos nossos pensamentos diariamente. Ninguém conseguia dormir. Foram muitos dias sem sono. E hoje estamos sentindo as consequências destas pressões. Várias mulheres doentes e precisando serem acompanhadas pela Psicóloga. Foi e é duro, meu filho!”* (Luciene Andrade, liderança da Rede de Mulheres e Amex). Até o momento da escrita desta dissertação ainda não houve a contratação de uma Psicóloga, por falta de recursos.

A partir dos depoimentos das lideranças, é possível afirmar que os grupos mais vulneráveis e impactados pelo derramamento do petróleo são os pescadores artesanais, em particular as pescadoras. No caso desse desastre com petróleo, houve uma ausência de resposta emergencial em saúde para proteger comunidades pesqueiras, muitas das quais negras e/ou quilombolas, sendo considerado por Pena *et al.* (2020, p.3) *“um sintoma de exclusão sistemática de políticas que negam direitos de igualdade e de equidade compensatória”*, agravando suas condições socioeconômicas, ambientais, de produção, alimentação, e, consequentemente de saúde dessas populações. Podemos afirmar que a saúde dos pescadores/as artesanais e dos voluntários não foi fruto de uma política de acompanhamento do sistema público de saúde, tendo ações pontuais, demoradas e muitas vezes inexistentes. Não houve um acompanhamento, necessário, por parte dos governos (Federal, Estadual e Municipal), dos

efeitos causados pelo petróleo nos corpos e mentes das pessoas que enfrentaram o desastre/crime ambiental. O que houve foram análises da água e dos pescados de forma pontual, visando a recuperação somente da economia e do turismo, deixando de lado os impactos socioambientais.

Estas ausências ratificam o que afirmamos sobre o território pesqueiro não estar deslocados das práticas perversas coloniais e suas heranças de destruição, genocídio, aprisionamentos, criminalização, espancamento, humilhação e desconfiguração intencional das atividades tradicionais. O Estado brasileiro, historicamente, vem produzindo interruptamente zonas de mortes com a efetivação da necrobiopolítica e da “necropolítica ambiental” (ZAGATTO, 2020). Produzem estas zonas de mortes com o aparato, sobretudo, da polícia militar, contribuindo para que os fazendeiros, funcionários do agronegócio, de mineradoras, hidrelétricas ou de outros empreendimentos capitalistas cheguem aos territórios ameaçando, intimidando, violentando e sempre desrespeitando direitos das comunidades tradicionais. Assim é que a violência “marca a disputa de interesses sobre os territórios, com mortes, ameaças, afastamentos de lideranças, restrições de direitos, entre outras consequências” (DEALDINA, 2020, p. 29).

Capítulo 3 – A Resistência: as estratégias de lutas comunitárias frente ao desastre/crime do óleo/petróleo

3.1 – Reflexões sobre o uso das Redes Sociais enquanto estratégias dos Movimentos Sociais.

Figura 18 – Ações estratégicas nas redes sociais da Campanha Mar de Luta.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

Os movimentos sociais são atores fundamentais de processos de mudança social. A concepção de movimentos sociais esteve, durante boa parte do tempo, associada aos movimentos de caráter revolucionário cujas ações e lutas políticas se enquadravam dentro de um espectro político frequentemente mais radical. Até os anos 1970, era frequente a associação das lutas políticas dos movimentos sociais a um suposto quadro de luta de classes no interior das sociedades capitalistas – portanto, dentro de um contexto muito mais amplo, relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes. Os movimentos sociais eram identificados basicamente como um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista (MACHADO, 2007).

Essa interpretação da natureza dos movimentos sociais foi bastante influenciada pelas abordagens marxistas-estruturalistas. O termo “novos movimentos sociais” surgiu para designar organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas e específicas que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das teorias predominantes (MACHADO, 2007). Eram o caso dos movimentos pacifista, de mulheres, ambientalista, antinuclear e por direitos civis e de minoras étnicas.

Nas duas últimas décadas, as tecnologias de informação e comunicação digitais tornaram-se instrumentos de importância central para que os movimentos sociais desenvolvessem suas estratégias de organização e articulação, propiciando também formas de ativismo antes inexistentes. Atuando cada vez mais em forma de rede, por meio do compartilhamento de valores e a constituição de redes de cooperação e solidariedade, os movimentos sociais conseguiram ampliar seu poder de mobilização social, superando os limites impostos pelo tradicional controle das grandes mídias (MACHADO, 2007).

Com o passar do tempo, os movimentos sociais vêm apresentando novas formas de se constituírem. Além da forma como se organizam na sociedade em rede, a forma como se comunicam também mudou. Antigamente, dependiam da existência de ferramentas específicas como boatos, panfletos, manifestos, a própria imprensa, entre outros. Na época das Tecnologias das Informações e Comunicações (TIC), as ferramentas digitais de relacionamento e comunicação, como as mídias sociais, se tornam os veículos mais rápidos, interativos e amplificadores de toda a história. A internet proporciona aos movimentos sociais a automediação, já que tem a capacidade de gerar informação de forma independente, conectando-se diretamente com o público interessado em suas causas de maneira econômica e eficiente.

Para quem tem acesso a um computador e ao capital cultural para utilizá-lo, a internet é uma importante ferramenta para a democracia e conseqüentemente para a participação social, capaz de transformar cidadãos comuns em cidadãos politicamente ativos. Assim, a atuação dos ciberativistas aumentou as vozes de protesto, *“esses novos atores políticos que surgem da internet constituem-se como ‘inteligência coletiva’ conectadas, organizadas em rede e com forte capacidade de agregar e encorajar as camadas juvenis a se juntar as causas sociais”* (JOANGUETE, 2017, p.199).

A atuação dos movimentos sociais em rede, de forma estratégica, sinérgica e apoiado no compartilhamento de ideais, deu um grande salto desde que a Internet passou a servir como infraestrutura de comunicação e articulação. Tais redes, assim como outras formas de organizações conhecidas, são caracterizadas pelo voluntariado, reciprocidade e modelos horizontais de comunicação e intercâmbio e proporcionam formas de organização e articulação em rede que eram impossíveis de ocorrer, com tal forma e alcance, há alguns anos (MACHADO, 2007). A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação eficazmente distribuída e a comunicação entre pessoas que compartilham identidades e valores comuns. Este poder resulta da ampliação da capacidade que indivíduos e coletivos têm, em

curto espaço de tempo, de produzir e compartilhar fatos, ideias, valores e experiências em torno de interesses, identidades e crenças.

Considerando as oportunidades que podem surgir com a utilização dessas novas tecnologias no processo de mobilização das lutas populares, novas estratégias podem ser formatadas na tentativa de explorar os novos meios de comunicação. Com a massificação da comunicação, através do uso dos dispositivos móveis, o “princípio da articulação externa” (GOHN, 2006, p. 257) pode ser apropriado pelos movimentos por meio daquilo que Scherer-Warren (2006) chama de Redes de Movimentos Sociais (RMS), uma estratégia que possibilita a articulação de problemáticas que transcendem as questões principais tratadas pelos movimentos locais.

“A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER WARREN, 2006, p. 113). Afinal, o potencial antissistêmico de um movimento social encontra-se na sua capacidade de articulação com outros movimentos. Por exemplo: “A Via Campesina tornou-se um elo relevante na rede de movimentos sociais rurais em vários continentes na luta antissistêmica frente ao modelo do agronegócio” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 509). Desse modo, considerando-se os inúmeros interesses cruzados dos movimentos sociais, novas estratégias têm sido formatadas na tentativa de explorar esses recursos tecnológicos, por meio do princípio da articulação externa (GOHN, 2006) na formação de Redes de Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

A Internet não apenas possibilitou novas formas de comunicação mais eficazes, de baixo custo e grande alcance, como também constituiu em si um novo espaço público para o debate político. A rede proporcionou também os meios para ações de contra-informação política, gerando a possibilidade de contraditório em relação ao noticiado pela grande mídia. Isso aumentou a influência dos movimentos sociais na formação da opinião pública e gerou maior pressão no *accountability* político de governos e corpo rações (MACHADO, 2007).

Observa-se que as ações que envolvem grande mobilização através da rede têm se orientado pela identificação de indivíduos e coletivos em valores universais como direitos humanos, de minorias, liberdade de expressão e preservação ambiental. Tais valores, por serem cada vez “mais universais” e estando associados a fatos políticos marcantes, são mais mobilizáveis, pois criam fortes identificações que facilitam a integração de indivíduos e organizações no plano simbólico (MACHADO, 2007). As tecnologias de informação e comunicação – em especial os meios com potencial de comunicação em massa – desempenham

um papel muito importante enquanto infraestrutura de apoio a processos de formação de opinião e mudança social. Os coletivos organizados no enfrentamento ao desastre/crime, na luta diária na contenção e limpeza das suas comunidades atingidas pelo óleo/petróleo, utilizaram das redes sociais com um grande aliado na comunicação e visibilização da luta denunciando descaso e a ausência dos poderes públicos. Duas grandes experiências estratégicas (nacional e local), que foram acompanhadas na pesquisa, são: 1) A Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas; e, 2) S.O.S Manguemar Canes.

3.2 – Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo.

Figura 19 – Identidade visual da Campanha Mar de Luta.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

A Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas atingidos pelo Petróleo, lançada no dia 30/08/2020, é uma iniciativa de movimentos sociais de pescadores artesanais e de organizações de defesa dos direitos humanos e socioambientais, com o objetivo de trazer à sociedade as informações sobre os impactos que as comunidades pesqueiras sofreram e estão sofrendo até hoje com o derramamento do óleo/petróleo em seus territórios, além de reivindicar respostas e reparações do governo. Fazem parte da campanha o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Pescadores e Pescadores Artesanais (MPP), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Costeiros e Marinhos (CONFREM), Rede Manguemar, Núcleo de Estudos Humanidades, Marés e Rios da Universidade Federal de Pernambuco

(NUHUMAR/UFPE), o Coletivo de Comunicação Intervezes, e a Mídia Ninja. A campanha tem apoio do Greenpeace e do Fundo Casa Socioambiental.

A campanha contou com várias estratégias coletivas de enfrentamento ao crime do derramamento do petróleo, buscando dar visibilidades dos impactos as pescadoras e pescadores das comunidades tradicionalmente ocupadas atingidas pelo óleo/petróleo. Demonstrou de forma sistemática e contundente a falta de iniciativa do Governo Federal para acionar e aplicar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes com Óleo, além de desmascarar o desmonte da política de Estado do governo Bolsonaro para o meio ambiente e sua política de destruição da natureza e de toda vida que a circunda e a compõe, inclusive a humana. Desde o início, a campanha vem exigindo respostas concretas para as famílias dos pescadores e pescadoras que estavam enfrentando sozinhas o maior crime ambiental da história brasileira.

No seu manifesto de lançamento, a campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo, apresentado por Ormezita Barbosa, Secretária executiva do CPP Nacional, na *live* de lançamento da campanha, apresentou algumas reivindicações, sendo elas: “1) A responsabilidade do estado pela ausência de respostas concretas para o grave dano ambiental e as respectivas famílias por ele afetadas; 2) Aplicação do Plano Nacional de Contingência (PNC) para incidentes de poluição por óleo; 3) Realização de investigações e estudos para apuração dos responsáveis pelo derramamento do petróleo; 4) Realização de pesquisas autônomas que deem transparência na divulgação dos dados sobre poluição, contaminação do meio ambiente (espécies, oceanos e praias), impactos na saúde e na revelação dos verdadeiros culpados pelo vazamento do petróleo; 5) Um processo amplo e rigoroso de avaliação e monitoramento da praias, mangues e oceanos. Com especial atenção para o monitoramento da exploração de petróleo na costa brasileira; 6) Impedir a abertura de novos poços de Petróleo em alto mar e criar um pensamento crítico em relação a esse tipo de atividade e os impactos que gera na vida dos pescadores e pescadoras artesanais; e, 6) Reivindicar mudanças na atual política ambiental em curso no Brasil”. (Ormezita Barbosa, secretária executiva do CPP Nacional, 2020)

No processo de enfrentamento, a Campanha Mar de Luta utilizou-se de várias estratégias para denunciar e dar visibilidade aos impactos do petróleo e a luta dos povos das águas, através da internet através de suas redes sociais (facebook, Instagram etc.) e, com utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, produziram *lives* e podcasts. Também produziram vídeos denúncias que foram publicados nas suas redes sociais, demonstrando um uso consistente do ciberespaço. As principais estratégias construídas e que serão apresentadas neste capítulo foram: 1) *lives* (lançamento da Campanha Mar de Luta,

lançamento do Manifesto Coletivo pela Vida e Direitos das Pescadoras Artesanais, e, Dois Anos do Crime do Petróleo); 2) Tuitaço; 3) Alvorada da Resistência; 4) vídeos com depoimentos de pescadores e pescadoras artesanais sobre os impactos do petróleo nas suas comunidades; e, 5) construção de lambes.

3.2.1 – Lives

a) Lançamento da Campanha Mar de Luta

A *live* do lançamento da Campanha Mar de Luta, que aconteceu no dia 30 de agosto de 2020, quando se completou um ano que as manchas de petróleo começaram a surgir no litoral do nordeste e sudeste do Brasil, teve como um dos objetivos apresentar um manifesto que dá início a um processo de ações estratégicas de lutas. Ao tempo em que denunciavam publicamente os impactos do crime do petróleo sobre as comunidades pesqueiras, também reivindicavam respostas e reparação do Governo Federal. Nas falas dos participantes da *live*, foram apresentadas as demandas da campanha, tais como a responsabilização do Estado pela falta de respostas e pesquisas sobre os impactos na saúde dos pescadores e pescadoras e sobre os efeitos socioeconômicos e ambientais; pedido de um processo rigoroso de avaliação e monitoramento das praias, mangues e oceanos atingidos; e, oposição a abertura de novos poços de petróleo nos mares e oceanos. As pescadoras e pescadores presentes na *live* apresentaram os processos de enfrentamento nas suas comunidades e os principais impactos causados pelo derramamento do petróleo. Foram construídas agendas coletivas de atividade futuras com todos os representantes que estavam presentes.

Figura 20 – Cards da live de lançamento da Campanha Mar de Luta.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

Participaram da *live* representantes dos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras artesanais, organizações de defesa dos direitos humanos e socioambientais, do Ministério Público e pesquisadores. Os representantes foram: 1) Carlos Alberto – pescador, morador da Resex Canavieiras, extrativista costeiro e marinho, liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM Brasil); 2) Beatriz Mesquita – pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e integrante do Coletivo Internacional de Apoio a Pesca Artesanal (ICSF); 3) Ormezita Barbosa – Secretária executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) Nacional; 4) Thiago Almeida – representante do Greenpeace; 5) Patrícia Paixão – integrante do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes) e coordenadora da pesquisa Vozes Silenciadas; 6) Cristiano Ramalho – pesquisador do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR/UFPE); 7) Maria Vale – pescadora e integrante da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP); 8) Martilene Rodrigues – pescadora e membro da coordenação nacional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); e, 9) Martha Figueiredo – procuradora da república do ministério público federal (MPF) em Sergipe.

Fiquei sabendo do lançamento da campanha e conseqüentemente da *live* pelas redes sociais do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) e coloquei na minha agenda para não esquecer. Pois seria um momento muito importante para me atualizar diante da realidade do crime/desastre ambiental do derramamento do óleo/petróleo, a partir das vozes das lideranças e pesquisadores aliados, e perceber como poderia contribuir com a luta. Às 15 horas do dia 30 de agosto de 2020, um domingo ensolarado no sertão, no distrito de Juazeirinho em Conceição do Coité/Ba, no quintal da casa de Mainha, para onde me mudei no período da pandemia, sentei-me na cadeira de madeira, coloquei o notebook na mesa e comecei a acompanhar a *live* de lançamento da campanha Mar de Luta. A *live* se inicia com Dona Menininha, mulher negra, liderança da Articulação Nacional das Pescadoras, aparentando 50 anos, cantando “*Nosso direito vem, nosso direito vem. Se não vim o nosso direito o Brasil perde também*” esta música de abertura da *live* demonstrou muito bem qual seria a energia da *live*. Uma energia de denúncias aos impactos e violações dos direitos, mas também, de articulação para manutenção e garantia dos direitos.

Na *live* foi possível perceber nas falas das lideranças o descaso dos governos (Federal, Estaduais e Municipais) para com as comunidades tradicionais, principalmente do Governo Federal que não colocou em ação o Plano Nacional de Contingência e não levou a sério o crime/desastre, com este grande poder de impactos sobre as comunidades e os territórios, mesmo com as atuações dos movimentos dos pescadores organizados protocolando ofícios,

alertando e denunciando. Além das medidas judiciais/extrajudiciais e ação civil pública ingressadas pelo Ministério Público Federal, nada de concreto foi feito, ficando nítido que mesmo diante de um ano de descaso por causa do crime/desastre ambiental, dos impactos socioambientais sobre as comunidades tradicionais, diante do luto e da tristeza da realidade dos pescadores e pescadoras artesanais, houve e haverá luta e resistência. Ficou evidente que este crime/desastre, como falou Dona Maninha, mulher negra, pescadora, liderança da ANP, aparentando 60 anos, com uma fala tranquila, mas muito forte e cheia de sentimentos, *“jamais sairá das nossas cabeças. Das nossas cabeças de mulheres e homens pescadores e pescadoras que vivemos das águas, que sobrevivemos do trabalho da pesca artesanal e que alimentamos a nossa família”*.

Ao mesmo tempo, em outra fala de direcionamento e de perspectiva futura, Dona Maninha nos afirma que *“não podemos deixar estes descasos e os impactos serem silenciados e que devemos dar visibilidade e criar estratégias de ação coletiva. Que mesmo com as dores, com a angústia, com a tristeza, com o luto... devemos nos organizarmos e lutar. Continuarmos na luta pela defesa dos nossos direitos e territórios!”* Esta fala me emocionou e me fez pensar sobre o quanto é importante a esperança e o acreditar na luta coletiva. O quanto é importante, diante dos problemas que o nosso povo é jogado, devemos criar estratégias para enfrentamento e jamais nos calarmos. Pausei o vídeo e fiquei a refletir. Acendi um cigarro, levantei um pouco da mesa, fui ver os patos e continuei com as falas de Dona Maninha na cabeça. As suas falas faziam eco dentro de mim. Ao retornar a *live*, muitas falas continuaram a me afetar profundamente, como a fala institucional da representante do Ministério Público Federal, Marta Figueiredo, mulher branca, aparentando 30 anos, quando esta relatou as ações desenvolvidas pelo MPF diante do maior crime/desastre ambiental brasileiro. Segundo Marta Figueiredo, com uma fala que demonstrava tristeza de não poder trazer informações positivas para as lideranças, *“no mês de outubro de 2019, nove procuradores de nove estados do nordeste brasileiro, ingressaram uma ação civil pública em Sergipe, para que a União fosse obrigada a acionar o Plano Nacional de Contingência. Pois na visão do MPF era que esse plano não estava devidamente implantado’, mas infelizmente a medida liminar foi indeferida na primeira instância”*. Esta fala da representante do MPF ratificou as afirmações das lideranças sobre a perspectiva do Estado brasileiro em relação as comunidades tradicionais.

A *live* termina com Dona Martilene, mulher negra, aparentando 55 anos, liderança da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), fazendo um resgate das articulações, mobilizações e estratégias de resistência/luta dos pescadores e pescadoras organizados/as em movimentos sociais frente ao crime/desastre

ambiental do derramamento do óleo/petróleo nas comunidades tradicionais pesqueira. Dona Martilene, com a voz trêmula, parecendo que queria colocar tudo que lhe angustiava e revoltava para fora de uma só vez e o corpo não permitia, tentando se acalmar para conseguir expressar os seus sentimentos e relatar tudo que desejava de forma didática, afirmou que *“este governo não reconhece e nega a existência dos pescadores e pescadoras artesanais e nega a produção. Esse governo não reconhece os pescadores e pescadoras porque atrapalha o seu projeto econômico”*. Esta fala é certa. Nos mostra que a problemática é muito maior. Nos mostra que o problema é a disputa de projetos, ou como nos fala Arturo Escobar (2015), uma “luta ontológica”, onde os povos e comunidades tradicionais tentam interromper o projeto globalizador neoliberal de construir um mundo (capitalista, liberal e secular), adotando a defesa de outros modelos de vida. Numa luta constante para a existência do seu povo e dos seus territórios, frente as históricas estratégias genocidas. Após estas reflexões, Dona Martilene faz a leitura do manifesto Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas Atingidos pelo Petróleo. Após a leitura do manifesto nos despedimos da *live*, e... saio com um misto de sentimentos e pensativo.

b) Live “Dois anos de crime do petróleo”

A *live* “Dois anos de crime do petróleo: justiça social aos povos das águas”, foi realizada no dia 30 de agosto de 2021, quando se completou dois anos do aparecimento das primeiras manchas de petróleo no litoral do nordeste do Brasil. O objetivo foi atualizar as discussões e os debates em meio aos dois anos sem respostas pelo crime pois até aquele momento seus impactos não tinham sido dimensionados e os culpados encontrados e responsabilizados.

Participaram da atividade, a pescadora e militante do MPP, Martilene Rodrigues, o pescador e membro da CONFREM, Carlos Alberto Santos, a pescadora e membro da ANP, Susana da Silva, a agente de pastoral do CPP BA/SE, Quitéria Gomes, o Deputado Federal de Sergipe, João Daniel e o professor do Instituto de Biologia da UFBA, Miguel Accioly.

A *live* inicia-se com as falas de apresentação onde cada participante fez uma fala rápida se apresentando e expressando a não satisfação de estarem participando da *live* do aniversário de dois anos do desastre/crime sem respostas e ações efetivas dos gestores públicos Federal, Municipais e Estaduais. Carlos Alberto, homem negro, pescador, liderança da AMEX e da CONFREM, aparentando 40 anos, em sua fala séria e muito forte, afirmou que são dois anos de ausência do Estado. De forma dramática, ele aponta que *“foram eles os primeiros a estarem, mesmo sem equipamentos adequados na beira das praias, onde os pescadores e pescadoras artesanais atuaram para fazer a limpeza e a contenção”*. Numa fala cheia de raiva diante do

descaso e abandono dos governos (Federa, Estadual e Municipal), onde fiquei paralisado lhe escutando, ele relatou que, “os pescadores e pescadoras não abriram mão, como sempre, de cuidar dos seus territórios tradicionalmente ocupados, que eram eles, angustiados com as limitações e a ausência dos poderes públicos, os guardiões e defensores da natureza e da manutenção dos territórios”. As falas de Carlos Alberto afetavam todos como flechas certas de Oxóssi e nos faziam refletir sobre a realidade vivenciada pelos pescadores e pescadoras artesanais de Canavieiras/Ba. Eu sentia muita força e poder advindos das suas falas.

Figura 21 – Card da live Dois anos do crime do petróleo.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

Carlos Alberto continuou seu relato, nos mostrando como os povos e comunidades tradicionais são criminalizados pelos poderes públicos através de construções de narrativas mentirosas e caluniosas. Narrativas histórica de marginalização e de invisibilização, não querendo que os pescadores e pescadoras artesanais “falassem sobre a problemática com medo de que prejudicasse o turismo”, esmo sendo eles “os verdadeiros defensores da natureza e do turismo. Pois eram os pescadores e pescadoras que estavam colocando os seus corpos na limpeza das áreas atingidas”. Ao escutar estes relatos de Carlos Alberto, fiquei a pensar o quanto a narrativa e o contra-narrativa são importantes. O quanto a narrativa pode transformar os homens e mulheres da pesca artesanal, protetores históricos do meio ambiente e dos territórios, em algozes. E quanto a construção da contra-narrativa hegemônica, pelos movimentos sociais organizados, são de extrema importância para reverter o quadro interpretativo e construir uma nova narrativa que dialogue com a realidade, buscando novos

aliados para resistência. E o quanto os movimentos sociais organizados da pesca, acertaram na utilização do ciberespaço para divulgação e denúncia dos impactos socioambientais e econômicos causados pelo derramamento do óleo/petróleo em suas comunidades.

Após Carlos Alberto, a pescadora e integrante da Articulação Nacionais das Pescadoras (ANP), Susana da Silva, do Rio Grande do Norte, mulher negra, aparentando 45 anos, iniciou sua fala de forma indignada, apresentando a sua tristeza por todos os impactos socioambientais causados pelo desastre/crime do petróleo e pelo descaso do Governo Federal. Com uma fala firme, que se misturava com a angústia e ódio, Susana da Silva fez ecoar a revolta de todos os pescadores/as que estavam presentes. Muitos comentários apareceram no chat da *live*, sobre o tratamento dado ao problema pelo Governo Bolsonaro, e sobre a necessidade de não deixar no esquecimento. A pescadora e liderança Susana da Silva, com a fala certa como os raios de Yansã, nos relatou que *“os pescadores e pescadoras artesanais vem a dois anos lutando contra este crime socioambiental, que se encontra sem soluções e as devidas reparações para as comunidades tradicionais pesqueira e para os ambientes naturais e marinhos”*. E que é importante salientar *“que este crime socioambiental além de ter comprometido a vida marinha e a natureza, também comprometeu a vida da sociedade de um modo geral, já que as pessoas prejudicadas tiram desse ambiente a sua alimentação e da sua família”*. Ao escutar as falas de Susana da Silva fiquei a refletir sobre a importância do território tradicional pesqueiro, que é um território de autonomia, liberdade e harmonia com os recursos naturais. E como este crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo transformou estes territórios num local de dor, angústia e morte. Me fazendo voltar no tempo e lembrar do lema da Campanha pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, em 2012, que dizia o seguinte: *“Território Pesqueiro: biodiversidade, cultura e soberania alimentar do povo brasileiro”*.

Os relatos de Susana da Silva questionam a existência de uma universalização dos impactos do crime/desastre ambiental e apontam para a ação desqualificada do governo federal diante deste caos vivenciado pelos pescadores e pescadoras artesanais. Ela reafirma seu pensamento crítico quando relata também as estratégias de enfrentamento ao petróleo desenvolvidas pelas lideranças nas suas comunidades, no estado do Rio Grande do Norte, e descreve as especificidades das estratégias ali utilizadas pelas lideranças no monitoramento de contenção e limpeza das áreas atingidas. Pois *“não houve nenhuma ação efetiva dos governos, onde os pescadores e pescadoras artesanais foram os que meteram a mão no petróleo”* (Susana da Silva, liderança da ANP, ago. 2021). Assim como em Canavieiras, as lideranças se

organizaram junto com os voluntários e foram para retirada dos petróleo. Segundo Susana da Silva, foram mais de 45 toneladas de petróleo retirados das praias.

Nos momentos das falas das lideranças, participantes da *live*, o chat ficou movimentadíssimo com muitas palavras de ordem oriundas das pessoas que estavam acompanhando (lideranças dos movimentos sociais da pesca, pesquisadores, membros de ONG's etc.). Essas palavras de ordem seguiam basicamente o mesmo caminho de sentimento e afirmações, e constituíam uma espécie de expressão coletiva da angústia sobre os impactos e de indignação sobre o descaso governamental diante do crime ambiental. Eram do tipo “*Esse desgoverno Bolsonaro é contra os pescadores e pescadoras artesanais!*”; “*O governo nunca olhou para os povos tradicionais!*”; “*Este descaso é uma estratégia de tentativa de invisibilizar os povos das águas!*”; “*Querem destruir os territórios tradicionais e entregar para o capital!*”. As mensagens, no chat, que expressavam a compreensão coletiva sobre a política desenvolvida pelo governo atual, corroborava com os sentimentos de todos que faziam parte da mesa da *live*.

O professor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, Miguel Accioly, homem branco, aparentando ter uns 60 anos, que esteve diretamente no apoio as comunidades pesqueiras de Canavieiras, seguiu a mesma compreensão, afirmando que existiu uma negligência por parte de todos os governantes (Federal, Estaduais e Municipais), em conduzir um desastre/crime desta magnitude. Apontou que se não fossem os pescadores e pescadoras a colocarem a “mão na massa”, como construções de estratégias comunitárias de ação, os impactos seriam ainda maiores. Ainda afirmou para além das estratégias iniciais, os pescadores continuaram a construir, de forma coletiva, uma saída para os efeitos nefastos dos impactos na economia local e na saúde daqueles e daquelas que com coragem/medo/angústia fizeram o enfrentamento direto ao derramamento do petróleo, constituindo-se nos verdadeiros guardiões e guardiãs do meio ambiente e dos territórios tradicionalmente ocupados. Nas falas do professor, mais uma movimentação com palavras de ordens surgiu no chat, “*Somos nós que cuidamos do nosso povo!*”; “*Nosso território é nossa vida! Iremos continuar a cuidar dele como sempre fizemos. Não é agora que iremos deixar de lutar pela nossa vida e das nossas famílias!*”; “*Viva os povos das águas!*”; “*No rio e no mar pescadores na luta!*”. Esse foi mais um dos momentos de esperança e de confiança na luta. Segundo o professor Miguel Accioly, houve um rascunho e incompleto plano de contingência nacional do petróleo e um grande descaso do governo federal. Afirmou também que vários técnicos que têm experiências com desastres e impactos ambientais, apresentaram propostas de quais planos acionarem, mas não foram ouvidos pelo governo federal, ou tiveram suas propostas negadas. Estes técnicos com expertise foram retirados das funções e técnicos inexperientes foram colocados no lugar. Além

de “*serem chamados para atuarem os técnicos das empresas petrolíferas para orientarem o governo*”. Accioly conclui afirmando que “*os pescadores e pescadoras artesanais tomaram a frete cuidando e defendendo os seus territórios e meio de vida*” (Miguel Accioly, professor do Instituto de Biologia da UFBA, ago. 2021)

3.2.2 – Alvorada da resistência

A Alvorada da Resistência foi uma estratégia da Campanha Mar de Luta com a utilização do ciberespaço. A ideia era todas lideranças dos movimentos sociais dos pescadores/as e simpatizantes da causa e da luta, no amanhecer do dia 31 de agosto de 2020, tirarem fotos dos seus atos e mobilizações nas suas comunidades, que relembresse e denunciasses os impactos socioambientais causados pelo crime do petróleo e o um ano sem respostas sobre os motivos do derramamento do petróleo. Os participantes da alvorada tiraram fotos das faixas, dos cartazes, do punho escrito “Mar de Luta”, e frases escritas na areia da praia. Após registrarem estes momentos de mobilização e denúncia na Alvorada da Resistência em suas comunidades, os participantes compartilharam as fotos no WhatsApp da coordenação da campanha e compartilharam nas suas redes sociais (facebook e Instagram). Esta atividade estratégica de denúncia coletiva sobre o desastre/crime do derramamento do petróleo nas comunidades tradicionalmente ocupadas teve um grande engajamento nas redes sociais, contribuindo para visibilidade das problemáticas e do descaso do governo federal.

Figura 22 – Registro da mobilização da Alvorada da Resistência.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

Acompanhando a Alvorada da resistência, pelo facebook da Campanha Mar de Luta, pude ver diversos pescadores/as artesanais e apoiadores da luta dos pescadores/as organizados/as, manifestando a falta de respostas dos Estado e a invisibilização dos impactos sofridos pelo crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo. Foi possível observar e sentir,

a partir das imagens a força e a união destas lideranças. Foram compartilhadas imagens de mobilizações e manifestações de várias localidades atingidas. Tiveram compartilhamentos advindas de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, São Luís do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, do Movimento das Marisqueiras Sergipe, Paraíba, Itapissuma (PE), Maragogipe (BA), Ilha Grande (MA), Ilhas das Canárias (MA), Milagres (PE), Barreirinhas (MA), voluntário do Greenpeace de Pernambuco etc. Eu e Edcarlos, enquanto membros do Núcleo Akofena⁸, também participamos da Alvorada da Resistência, compartilhamos uma imagem segurando a bandeira vermelha do Akofena, manifestando as nossas preocupações diante da realidade caótica vivenciada pelos homens e mulheres das águas, assim como, denúncias referentes ao descaso do governo brasileiro para com os territórios e povos tradicionais. Todas as imagens me atravessaram profundamente. Foram imagens fortes, que representava muito as angústias e a organicidade dos homens e mulheres das águas em defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados.

Algumas imagens, em especial, me marcaram bastante. As imagens das lideranças da comunidade Campinhos em Canavieiras/Ba e as imagens de crianças mobilizadas. Nas imagens da comunidade Campinhos, as lideranças estavam com EPI's (macacão branco, óculos e máscaras), com as mãos manchadas do óleo/petróleo e no fundo o manguezal. Estas imagens de Campinhos me chamaram muito atenção por quê representava muito a luta deste povo pela manutenção dos seus territórios e a importância do manguezal para as suas vidas. O quanto o manguezal é importante para a soberania alimentar dos pescadores/as artesanais e para a cadeia produtiva da pesca. Como sempre nos fala Eliete Paraguassu, uma mulher negra, quilombola e liderança do MPP: *“O mangue para nós é sagrado! O mangue para nós é vida!!”*. Já as imagens das crianças, com cartazes, denunciando os impactos do crime/desastre ambiental e o descaso dos governos (Federal, Estaduais e Municipais) e falando sobre a importância dos territórios para elas, me fizeram refletir bastante sobre os impactos crime/desastre ambiental sobre as suas vidas, e ao mesmo tempo, me encheram de esperança, pois representavam para mim um legado histórico/ancestral pela defesa dos territórios e o contínuo da luta organizada. Essas crianças me fizeram continuar acreditando na possibilidade de dias melhores e de um futuro em que os seus territórios não sejam transformados em zonas de mortes. Sempre com cartazes para cima, apresentando as denúncias, suas compreensões de mundo e da política, e no fundo, o território-vida (rios, marés e manguezal). Sempre quando revisito as imagens vários sentimentos atravessam o meu Ser. O ódio e a esperança sempre aparecem com mais frequência e força.

⁸ Akofena é um núcleo de negros e negras estudantes da UFRB, criado no ano de 2009.

3.2.3 – Tuitaço

Figura 23 – Card convocatória para o tuitaço.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

O Tuitaço foi outra ação estratégica da Campanha Mar de Luta nas redes sociais, que tinha como objetivo dar visibilidade aos impactos socioambientais do desastre/crime do derramamento do petróleo e à campanha. A ideia era todas lideranças dos movimentos sociais dos pescadores/as e simpatizantes da causa e da luta, no dia 31 de agosto de 2020, a partir das 14 horas, compartilharem no twitter um texto, uma reflexão ou fotografia referente a um ano sem respostas do crime ambiental utilizando a hashtag: #mardeluta. O tuitaço seguiu na mesma perspectiva da Alvorada da Resistência, na verdade, uma extensão da ação coletiva que iniciou com a alvorada. Várias lideranças participaram do tuitaço contribuindo com a luta dos movimentos dos pescadores organizados. Esta ação chamou muito a minha atenção, pois era a utilização da ferramenta de comunicação rápida e dinâmica nas redes sociais e teve muito engajamento. Todos os dias chegavam, no meu celular, notificações de um twitter da resistência, uma mensagem de luta e denuncia referente ao crime/desastre do derramamento do petróleo nas comunidades pesqueiras. Durante vários dias eu tutei mensagens e imagens apresentando o meu olhar sobre esta situação e denúncias sobre os impactos socioambientais e o descaso dos representantes dos Estado. Realmente foi mais uma ação coletiva estratégica bem-sucedida. Foi possível ver e perceber com o tuitaço o quanto esta ferramenta é importante para dá visibilidade as problemáticas e as denúncias dos movimentos sociais. O quanto é necessário utilizarmos esta ferramenta como mais uma arma da luta coletiva. E o quanto o ciberespaço se tornou um local de reflexão coletiva sobre temas delicados e necessários para a nossa sociedade.

3.2.4 – Vídeos

No mês de outubro de 2020, a campanha mar de luta lança uma série de vídeos (curtas de até seis minutos), em que as lideranças pescadores e pescadoras das comunidades atingidas pelo petróleo relatam as problemáticas existentes, os impactos socioambientais causados nas suas comunidades, denunciando o descaso do governo federal diante do desastre/crime, além de fazerem a leitura coletiva do manifesto. Os vídeos foram produzidos com algumas das comunidades pesqueiras atingidas do Nordeste e na sua maioria foram feitas por mulheres pescadoras e marisqueiras. Ao todo, até o momento da pesquisa, foram produzidos 16 vídeos. Esta ação estratégica de visibilidade e denuncia teve um alto compartilhamento entre as redes sociais das lideranças e militantes simpatizantes da causa, além de um bom engajamento na internet.

Figura 24 – Print tirado do vídeo denuncia e depoimento da Campanha Mar de Luta.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

Em todos os vídeos foi possível perceber a organicidade das lideranças e a necessidade de dar visibilidade aos impactos socioambientais e econômicos gerados pelo crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo. Foi possível perceber a revolta por causa do descaso do governo brasileiro perante os povos e comunidades tradicionais. Destacarei um vídeo que me chamou muito atenção, que é este da imagem printada acima, pois demonstra muito o teor dos 16 vídeos compartilhados e analisados.

O vídeo destacado foi produzido pelas lideranças do Estado do Ceará. Inicia com uma música de fundo expressando na sua letra a importância do território para os pescadores e

pescadoras artesanais, enquanto vão apresentando, em imagem, o próprio território (mar, rio, manguezal, barcos, casa de pesca etc.), além de uma criança acompanhando a sua família numa atividade de pesca. Várias faixas colocadas nas casas de pesca e na areia da praia com as seguintes frases: “Um ano sem resposta!”; “Justiça social aos povos das águas atingidos pelo petróleo!”; e, “Fora Bolsonaro!!”. Com falas muito forte de Dona Maninha, mulher negra, integrante da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), aparentando 50 anos, que com o braço erguido e punho fechado denunciava os impactos e o descaso do governo brasileiro. Braços pintado de preto, simbolizando a contaminação pelo petróleo, Dona Maninha com falas que nos afetam diz:

“Estamos aqui para mais uma denúncia. É mais um ano sem resposta, mais um ano de luto e mais um ano de luta!”; “Não sabemos quem fez isso com o nosso sustento. Pois para nós pescadores e pescadoras artesanal, o rio, o mar, o mangue é o nosso sustento!”; e, “Precisamos de respostas urgentes por tudo que aconteceu e tudo que ainda está acontecendo. Estamos aqui no dia de luta, nesse mar de luta, contra este governo que aí estar!”.

Estas falas nos levam a perceber os impactos, o descaso dos governos (Federal, Estaduais e Municipais), mas também, a resistência e a luta dos homens e mulheres da pesca artesanal pela manutenção dos seus territórios tradicionalmente ocupados. Que para além do luto, existe e sempre existirá a luta. Ao lutar, os atores em movimento (pescadores e pescadoras artesanais) estão lutando por instituir outras configurações territoriais possíveis. Além de reconhecimento de um determinado modo de viver nos seus territórios tradicionalmente ocupados, o respeito que merecem suas histórias, seus costumes e suas criações (Gutiérrez, 2015). Uma luta pelo território tradicionalmente ocupado que além de ser abrigo, é fonte de recursos que permitem a vida, e definido culturalmente como um princípio de identificação e pertencimento, carregados de valores e memórias. No enfrentamento as violências apresentadas, na linha de frente e no acúmulo de forças cotidianas que garante a resistência na luta, estão as mulheres da pesca artesanal. A batalha das pescadoras e sua ação política não é instintiva, porque estão sob ameaça suas vidas, dos seus filhos e dos seus companheiros; como poderíamos supor, é política, mas a política delas comporta afetos, pois, para elas e dentro da sua cosmovisão, que me foi apresentado, o afeto pode ser transgressor e político. É uma dimensão de luta, a partir da cosmovisão, de seus modos de ser e, sobretudo, da ancestralidade, que é parte de suas interações e organicidade com os territórios tradicionalmente ocupados.

3.2.5 – Construção de Lambes

Em dezembro de 2020, a campanha Mar de Luta lançou uma chamada artística para construção de lambes, onde convocaram os artistas sensíveis a causa e engajados a enviarem suas artes que tinham relações com o desastre/crime do petróleo. O resultado da convocatória artística, com a escolha das artes enviadas, foi em janeiro de 2021. Após o resultado, estas artes foram transformadas em lambes com o apoio da Lab Práticas Gráficas/UFPE. Foram utilizadas artes digitais, colagens, pinturas, gravuras, desenhos etc. Esses lambes foram colados em todas as comunidades e capitais atingidas e impactadas pelo desastre/crime. A primeira capital foi Recife/PE.

Figuras 27 – Lambes selecionados da Campanha Mar de Luta.



Fonte: Campanha Mar de Luta.

As construções de lambes foi outra estratégia da Campanha Mar de Luta, em parceria com a Lab Práticas Gráficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que teve como objetivo utilizar a arte para denunciar os impactos socioambientais causados pelo desastre/crime do petróleo que atingiu todo o litoral Brasileiro e afetou os meios de vidas das comunidades tradicionais pesqueira das regiões. Os lambes são vertentes da arte de rua que utiliza cartazes como intervenção urbana., que historicamente são usados com propósitos diferentes que vão desde uma simples transmissão de ideias e pensamentos ou divulgação, a protestos elaborados através de imagens e textos, geralmente, colados nos muros com a ajuda da “cola de farinha”.

A estratégia da utilização dos lambes pela campanha mar de luta foi fundamental para ampliação da visibilidade e da comunicação. Com os lambes foram alcançados públicos mais variados, ao integrarem a paisagem urbana das cidades. Estes lambes, e consequentemente, as denúncias impressas, participaram e participam, da vida diária de todos que por estas cidades circulam. Ganham força por alcançarem um público muito diverso. Os lambes contribuíram para remodelar as cidades e dar a elas um caráter de comunicação compartilhada, de recepção de novos significados, tensões e mudanças. Demonstrando o poder estratégico dos lambes de rua. Pois caminhando pelas ruas ou transitando em uma condução, não importa a forma de mobilidade, as visualidades urbanas através dos lambes, de alguma forma provocam a todos, com as suas mensagens e denúncias expostas.

3.3 – S.O.S Manguemar Canes

Figura 28 – Identidade visual do S.O.S Manguemar Canes.



Fonte: S.O.S Manguemar Canes.

O S.O.S Manguemar Canes foi um coletivo criado no dia 12 de outubro de 2019 pelas lideranças locais, voluntários e instancias governamentais, com o intuito de construir estratégias e planejamento coletivo para o enfrentamento ao desastre/crime do petróleo, desastre este que atingiu as comunidades que abrangem a Resex Marinha de Canavieiras (Canavieiras, Uma e Belmonte). Participaram do coletivo voluntários e voluntárias da sociedade civil, pescadores e pescadoras das comunidades, associações comunitárias, Rede de Mulheres de Comunidades

Extrativistas Pesqueiras da Bahia, AMEX e ICMBIO. O S.O.S Manguemar Canes, foi responsável pela construção de um plano de contenção para minimizar os impactos do óleo/petróleo nas praias e evitar que este alcançasse o estuário e os manguezais, constituindo-se comissões que tinham como objetivo realizar a limpeza e monitorar as áreas afetadas, onde os coordenadores e coordenadoras foram escolhidos/as pelas comunidades.

Conheci o coletivo S.O.S Manguemar através de uma *live* organizada pela Teia dos Povos⁹, intitulada “Guerra da Água: o impacto do petróleo da costa brasileira”, que faz parte de um lindo projeto de reflexões coletiva, debates e denúncias no seu canal do youtube chamado “Diálogo com os povos”, a *live* aconteceu no dia 18 de julho de 2020 (sábado), as 10 horas da manhã, com as participações de Carlos dos Santos (Carlinhos), liderança na AMEX e da COFREM, pescador da Resex de Canavieiras (BA); Lilian Santos, Pescadora da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia e liderança da AMEX; e, Leandro Barbosa, repórter freelance que acompanhou as lideranças de Canavieiras, dando visibilidade sobre as problemáticas do desastre/crime a partir das falas dos pescadores e pescadoras. Os participantes falaram sobre os principais impactos socioambientais causados pelo desastre/crime do derramamento do óleo/petróleo em Canavieiras/Ba, sobre as estratégias de enfrentamento (em particular sobre o S.O.S. Manguemar Canes), e a inexistência de ações dos governos (Federal, Estadual e Municipal). Foram falas fortes e cirúrgicas, que criaram reflexões e debates importantes no chat, como por exemplo sobre o papel do Estado e a sua participação no enfrentamento ao desastre/crime. Além das reflexões sobre as leis de marcos normativos que são cada vez mais permissivas como instalações de grandes empresas transnacionais (que desfrutam de uma série de privilégios como exonerações fiscais), com graves impactos ambientais, sanitários e produtivos, e grandes prejuízos para vida das comunidades (transformando-as em zonas de mortes).

Sentado no meu quarto, num sábado de chuva, na cidade de São Félix, observava atentamente a *live* e as falas das lideranças, de frente para o notebook e reflexivo, Lilian Santana, com a sua voz rouca e potente, como as trovoadas e os relâmpagos constantes que nos afetavam aqui no recôncavo, relatou sobre as angústias diante do desastre/crime ambiental e sobre as estratégias construída coletivamente a partir do coletivo S.O.S Manguemar Canes. Lilian falava com muito orgulho desta união entre voluntários e pescadores/as. Falava da

⁹ A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas, que tem como objetivo formular os caminhos da emancipação coletiva, na perspectiva de uma construção solidária de uma aliança preta, indígena e popular. Articulação que as lideranças da AMEX e da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia fazem parte.

importância de se organizarem e o quanto esta organização e ações serviram de exemplos. Quando Lilian Santana falava, sentia a potência da sua fala, assim como, sentia dos raios que iluminavam o meu quarto escuro. Me arrepiava, a emoção tomava conta do meu Ser, acendia um cigarro e tomava um cafezinho para amenizar os impactos das informações. Segundo ela,

“As estratégias organizadas pelos pescadores, pescadoras e voluntários da sociedade civil, conseguiram amenizar os impactos que estavam por vim com este crime ambiental. De forma coletiva e sem ajuda nenhuma dos governos, o S.O.S Manguemar Canes conseguiu construir estratégias que fez sobressair a união dos povos afetados, assim como, se tornar referência a ser replicados por outras comunidades que também foram afetadas por este crime ambiental, como as comunidades que fazem parte das unidades de conservação do Sul e Extremo-sul da Bahia” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jul. 2020).

Nesta live da Teia dos Povos, onde conheci o S.O.S Manguemar Canes, o chat se manteve bem caloroso com os debates e as falas das lideranças se mantinham no caminho da indignação e da beleza da construção coletiva das ações dos pescadores e pescadoras frente ao desastre/crime. Carlos Alberto, outra liderança, com falas certeiras e carregadas de uma força de anos de lutas, de forma muito firme relatou a experiência da elaboração do plano de ação pelas mãos daqueles e daquelas que fizeram parte do coletivo. A sua fala que apresentava a organicidade do plano, veio carregada de força ancestral, apresentando a importância dos saberes tradicionais para construção das ações coletivas que dialogassem com a realidade local. Sendo o *“Plano de emergência rudimentar, mas nosso dos pescadores e pescadoras, adaptado a nossa realidade. Nesse plano a gente elenca quais seriam a quantidade de pessoal, material e equipamentos que precisaríamos para fazermos uma contenção e uma limpeza da área da Resex. Uma área de 70 km de costa.”* (Carlos Alberto, Liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020)

O coletivo S.O.S Manguemar Canes ratificou a ideia de que estamos por nossa própria conta, e que as estratégias utilizadas pelo coletivo foram fundamentais. Tentarei, nos tópicos abaixo, descrever algumas estratégias desenvolvidas pelo coletivo a partir das suas vozes retiradas das *lives* e das entrevistas feitas nos campos, para que se possa conhecer um pouco da grandeza que foram as ações coletivas e a importância para a manutenção dos territórios tradicionalmente ocupados de Canavieiras/Ba.

3.3.1 – Estratégias de mobilização, contenção e limpeza organizadas pelo S.O.S Manguemar Canes.

Numa tarde de terça-feira, 09 de novembro de 2021, após o almoço, fomos para a sede do ICMBIO para entrevistarmos o servidor técnico Raimundo Bonfim, que atuou diretamente no monitoramento, contenção e limpeza das áreas atingidas, coordenando o coletivo S.O.S. Manguemar Canes. Chegamos as 14 horas no local agendado e esperamos pelo companheiro Raimundo Bonfim. Estávamos ansiosos para entender a sua participação e como a instituição se colocou no apoio as comunidades atingidas e como foi a relação com as lideranças. Ficamos na sala principal esperando a sua chegada. Ele chegou as 14 horas e 15 minutos, apertou as nossas mãos e nos convidou para irmos para área de reunião que ficava no segundo andar do prédio do ICMBIO. Quando chegamos na área de reunião pegamos as cadeiras e fizemos um círculo e iniciamos a conversa. Podemos observar que no espaço estavam armazenados vários EPI's, que foram de doações para a atividade de retiradas do óleo/petróleo do mar e praias atingidas. Apresentamos a proposta da pesquisa e nos apresentamos. Perguntamos se poderíamos gravar a entrevista, ele sinalizou positivamente. Ligamos os gravadores, pegamos os cadernos de anotações e iniciamos a entrevista, a partir do roteiro, que foi criado, de forma coletiva, na manhã deste mesmo dia, na casa que estávamos alojados no bairro Atalaia.

Logo de início, Raimundo Bonfim nos informou que partiu dos pescadores e pescadoras organizados da AMEX e da Rede de Mulheres a iniciativa de se construir algumas estratégias, de forma coletiva, a partir dos conhecimentos tradicionais, para conter de alguma forma o óleo/petróleo que estava por chegar. Pois os pescadores e pescadoras artesanais locais, pelo conhecimento que tinham sobre as correntes das marés, tinham a certeza da chegada do produto contaminante nas suas comunidades. Diante deste conhecimento tradicional e das preocupações referentes aos impactos possíveis sobre os seus territórios, os pescadores e pescadoras artesanais organizados/as, buscaram o ICMBIO para levar as suas preocupações e cobrar uma ação do ponto de vista preventivo. Raimundo quando nos falava da iniciativa das lideranças, apresentava-nos nas suas falas, um sentimento de orgulho dos pescadores e pescadoras, mas também uma frustração em relação a sua atuação enquanto servidor do ICMBIO. Pois pode perceber os limites das suas atuações e a negligência do governo, ao qual ele representava enquanto corpo técnico do ICMBIO, diante das demandas das comunidades extrativista pesqueira. Esta sensação apresentada por Raimundo tomou a reflexão de todos que estavam ali presentes. Em mim, particularmente, ficou a certeza da importância da organização coletiva para defesa dos seus territórios. A certeza de que os movimentos sociais são espaços de

fortalecimento das identidades e de vínculos na luta pelos direitos coletivos e que as suas existências contribuem para a manutenção das vidas.

Seguimos com a entrevista com Raimundo Bonfim, naquela tarde de sol, quando lhe perguntei sobre as primeiras ações construídas de forma coletiva, após a procura do ICMBIO pelas lideranças e com foi o processo. Raimundo Bonfim, bem didático, nos falou que a primeira ação foi construir coletivamente uma reunião no Colégio Modelo, no dia 12 de outubro de 2019, onde foi elaborado o plano de ação e emergência, com funções definidas de mobilizações, alcances de donativos e divulgação. Continuava a sua fala cheia de orgulho sobre a construção do plano de ação e emergência, de forma coletiva, com os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais organizados que estavam nesta reunião, pois *“o Plano de ação e emergência foi divulgado oficialmente pelo ICMBIO, e tornou referência para outras Unidades de Conservação no extremo sul da Bahia, como a Resex do Corumbá, Caravela etc.”* (Raimundo Bonfim, Técnico do ICMBIO, nov. 2021). Nos relatou outra importante estratégia que dialogava com as expertises e conhecimentos dos pescadores e pescadoras artesanais local, que foi o diálogo com os pescadores de camarões que têm embarcações maiores e eram treinados para enfrentamentos aos desastres causados por derramamentos de petróleo na região. Relatou que após a reunião do dia 12 de outubro de 2019, no Colégio Modelo, em Canavieiras/Ba,

“identificamos e fizemos uma lista de pescadores de camarão que foram treinados por algumas empresas que faziam prospecção de petróleo aqui na frente da cidade. A gente fez uma relação deles, com os barcos que eles dispunham e a capacidade do motor para ver a necessidade de fornecimento de combustível no futuro, quando o óleo chegasse, para fazer o monitoramento” (Raimundo Bonfim, Técnico do ICMBIO, nov. 2021)

O sol já indo, a temperatura mudou, o vento batia com mais força, e nós ainda estávamos no diálogo sobre o processo de enfrentamento frente ao desastre/crime do derramamento do óleo/petróleo na região da Resex Marinha de Canavieiras, Raimundo Bonfim nos fala sobre a mobilização que foi realizada pelas lideranças pesqueira que fazem parte da AMEX e da Rede de Mulheres nas comunidades que foram afetadas. No processo de mobilização, as lideranças foram a todas as comunidades para se reunir com as lideranças locais e refletir sobre a gravidade da problemática e construir, coletivamente, estratégias de mobilização e informação interna. Segundo Raimundo Bonfim: *“A gente, junto com as lideranças, fizemos um lindo trabalho de mobilização até Pedras de Uma, chamando as comunidades, informando sobre os impactos do*

petróleo em outros estados e a possibilidade de chegar nas comunidades daqui.”. Pois a grande preocupação era o petróleo chegar nas barras de Canavieiras. E que “*após o trabalho de mobilização por parte das lideranças, começaram a surgir as primeiras doações feitas por empreendedores da cidade, de materiais para retirada do petróleo das praias, começaram a surgir inscrições dos voluntários da sociedade civil e as embarcações para fazerem as primeiras saídas visuais*” (Raimundo Bonfim, Técnico do ICMBIO, nov. 2021). É possível perceber a importância da mobilização das lideranças na construção das estratégias/ações coletivas para fazer frente ao desastre e defender o território e o modo de vida, assim como, o fortalecimento da identidade coletiva e a solidariedade dos indivíduos que se identificaram com a luta e com os objetivos da Ação Coletiva. Os Movimentos Sociais são fortalecidos quando fazem surgir uma identidade entre os participantes do conflito (aqui no caso os pescadores e pescadoras), que passa a ser compartilhada também pelos sujeitos sociais que estão fora do conflito e não compõem o grupo social formador da ação coletiva, mas se sensibilizam com a causa desse grupo. “O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2009, p. 258).

Durante as falas de Raimundo Bonfim, fui acionando a memória e lembrando das falas de Carlos Alberto e Lilian Santana, na *live* da Teia dos Povos, relatando sobre as estratégias, mobilização e as primeiras ações do coletivo S.O.S Manguemar Canes. Nesta *live*, as lideranças relataram que foi definido o marco zero das manchas (chegada do petróleo em Ilhéus/Ba), por estar a 115 km de distância e por causa do conhecimento dos movimentos da maré, com certeza, o óleo/petróleo chegaria nas suas comunidades, e “*com a contagem regressiva, para colocarem as estratégias de monitoramento (foram 13 pontos de monitoramento) e contenção, postas no plano de ação, em prática*” (Carlos Alberto, liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020). Como apresentando no segundo capítulo desta dissertação, o óleo/petróleo chega em Ilhéus/Ba no dia 26 de outubro de 2019, e já no dia seguinte, no dia 27 de outubro do mesmo ano, chegam as primeiras pelotas nas áreas da Resex Marinho de Canavieiras.

Ainda na *live* da Teia dos Povos, as lideranças falaram sobre o momento de caos e desespero quando chegaram as primeiras pelotas de óleo/petróleo em suas comunidades, e que diante desta realidade que lhe deixavam mergulhados na tristeza e angústia, colocaram o plano de ação e emergência em prática. Segundo Carlos Alberto, em uma das suas falas relatou que, “*(...) foram divididas tarefas e comissões com a participação das lideranças e voluntários*”. Existiam grupos nas comunidades responsáveis pelo monitoramento das áreas, limpeza dos

locais atingidos pelo petróleo, compartilhamento das informações, diariamente, sobre a realidade local e as atividades desenvolvidas. Carlos Alberto nos informa sobre a quantidade de lideranças que participaram no monitoramento e limpeza em todas as localidades atingidas, e essa quantidade de participação encheu meu coração de esperança na construção coletiva. Pois “*foram mais de 300 lideranças de diversas comunidades espalhadas ao longo de 70 km a área da Resex, sem nenhuma contribuição e atenção dos governos (Federal, Estadual e Municipal).*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jul. 2020). Em todo o processo, relatados nas falas, ficou nítida a ausência do poder público, o nível de comprometimento e engajamento das comunidades e a solidariedade dos voluntários. Segue abaixo duas falas de Carlos Alberto que reforçam a organicidade e comprometimento das pessoas envolvidas:

Então... era, diuturnamente, os pescadores e pescadoras, com o apoio de algumas pessoas, como o próprio pessoal do ICMBIO, que estavam em campo para fazer esta atividade de monitoramento e retiradas. (Carlos Alberto, Liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020)

Nesse processo, coisas que marcaram muito a gente foi o comprometimento que a companheirada teve para fazer este enfrentamento. E a solidariedade dos muitos voluntários, pessoas que nem eram pescadores e se engajaram junto com a gente. (Carlos Alberto, Liderança da AMEX e CONFREM, jul. 2020)

Figura 27 – Limpeza da maré na comunidade de Puxim do Sul.



Fonte: facebook do coletivo S.O.S Manguemar.

Na sede do município de Canavieiras, ficou um grupo de gestão que tinha como objetivo buscar apoio de voluntários e conseguir doações de água, alimentos e EPI's. Segundo Carlos Alberto, “*A sede do ICMBIO foi transformada no espaço de reuniões e encontros da gestão e*

dos voluntários.” Raimundo Bonfim, na entrevista feita na sede do ICMBIO, nos falou das estratégias elaboradas com as embarcações, no processo de monitoramento e retiradas de manchas maiores que estavam no alto mar e, sobre as utilizações dos barcos menores para atuação nas bocas das barras. Essas estratégias apresentadas por Raimundo Bonfim demonstram a importância das tecnologias tradicionais para a sobrevivência dos povos das águas e para manutenção das suas vidas e dos seus territórios em momentos de crise e crime/desastre ambiental. Com as mãos construindo um triângulo, Raimundo Bonfim nos fala sobre a estratégia: *“Essas embarcações saiam e direção ao norte da Resex, pela Ilha de Comandatuba e seguia para o alto mar e retornavam, construindo um desenho de triângulo, em baixa velocidade e com binóculos”* As embarcações utilizaram trynet (rede com tamanho reduzido, conhecida como rede de teste), tecnologia tradicional de pesca, para observar a existência de petróleo na lama do fundo do mar. Havendo uma quantidade significativa de petróleo no local do teste, jogavam a rede maior, conhecida como rede de arrastões.

Figura 28 – Barreira de contenção permanente produzida com rede de pesca.



Fonte: facebook do coletivo S.O.S Manguemar Canes.

Além das embarcações, nos foi apresentada uma outra estratégia que dialoga novamente com as tecnologias tradicionais e com a importância de construir ações dialogadas com as lideranças, que são os mestres dos saberes local, num diálogo entre os saberes científicos e os saberes tradicionais: as construções de barreiras de contenção fixa, que tinha como objetivo evitar que o óleo/petróleo chegasse no manguezal, pondo em risco o estuário. Esta estratégia foi coordenada pelo Professor Dr. Miguel Accioly, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em diálogo e parceria com as lideranças local. As redes utilizadas nas barreiras fixas de

contenção, “*seguiram padrão onde os peixes conseguiam se livrar do equipamento, ficando apenas folhas, galhos e petróleo, se esse último estivesse presente na água. A contenção era monitorada pelas lideranças duas vezes ao dia, uma pela manhã e outra no final da tarde*”, como nos afirma Carlos Alberto em sua fala.

No Plano de Ação, além de serem definidas as estratégias de contenção e limpeza das áreas atingidas, definiu-se o local prioritário para depósito do material contaminante retirado das praias pelos pescadores/as e voluntários. Foi sugerido, dentre os locais, o aeroporto do município de Canavieiras, até a chegada da orientação do Governo Federal referente ao procedimento do destino do produto. Ressaltou-se, no plano de ação, que o local deveria ter condições adequadas para a não existência de mais impactos, ficando com a responsabilidade da tarefa a representante da Secretaria de Meio Ambiente, que na época fazia parte do coletivo S.O.S Manguemar Canes, ou seja, “*a responsabilidade quanto a coleta do material retirado das praias pelo coletivo e destinação final do produto era da gestão municipal*” (Lilian Santana, Liderança da Rede de Mulheres e AMEX). Como resultado de muita pressão social, os tuneis com o petróleo foram retiradas das praias pela prefeitura, porém foram colocados em local inadequado, na Escola desativada, Professora Rita Braga, no bairro Tancredão. Visto que é um bairro residencial e o material altamente tóxico e inflamável, isto representou um grande risco à população que morava ao entorno, pois não existia segurança adequada quanto ao isolamento da área, além de ser um espaço utilizado pelas crianças do bairro como área de diversão. Diante desta realidade, os moradores, com medo dos possíveis impactos, pediram a retirada imediata do material.

Segundo Raimundo Bonfim, diante desta problemática do local inadequado e dos questionamentos dos moradores do bairro Tancredão, o prefeito em conjunto com os servidores municipais criou “*Fake News sobre a responsabilidade do destino do petróleo, tornando um grande problema para o ICMBIO. E os moradores do Tancredão começaram a achar que o ICMBIO era o responsável por largar lá o material tóxico*”. Esse relato do servidor do ICMBIO sobre o local inadequado, num bairro residencial é mais um caso de Racismo Ambiental, como pude constatar quando posteriormente perguntei a Lilian Santana qual era a configuração habitacional deste bairro, qual a classe e raça dos residentes. Segundo Lilian Santana, o bairro realmente era periférico, numa região de vulnerabilidade social e afastado do centro de Canavieiras, com moradores em sua grande maioria negra. Ainda sobre a situação de armazenamento dos tuneis cheios de petróleo na Escola professora Rita Braga, Raimundo nos contou que foram fazer uma vistoria no local e observaram que os servidores municipais não tiveram cuidados devidos para armazenar os tambores, pois jogaram todos de cima da caçamba

que estava recolhendo rompendo assim todos os tuneis. Além de estarem exposto ao sol volatilizando o material tóxico. Estas situações de irresponsabilidade administrativa da prefeitura municipal, *“tornaram-se mais problemas para o ICMBIO e o S.O.S Manguemar desgastando ainda mais os membros do coletivo”* (Raimundo Bonfim, Servidor Técnico do ICMBIO, nov. 2021), e ao total, foram retiradas pelos pescadores/as e voluntários mais de quarenta toneladas de petróleo das praias e mar.

Esta situação relatada pelo técnico servidor do ICMBIO demonstra a fragilidade e desarticulações das ações na garantia da destinação adequada do óleo/petróleo, sendo as ações feitas na base do improvisado pelo gestor municipal. Como prevê o próprio Plano Nacional de Contingência, para compreendermos a irresponsabilidade da União, a responsabilidade da coleta e armazenamento deveria ser do Governo Federal, que mais uma vez não arcou com as suas responsabilidades perante o crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo. Isto demonstra também o que Carlos Alberto, liderança da CONFREM e da AMEX tem reafirmado nas lives, *“que o Estado Brasileiro foi incapaz e incompetente diante de uma situação tão grave como essa que aconteceu. Que prejudicou os pescadores e pescadoras artesanais em larga escala”*. É de fato uma negligência administrativa e descaso com os povos e comunidades tradicionais.

3.3.2 – Estratégias de comunicação e visibilidade da luta

Foram realizadas pelo coletivo S.O.S Manguemar Canes diversas estratégias de comunicação e visibilidade da problemática do desastre/crime nas suas comunidades e a luta diária das lideranças e voluntários para contenção e limpeza das praias. Sobre as estratégias de comunicação e visibilidade, Lilian Santana, na Live da Teia dos Povos relata que foram utilizadas enquanto estratégias *“atos de rua, seminário na escola, divulgação nas rádios comunitárias, entrevistas nos meios de comunicações parceiros, carro de som, utilização das redes sociais facebook e Instagram do coletivo) e participações em lives”* (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jul.2020).

Diante desta fala de Lilian Santana percebe-se o quanto a mescla de estratégias tradicionais dos movimentos sociais e uso do ciberespaço contribuiu para visibilidade da luta e construção de uma rede de apoio e articulação com outros movimentos sociais organizados e com a sociedade civil que participaram enquanto voluntários. Segundo Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, na entrevista que fizemos na sede da AMEX, janeiro de 2021, a utilização das redes sociais, diariamente, com as informações das atividades e monitorias das /nas comunidades, *“contribuíram para o enfrentamento as Fakes News que*

foram construídas e compartilhadas nas redes sociais da região, deixando os munícipes informados sobre a realidade”, afirmando a importância da utilização do ciberespaço pelos movimentos sociais para dar visibilidade as pautas e o cotidiano da luta e construir, a partir dos conhecimentos das lutas, parcerias e alianças, e construções de estratégias de enfrentamento de forma coletiva com outras organizações e militantes.

Ao mesmo tempo que estas estratégias foram fundamentais para o coletivo apresentar a população a realidade caótica que estavam vivenciando, para as lideranças, “os movimentos sociais não poderiam deixar de utilizar das estratégias tradicionais dos movimentos sociais (formações, atos de rua, ocupações etc.)” (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan.2021). Estas afirmações de Geisiani Leite dialoga profundamente com os pensamentos de Lilian Santana, quando na live da Teia dos Povos, falou o quanto foi positivo as estratégias de diálogos com os estudantes e com os moradores do município, e colocar diariamente nas redes sociais do coletivo informações sobre a realidade, diária, das comunidades afetadas, através de vídeos de monitoramentos contribuíram com a visibilidade positiva da realidade e denunciaram o descaso dos governos (Federal, Estadual e Municipal). Estes vídeos de monitoramento, “eram postados diariamente nas redes sociais do S.O.S Manguemar Mar, com informações das atividades desenvolvidas pelas lideranças e situações das contaminações, das praias, pelo petróleo.” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jul.2020)

Figura 29 – Boletim S.O.S Manguemar Canes compartilhado nas redes sociais.



Fonte: S.O.S Manguemar Canes.

É possível perceber neste tópico as estratégias de enfrentamento organizadas pelo S.O.S Manguemar Canes, a importância da organização política local para, de forma coletiva,

enfrentar os impactos socioambientais e econômicos que atingem as suas comunidades. Pude observar, através das *lives*, das entrevistas e do acompanhamento das redes sociais (facebook e Instagram) do coletivo S.O.S Manguemar Canes, o quão foi importante a antecipação organizativa e, através da organicidade, a construção do plano de ação e emergência, dialogado entre o conhecimento científico e tradicional, para o enfrentamento ao desastre/crime do derramamento do óleo/petróleo nas comunidades de Canavieiras/Ba. Estas observações evidenciam que a mescla de métodos e estratégias tradicionais dos movimentos sociais com as novas possibilidades de métodos e estratégias, atualizadas com o uso da internet, numa perspectiva de driblar os meios de comunicações convencionais, amplia o espaço de difusão das suas ideias, propostas de lutas e denúncias, superando as fronteiras da inviabilidade. Desta forma, foi possível fortalecer identidades coletivas em contato com outros grupos que partilham das mesmas experiências de desastres/crimes, construindo uma rede de contato e solidificando um repertório comum de experiências e lutas.

Observa-se, também, a utilização da rede de movimentos sociais enquanto estratégia de ação coletiva, com base numa cultura de cooperação, de solidariedade e mais democrática, para um novo modo de organização da sociedade. Articulando-se com outros grupos afins, que possuem a mesma identidade social ou política, com o objetivo de ganharem maior visibilidade, para assim produzir um maior impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Estas redes são multiformes, o que possibilita a aproximação de atores diversificados, dos níveis locais aos mais globais de organizações de tipos diferentes, possibilitando assim, o diálogo entre estes atores e a troca de valores entre as organizações. Vem permitindo também que os movimentos sociais passem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SCHERER-WARREN, 2014). Estas redes viabilizam, acima de tudo, a transposição de fronteiras territoriais, articulando desta forma, ações locais às regionais, nacionais e transnacionais, que perpassam também as fronteiras temporais através dos meios de comunicação, lutando assim pela indivisibilidade de direitos humanos, representados por várias gerações históricas destes e de suas respectivas concepções de mundo dentro.

3.4 – Protagonismo das mulheres da pesca e extrativistas de Canavieiras frente ao desastre/crime do derramamento do óleo/petróleo.

“Eu acho que na luta em defesa dos territórios pesqueiros, as mulheres são muito atuantes. Vemos mais mulheres nas ocupações, nos manifestos. E isso porque é a gente quem mais sofre, nós é que estamos ali na beira da praia todo dia, enquanto os homens estão no mar. Quando expulsam nossas comunidades, somos nós que estamos lá. Os

homens também sofrem, mas a carga maior recai na gente.” (Joana Mousinho, pescadora e liderança da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP, mar. 2015).

Início este tópico com esta fala da pescadora de Pernambuco e militante da Articulação Nacional das Pescadoras Joana Mousinho, numa entrevista feita ao CPP Nacional e compartilhada no seu site, na matéria intitulada “Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil”, para guiar a nossa reflexão sobre a participação e protagonismo das mulheres da pesca nas lutas em defesa dos seus territórios e suas estratégias de enfrentamento e luta. Nesse tópico faremos uma reflexão sobre a crescente participação das mulheres da pesca nos movimentos sociais e as estratégias construídas pelas mulheres da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia, em Canavieiras, frente ao desastre/crime do derramamento do petróleo em suas comunidades.

Figura 30 – Ato público da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.



Fonte: Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.

Sabemos que no Brasil, a participação das mulheres na pesca é muito antiga. Evidências sugerem que atuam desde o período colonial, mas se considerarmos as populações ancestrais indígenas, esta participação é milenar. Apesar disso, o histórico demonstra uma inviabilização

e ampla desvalorização da participação das mulheres na pesca artesanal. Em muitas comunidades, que tem sua fonte de subsistência e renda na pesca artesanal, é comum a existência de práticas de submissão das mulheres aos homens, uma vez que a referida atividade apresenta uma divisão do trabalho bem definida e intensamente centrada no masculino. Geralmente, a divisão das tarefas se define entre o espaço do mar e o espaço da terra. Assim, as mulheres pescadoras, por conta dos determinantes históricos e culturais acerca das relações sociais de gênero, sofrem direta influência em suas atividades produtivas, sendo, em sua maioria, pescadoras de pequenos moluscos e marisqueiras, pois precisam estar sempre no entorno da casa para acompanhar seus/as filhos/as e garantir a manutenção das atividades do lar; desta maneira, são elas também, fortes responsáveis pela reprodução dos “bens imateriais” da pesca artesanal, repassando essa tradição por gerações (LEITÃO, 2019).

Ao mesmo tempo, a partir dos processos de formações políticas, nos espaços coletivos (movimentos sociais, associações, redes de mulheres etc.), as mulheres da pesca passam por um profundo processo de transformação e empoderamento, sobretudo, por conta do processo de conscientização dos mecanismos de opressões existentes nas relações de gênero. Esse processo de empoderamento se dá e se deu por tensões e enfrentamento, não é “dado”, mas sim, conquistado pelas sujeitas, neste caso, oprimidas pelas relações de poder que envolvem homens e mulheres (LEITÃO, 2019). Hoje, as mulheres do mundo da pesca querem não só reconhecimento como atores importantes para produção pesqueira nacional, mas também, como agentes essenciais para luta das comunidades tradicionalmente ocupados, no sentido do respeito aos Direitos Humanos. Organizadas em coletivos populares e movimentos sociais, estão criando estratégias coletivas de enfrentamento as tentativas de extermínios dos seus territórios e dos seus modos de vida, assim como, ao desastre do derramamento do petróleo.

Apresento aqui as estratégias de enfrentamento ao desastre/crime do petróleo das mulheres que fazem parte da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia, nas suas comunidades em Canavieiras/BA. As reflexões são frutos das entrevistas concedidas no meu segundo trabalho de campo, em janeiro de 2021, com as mulheres da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia. As entrevistas foram feitas num momento complicado destas mulheres e de todas as comunidades que foram atingidas pelas enchentes das fortes chuvas que ocorreram em dezembro de 2021. Nesse momento as mulheres da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras da Bahia em conjunto com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras, estavam no processo de entrega de 1200 cartões para as famílias atingidas pelas chuvas, que possibilitou a

aquisição de alimentos e itens de higiene pessoal, tendo como objetivo contribuir para amenizar a situação de insegurança alimentar das famílias afetadas.

Figura 31 – Manifestação em defesa das pescadoras e pescadores de Canavieiras.



Fonte: S.O.S Manguemar Canes.

Iniciei a entrevista me apresentando e falando dos objetivos da pesquisa e o que motivava a minha presença. Ao iniciar as perguntas sobre as estratégias e o protagonismo das mulheres no enfrentamento ao crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo, Luciene foi logo direta ao afirmar o protagonismo das mulheres em todas as atividades desenvolvidas e nas próprias comunidades. Com um olhar brilhando de orgulho falou-me: “*Nós fomos protagonistas mesmo. Em todas as comunidades e na sede a maioria era de mulheres. E isso é fato!*” Demos um sorriso de como estivéssemos dizendo: “quero novidade!” As primeiras falas de Luciene dialogavam com as das outras lideranças, todas afirmavam o protagonismo e a importância da organicidade das mulheres da pesca artesanal que fazem parte da Rede de Mulheres, frente ao crime/desastre. Lilian Santana, olhando para os meus olhos e com a sua voz de guerreira africana reafirmou que: “*As participações das mulheres foram fundamentais. Tivemos muitos apoios de voluntários e tal, mas nos locais que os voluntários não iam, as mulheres protagonizaram*”. As falas vieram carregadas de orgulho. Orgulho pelas ações desenvolvidas, de forma organizada, pelas mulheres e por terem feito de tudo para defenderem os seus territórios tradicionalmente ocupados. As falas sobre o orgulho que carregava no peito por terem cuidado dos seus territórios ecoavam por todo o meu corpo. Eu estava muito feliz em

estar diante destas mulheres. Falas como a de Lilian Santana: “*Nós temos muito orgulho de ter cuidado, como fizemos durante muitos anos, do espaço que nos presta o maior serviço gratuito, que nos dar a alimentação. Só podemos retribuir cuidando e zelando do meio ambiente, do nosso bem maior que é a natureza*” faziam com que eu refletisse sobre a minha fragilidade e o pessimismo que tomava conta do meu Ser naquele momento. Acendeu em mim uma faísca da esperança na luta coletiva e possibilidade de saída deste caos que estamos vivenciando.

As mulheres da Rede de Mulheres se articularam com a AMEX e construíram, de forma horizontal, as estratégias a serem colocadas em ação. Foram organizadas comissões na sede e em todas as comunidades, “*em cada comunidade tinha uma base de apoio onde ficavam as comissões, em quase todas as bases eram as mulheres que coordenavam e a quantidade de mulheres eram maior do que as dos homens*” (Luciene Andrade, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Em cada base de apoio foi construída uma cozinha coletiva onde foram preparados os almoços e lanches. Houve uma divisão de tarefas entre as mulheres levando em conta a idade, comorbidade, maternidade etc. Lilian Santana me relatou sobre as divisões de tarefas das mulheres em suas comunidades, onde algumas mulheres ficavam nas cozinhas e outras iam para limpeza e retirada do óleo/petróleo, nesta divisão, “*as mulheres que não tinham filhos pequenos iam nas praias ou nas embarcações para as retiradas do petróleo*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). E as mulheres que iam para as retiradas não se permitiam a desistir e colocavam “*a mão na massa. Ou melhor, no petróleo. Não tinha tempo ruim. Pois já estavam na situação complicada!*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Era a luta para manter os seus territórios vivos e a segurança alimentar dos pescadores e pescadoras artesanais. Uma luta para se manterem vivos e os territórios sadios para a futura geração. Mesmo com medo, com a tensão, preocupações as mulheres tiveram que colocar os seus corpos diante do produto contaminante, tiveram que construir estratégias, de forma coletiva, para tentar amenizar os impactos socioambientais e econômicos. Tiveram que contrariar a tentativa de transformarem os seus territórios em zonas de mortes, resistindo de todas as formas necessárias e possíveis.

Ainda nas entrevistas, foram relatadas as estratégias de articulação em rede de movimentos sociais e de ações coletivas nas ruas. Em parceria com outros movimentos sociais, organizações e militantes das questões socioambientais, fizeram dois grandes atos de rua, uma manifestação na sede do município (19/11/2019) e uma ocupação em Salvador/Ba (22/11/2019). Segundo as lideranças, a manifestação feita em Canavieiras teve como objetivo dar visibilidade dos impactos socioambientais e exigir que o prefeito decretasse emergência. Nesta manifestação foi possível perceber, através das falas, das entrevistas, do vídeo e das fotos

que foram publicadas nas suas redes sociais, a força das mulheres das águas do município de Canavieiras. Nas fotos e nos vídeos pudemos ver as ruas de Canavieiras transformadas num grande tapete rosa de luta e resistência, com as mulheres vestidas com as suas camisas rosas da Rede de Mulheres. Com uma fala cheia de orgulho e certeza da importância da organização social das mulheres extrativistas pesqueira, Lilian Santana na sua fala, na entrevista feita na sede da AMEX, demonstra o poder organizacional da Rede de Mulheres e da força coletiva destas mulheres. “*Fomos todas juntas, as companheiras de todas as comunidades da Resex, Pedras de Uma até Belmonte. Foram muitas mulheres pescadoras.*” (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021). Esta fala de Lilian Santana foi acompanhada da exibição de algumas fotos do ato de rua que estavam no mural da sala, como uma memória da luta e resistência das mulheres da pesca.

Figura 32 – Lideranças no ato em defesa das pescadoras e pescadores de Canavieiras.



Fonte: Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia.

As fotos no mural expressam a memória de lutas e resistências registradas e indicam o quanto os movimentos sociais são educadores e empoderam os sujeitos que fazem parte. Indicam também que estas mulheres da pesca, que fazem parte de um dos grupos mais atingidos pelo desastre, pelo avanço predatório e genocida do capital, sobrevivem, reexistem, e auxiliam a reconstrução de modos de vida comunitários, através de seus saberes e conhecimentos de cura, cuidado da saúde, assim como de tecnologias e técnicas próprias de interagir e produzir suas sobrevivências a partir da terra/mar. Transgredindo a condição de *não ser*, elas lutaram e ousaram, a partir das suas humanidades, e rebelaram-se contra a colonialidade do saber e do

poder (QUIJANO, 2000). Esta colonialidade que lhes tirou muito mais que forças, trabalho ou mais-valia, tentou lhes negar a possibilidade de ser gente. Como gente que eles nunca deixaram de ser, a resistência, a insurgência, a consciência e o desejo de liberdade correm como sangue nas veias destas mulheres. E, assim, fincam-se em seus territórios tradicionalmente ocupados, constituindo-se em oposições reais à desigualdade de gênero, ao sistema de moer gente e ao capitalismo predatório (que emergiu junto à modernidade *civilizatória* como uma grande boca sedenta de sangue). Essas ações coletivas e memórias são inspirações e fontes de conhecimentos reais para saídas alternativas ao modo de vida mercantilizado e autodestrutivo do capital.

Continuando o diálogo sobre as estratégias de ações coletivas de rua e articulações em rede de movimentos sociais, as lideranças informaram que em articulação com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX) e outras organizações parceiras, foi feita uma manifestação em Salvador, onde marcharam do Campo Grande ao Largo dos Aflitos, quando ocuparam o prédio da Superintendência Federal da Agricultura na Bahia (SFA-BA), reivindicando a atenção do poder público para as problemáticas existentes em consequência dos impactos socioambientais e econômicos causados pelo desastre/crime ambiental. Segundo Lilian Santana, *“após a recusa inicial de diálogo, por parte dos representantes da superintendência, persistimos e iríamos fazer uma ocupação permanente no prédio. Aí eles ficaram com medo e abriram uma mesa de negociação.”* As estratégias de articulações em rede de movimentos sociais e dos atos de ruas nos mostram a importância das ações estratégicas tradicionais dos movimentos sociais, junto a outras mais novas. Nos mostra como ainda é necessária a manifestação de rua e as ocupações dos espaços públicos, para que os movimentos organizados sejam escutados e se construam uma construção democrática das políticas públicas. Como afirma Lilian Santana, com uma força de uma filha de Yansa: *“As ruas são os palcos das lutas! É nas ruas que nós mulheres pescadoras colocamos as nossas dores e revoltas, e buscamos os nossos direitos.”* Com o coração esperançoso e satisfeito com todas as falas de Lilian Santana, sentindo a sua força atravessar o meu corpo, eu só balancei a cabeça com o sinal positivo e respondi que este era o caminho e que não existia, realmente, outra forma de sermos escutados e resguardarmos os nossos direitos conquistados, se não for através da luta coletiva e com ações coletivas nas ruas. E que sim... as ruas são os palcos históricos da resistência e necessária para apresentação das problemáticas, causas e pautas do movimento para a sociedade, numa perspectiva da busca de uma solidariedade social. Pois, quando a causa do grupo se expande para a sociedade em geral, isso ocorre devido à solidariedade social, ou seja, uma reivindicação que era local ganha *status* mais amplo e deixa de ser uma ação coletiva

localizada para se tornar um movimento social com potencialidade para transformar o ‘regime de verdade’, ou a estrutura de dominação social de uma sociedade. *“O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos”* (HONNETH, 2009, p. 258). Assim sendo, a ação coletiva tenta mudar o foco dos holofotes para problemas que eram soterrados, sendo que sua função é de escavá-los e fazê-los visíveis à sociedade e às estruturas de poder, não dando a estas a oportunidade de negá-los, com isso ela imprime uma nova dinâmica à sociedade, fazendo com que seus olhos voltem para si mesma e enxergue suas entranhas, que não estão na superfície (HONNETH, 2009). E as ruas são estes palcos para se fazer ouvidos e dar visibilidade da luta dos pescadores e pescadoras atingidos pelos impactos do desastre do petróleo nos seus territórios.

Na entrevista com Gesiani Leite e Mônica Correia, realizada na sede da AMEX, em janeiro de 2021, as duas me falaram sobre as estratégias elaboradas pelas mulheres da pesca para redução dos impactos na segurança alimentar das mulheres e das suas famílias, causados pelo crime/desastre do derramamento do óleo/petróleo, que impossibilitou a comercialização dos seus produtos, a baixa nos valores dos pescados pelos atravessadores e o agravo por causa da pandemia do covid-19. Informaram que as mulheres da Rede de Mulheres juntas com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), construíram um projeto chamado Quitanda Solidária. Quando escutei falando sobre esta estratégia fiquei com um desejo enorme de conhecer, percebi logo que era algo muito importante e que deveria ser compartilhada para outros movimentos e organizações. Pedi que falasse um pouco mais sobre a quitanda. Como sempre, animadas e orgulhosas, começaram a me apresentar, de forma didática a Quitanda Solidária que é *“uma ação de incentivo e resgate a troca e empréstimo solidário de alimentos nas comunidades da Resex Canavieiras, fragilizadas pelos impactos do derramamento do petróleo e afetados pelas dificuldades de comercialização dos pescados ocasionado pela pandemia da Coronavírus.”* (Mônica Correia, liderança da Rede de Mulheres e AMEX, jan. 2021). Afirmou que a Quitanda tem por objetivo complementar a soberania alimentar das famílias extrativistas enquanto durar as problemáticas/dificuldades. Perguntei a Gesiani como era o processo e como foi criada a quitanda, ela me falou que no início buscaram os parceiros para apoiarem com doações de alimentos para iniciar o processo de trocas dos alimentos e os produtos dos pescadores e pescadoras. Então *“foram adquiridos gêneros alimentícios não perecíveis, para iniciarem o processo de trocas nas comunidades, tendo como principais produtos de trocas os pescados dos extrativistas.”* (Gesiani Leite, liderança da Rede

de Mulheres e da AMEX, jan. 2021). Importante destacar é que a base dos valores dos produtos para troca foi de forma justa não tendo o objetivo de lucro, e “(...) *os produtos extrativistas recebidos são trocados agricultores familiares, assentamentos e outros grupos coletivos de produção.*” (Gesiani Leite, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021). Foi descrita ainda a troca de alimentos que fizeram com o Assentamento do Movimento dos Sem-terra, de Arataca/Ba, chamado Assentamento Terra Vista. Fizeram as trocas dos seus pescados com os produtos da agricultura familiar, que sustentaram por um bom tempo a alimentação das famílias que tiveram a soberania alimentar impactada pelo crime/desastre ambiental do derramamento do óleo/petróleo.

Ao saber desta troca de alimentos, - estratégia de ação coletiva, com base na cultura de cooperação e de solidariedade -, a certeza da importância das articulações em redes de movimentos sociais tomou os meus pensamentos, fazendo-me acreditar na força das alianças e da união entre os povos, para nadarem, coletivamente, contra as correntes da morte e do extermínio, que tentam, historicamente, se aproximarem dos territórios-vidas. Além de ganharem maior visibilidade, para assim produzir um maior impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Pois, as Redes de Movimentos Sociais, “(...) são multiformes, o que faz a aproximação de atores diversificados, dos níveis locais aos mais globais de organizações de tipos diferentes, possibilitando assim, o diálogo entre estes atores e a troca de valores entre as organizações, permitindo, também, que os movimentos sociais passem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural” (SILVA, 2018, p. 75). Assim como, possibilitam, acima de tudo, a transposição de fronteiras territoriais, articulando desta forma, ações locais às regionais, nacionais e transnacionais, que perpassam também as fronteiras temporais através dos meio de comunicação, lutando assim pela indivisibilidade de direitos humanos, representados por várias gerações históricas destes e de suas respectivas plataformas, fronteiras sociais, em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada.

Figura 33 – Lideranças da Rede de Mulheres.

Fonte: Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia

Diante do exposto e das falas das lideranças entrevistadas, é possível afirmar a importância da organização comunitária da rede de mulheres para o empoderamento das mulheres pescadoras de Canavieiras e para o protagonismo feminino no combate aos impactos do derramamento do petróleo. Além de ratificar que as mulheres extrativistas pescadoras de Canavieiras, historicamente, são partes relevantes dos movimentos políticos e sociais, que contribuem e contribuíram para defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados. Algumas falas como: *“Quando era menor eu via minha avó e outras mulheres da idade dela participando do movimento social e lutando pelo nosso território. Observando a minha avó fui e identificando com luta e entendendo a necessidade de fazer parte.”* (Lilian Santana, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021); *“A Rede de Mulheres me educou para atuar nos espaços públicos e me deu consciência crítica. A Rede me fez crescer politicamente e como cidadã.”* (Mônica Correia, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021); e, *“As mulheres da minha comunidade desde muito tempo vem lutando pelos nossos direitos enquanto pescadoras e pescadores. Sempre lutaram para a garantia e saúde dos nossos territórios.”* (Elialda Avelino, liderança da Rede de Mulheres e da AMEX, jan. 2021), nos fazem entender os movimentos sociais enquanto um espaço de formações de sujeito críticos e de lutas.

Nos fazem também perceber o quanto um espaço de organização social/coletiva/comunitária alinhados as estratégias de lutas, construídas de forma horizontal e democrática, fortalece os vínculos comunitários e de identidades e contribui para a manutenção dos territórios tradicionalmente ocupados, assim como, o empoderamento das mulheres da pesca numa perspectiva de construções de lideranças femininas pesqueiras e extrativistas. Estas mulheres lideranças da Rede de Mulheres, carregam consigo uma história constante de lutas

cotidianas que permeiam e permearam as suas vidas, uma história de enfrentamento aos preconceitos sofridos, aos poderes públicos instituídos, aos fazendeiros, aos carcinicultores e ao Estado. Compreendendo que não basta o Estado reconhecer a dívida histórica, é preciso mais, é preciso garantir o território sadio com as condições de permanecer vivendo e trabalhando nele. Além da certeza de que a garantia do território tradicionalmente ocupado é só através da luta organizada, uma vez que as políticas do Estado para os Povos e Comunidades Tradicionais se tornaram cada vez mais ineficientes. Ressalta-se, todavia, que apesar das dificuldades que ainda hoje se encontram presentes, as articulações em redes destas mulheres e sua organização (cooperativas, Resex, associações e rede de mulheres) garantem a permanência destas na defesa de seu território. De fato, conforme Santos (2005, p. 53) “este tipo de solidariedade entre alternativas locais é fundamental para a sobrevivência das mesmas e para a consolidação gradual de uma globalização cosmopolita”. Neste sentido, este processo de organização favorece a articulação deste movimento em si, bem como também com outras iniciativas coletivas populares, fazendo frente as todas as formas de opressões corpo/território/terra/mar.

Figura 34 – Lideranças da Rede de Mulheres em momento de acolhimento.



Fonte: Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocorrência cada vez maior de eventos disruptivos em todo o mundo no último século, proporcionou evidências de como as sociedades estão cada vez mais sujeitas a episódios de vulnerabilidade perante os desastres. Como podemos perceber, a indústria de petróleo e gás é um dos maiores estressores dos sistemas aquáticos marinhos e as ocorrências de acidentes com petróleo é um problema sistêmico que requer atenção, monitoramento e investigações constantes. Estes tipos de desastres são persistentes no Brasil e impactam o meio ambiente, prejudicam o turismo, geram incertezas quanto à segurança alimentar e ameaçam a sobrevivência de comunidades que dependem do mar para sobreviver.

Diante da complexidade em que se encontra a realidade ambiental e pesqueira no Brasil, esse derramamento de óleo nas comunidades pesqueiras é considerado um dos maiores desastres/crimes já acometidos à biodiversidade, a qualidade de vida dos que dela dependem e as atividades econômicas. Esse foi mais um impacto que vem a somar com históricos de problemas que afetam os pescadores e pescadoras artesanais: poluição, especulação imobiliária, monoculturas, turismo de massa, além dos impactos à saúde, segurança alimentar, soberania alimentar e socioeconômica (ARAÚJO et al., 2019).

Com a pesquisa podemos perceber as características dos pescadores e pescadoras artesanais de Canavieiras e suas vulnerabilidades. São pessoas que, apesar de prestarem um serviço de excelência à sociedade, produzindo proteína da melhor qualidade, estão excluídas da participação em discussões e construções de políticas públicas. No entanto, lutam por seus direitos e sua dignidade, expressos aqui na luta e enfrentamento ao derramamento de óleo em seus territórios tradicionalmente ocupados. Além disso, percebermos a necessidade de divulgar as soluções empreendidas e sugeridas pela população local, no diálogo de conhecimento entre a sociedade e os grupos populares e em estratégias autogestionadas e colaborativas; e, a necessidade de pesquisas de longo prazo sobre a contaminação nos territórios atingidos, pois, a convivência e o enfrentamento do risco são cada vez mais necessários e constantes na região estudada e em outros locais vulneráveis aos mesmos tipos de desastres.

A pesquisa nos mostrou a importância da revisão de marcos regulatórios como o da emergência em saúde pública e apontou como a vigilância popular é importante e deve ser incluída nas políticas, pois os pescadores e as pescadoras artesanais e suas ferramentas (conhecimento/expertise, barcos e mão-de-obra) foram a chave para conter o óleo. Além disso, demonstrou a necessidade de reconhecer esses atores e inseri-los nos processos de gestão de riscos, uma vez que essas comunidades são estratégicas e sua resiliência deve ser visibilizada.

As dificuldades sentidas pelas comunidades atingidas foram intensificadas pela má gestão governamental, a qual não agiu de prontidão ao desastre, causando danos duradouros e implicações ainda desconhecidas em sua totalidade, interligados em diversos âmbitos ambientais, políticos, midiáticos e culturais da sociedade. A grande mídia contribuiu não somente para a invisibilidade dos pescadores e pescadoras quanto a sua vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, mas também no que tange o silenciamento de suas falas quanto ao desastre, potencializando o racismo ambiental inerente às atividades de pesca artesanal. As respostas inadequadas a este desastre – que ainda continua chegando manchas de petróleo nas praias e comunidades -, salientam a importância de construir soluções sistemáticas para prevenir impactos severos ao longo da costa, procurando preservar os recursos ecossistêmicos, sociais e econômicos, sem excluir as populações tradicionais pesqueiras.

As pescadoras, enquanto protagonistas no enfrentamento ao desastre, colocaram seus corpos na grande batalha da limpeza das praias e dos seus territórios, construíram coletivamente, articuladas em redes com ONG`s e Universidades, mobilizações e ações coletivas com objetivo de cobranças aos gestores públicos (municipal, estadual e federal). O papel destacado das mulheres da pesca nesta pesquisa representa uma reflexão crucial, pois corrobora para a constatação de que elas – por serem grandes prejudicadas pelo processo do desastre ocorrido – foram capazes de identificar e expressar as dimensões objetivas e subjetivas dos danos e impactos do desastre nos seus territórios tradicionalmente ocupados. As mulheres foram protagonistas nas organizações das suas comunidades em prol da reestruturação dos laços sociais, promoveram a manutenção do sistema de valores e crenças, bem como criaram estratégias e movimentos ativos de restituição e busca por seus direitos e de todas as comunidades atingidas.

Importante mencionar que, diante da pesquisa e estudos sobre a temática/problemática, torna-se relevante a existência de estudos do desastre a partir da perspectiva das mulheres e, principalmente, torna-se necessário conhecer as lutas e as formas de resistência empreendidas por elas no combate das desigualdades políticas, sociais, econômicas, além das estratégias criadas por elas para a prevenção, mitigação e reparação dos desastres. Ou seja, o reconhecimento da importância da criação de estudos que proporcionem análises que foquem na ótica da mulher atingida por desastres. Para além das consequências ao solo, ao meio ambiente, à economia ou a política, torna-se mister, conceber os desastres a partir do olhar daquelas que se encontram na ponta, aquelas que têm suas vidas, histórias e memórias impactadas.

Não poderíamos deixar de salientar, o impacto da política econômica brasileira desenvolvimentista para a existência cada vez maior de desastres na área de petróleo. Mesmo compreendendo a importância do desenvolvimento econômico e social e os benefícios gerados pela atividade petrolífera no país, deve-se questionar a forma como as corporações petrolíferas atuam nas cidades e nas comunidades tradicionais onde estão inseridas. Há que se considerar que na sociedade contemporânea todos os indivíduos, independente da proximidade dos eventos disruptivos, da idade, classe, escolaridade, gênero e raça, estão sujeitos a serem acometidos por desastres. Ainda assim, existem parcelas da população que, ao se deparar com eventos disruptivos, encontram-se em posições mais fragilizadas e marginalizadas do que outras. Desta forma, tanto no Brasil como em contextos internacionais, as parcelas mais fragilizadas são as mulheres, crianças, populações pobres, moradoras de periferias, povos e comunidades tradicionais, que em sua maioria são pretos e pardos, que possuem baixa escolaridade e pouco acesso à informação.

A título de conclusão, é importante destacar sobreposição dos desastres e problemáticas a partir da pandemia do COVID-19, onde os pescadores e pescadoras artesanais foram impactados em seus cotidianos. Os pescadores e pescadoras artesanais tiveram as suas sociabilidades e seu trabalho reprimidos e como consequência disso, ficaram ainda mais imersos em situação de vulnerabilidade econômica, social e psicológica. A ausência de políticas públicas para a categoria ficou bem mais evidente. Os pescadores e pescadoras artesanais, que mal tinham se recuperado dos impactos do desastre do petróleo em seus territórios tradicionalmente ocupados, voltaram a encarar inseguranças e incertezas com relações mitigadoras dos impactos.

Importante destacar que, diante desta sobreposição de desastres, as mulheres da pesca têm demonstrado seu protagonismo, já que as mesmas experienciam os impactos de maneiras diferentes e desenvolvem estratégias próprias por serem mulheres. Com isso, ao mesmo tempo que a pandemia impactou em várias facetas o Ser-mulher e o Ser-pescadora, as mulheres criaram estratégias coletivas e em redes, para enfrentarem mais esta demanda individual e comunitária.

Por fim, a frase da pescadora e liderança da Rede de Mulheres, Elialda, vai ecoando e permeando a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais de Canavieiras/Ba: *“A verdade é que a pescadora e o pescador artesanal têm o costume de se relacionar com a tempestade e nunca houve uma tempestade que não fosse atravessada pelos pescadores e pescadoras artesanais. Não será nessa nova tempestade que seremos derrubados. Somos fortes, organizadas e organizados!”*.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGUIAR, P. C. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2011.

AGUIAR, S. **Redes sociais na internet: desafios à pesquisa**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007. Anais... Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal/aluno/maio/redes%20sociais%20na%20internet-%20desafiosE0%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ALVES, J.C. **Caracterização geoquímica de amostras de petróleo provenientes da Bacia Potiguar, Brasil. 2016**. Dissertação (Mestrado em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências Metodológicas. **REVISTA USP**, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.

ARAÚJO, M. E. de; RAMALHO, C. W. N.; MELO, P. W. de. Pescadores, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas de derramamento de óleo em Pernambuco, nordeste do Brasil. **Cadernos de saúde pública**, vol. 36, no. 1, p. e00230319, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>. Acesso em: 22 jun. 2021.

AZEREDO, L. F. S. **O desenvolvimento capitalista e sua relação com os processos de desastres ambientais: um estudo sobre o norte Fluminense/RJ**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BAHIA, Secretaria de saúde. **Protocolo de avaliação da saúde de população exposta ao petróleo: orientações para serviços e trabalhadores da saúde da Bahia**. Salvador-Ba, 2021, 74p. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/protocolo-pop-exposta-petroleo> . Acesso em: jan. 2022.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Superintendência de Atenção Integral à Saúde. **Nota Técnica Conjunta Nº 02/2019 SUVISA – SAIS, SESAB** - Orientações aos Serviços e Profissionais de Saúde da Atenção e Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Óleo Bruto (Cru) de Petróleo. Salvador: SESAB, 2019. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads> . Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. Derramamento de petróleo na costa brasileira. **Ministério da saúde: Secretaria de Vigilância em Saúde**. 2019.

BRASIL. **Manchas de óleo: litoral brasileiro**. Ministério do Meio Ambiente: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2020. Disponível em: <http://ibama.gov.br/manchasdeoleo>. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm>. Acesso em 10 de jun. de 2021.

BENKLER, Yochai.; FARIS, Robert. e ROBERTS, Hal. Propaganda de Rede: Manipulação, Desinformação e Radicalização na Política Americana. **Oxford**: Imprensa da Universidade de Oxford, 2018.

BRINGEL, Breno e MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino e Pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**. vol. 07, n.13, Rio de Janeiro, 2016, p. 389-413.

BRITO MD. **Não. Ele não está**. Curitiba: Appris Editora; 2018.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In.: Henri Acselrad et al. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp. 40-68.

CAMPANHA MAR DE LUTA. **Manifesto Mar de Luta**: justiça social para os povos das águas atingidos pelo petróleo. 2020. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CAPES – Entre Mares. **Editais de seleção emergencial nº 26/2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/programa-capes-entre-mares>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt> . Acesso em out. 2022.

CPP (org.); SANTOS, Gilmar; TOMAZ, Alzení de Freitas. **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF, 2016.

CURADO, I. B. 2010. **Versão preliminar do Censo das famílias extrativistas usuárias da RESEX Canavieiras**, 2010.

DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Diário Oficial da União, Seção 1**. Número 170 de 04 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ICMBio.gov.br/portal/images/stories/imgs_unidadescoservacao/portarias/RESEX%20Canavieiras%20Port%20071%20de%2003%20202009.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ELLER.J.; GRANDELLE, R. Após análise da PUC-Rio, governo defende consumo de pescado atingido por óleo no Nordeste. **O Globo [online]**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/apos-analise-da-puc-rio-governo-defende-consumo-depescado-atingido-por-oleo-no-nordeste-1-24074611>. Acesso em: mar. 2020.

ERICKSON, E.A. et al. Exposição ambiental ao calor e sintomas relacionados ao calor em equipes de resposta a desastres da Guarda Costeira dos Estados Unidos. In: **Preparação de saúde pública para desastres**. v. 13, p. 561 – 569, 2019 Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals> . Acesso em: fev. 2021.

ESCOBAR, H. Derramamento misterioso de óleo ameaça santuário marinho no Brasil. **Science**, vol. 366, no. 6466, p. 672, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.366.6466.672>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FERGUSON, A.; SOLO-GABRIELE, H.; MENA, K. **Avaliação de produtos químicos de derramamento de óleo: conhecimento atual, lacunas de dados e incertezas sobre o risco à saúde física humana**. v.120. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science> . Acesso em: 03 mar. 2020.

FIGUEIREDO, Marina M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na reserva extrativista (Resex) Canavieiras-BA**. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR (2001), *Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar*, Havana, Cuba. Disponível em <http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html> Acessado em: out.2022.

FOUCAULT M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: WMF Martins Fontes; 2010. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf> . Acesso em: out. 2022.

FREITAS, C. M; Ximenes, E. F. (2012). **Enchentes e saúde pública**: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. *Ciênc. saúde coletiva*. v.17, n.6, p. 1601-1616. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid> Acesso em: set. 2022.

FUNDAJ. Impactos socioeconômicos e ambientais da contaminação por petróleo nas praias do litoral da região nordeste do Brasil. **Relatório parcial**. Recife – PE, set. 2020. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2021.

GAMA, A. **Manchas escuras em praias do Nordeste preocupam ativistas ambientais**. UOL, Maceió, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias> . Acesso em: ago. 2020.

GERALDI, D. Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: NEPED/UFSCAR, 2009. p. 107-118.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf> . Acesso em: mar. 2020.

HARVILLE, E.W.; SHANKAR, A.; ZILVERSMIT, L.; BUEKENS, P. **Exposição autorrelatada a derramamento de óleo e complicações na gravidez: o estudo GROWH**. *Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, v. 14, n. 7, p. 692-702, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3390%2Fijerph14070692> Acesso em: nov.2022.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf>. Acesso em: ago.2019.

_____. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**. 3(1), artigo 2, janeiro/abril, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844513/mod_resource/content/0/HONNETH-Luta-Por-Reconhecimento.pdf . Acesso em: mar. 2020.

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Cidades, censo 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2020.

IGEO/UFBA. Os caminhos da mancha, *Revista FAPESP*: 286. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/12/03/os-caminhos-da-mancha/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

INTERNATIONAL Federação Limitada de Poluição de Proprietários de Petroleiros (ITOPF). **Estatísticas de derramamento de petróleo 2020. 2021**. Disponível em: <https://www.itopf.org/knowledge-resources/data-statistics/statistics/> . Acesso em: ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. Ibama. **Listagem de praias atingidas por manchas de petróleo, nos estados do Nordeste, por município e data de avistamento, setembro a novembro de 2019**. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/08/lista-de-praias-atingidas-pelas-manchas-de-oleo-no-nordeste.ghtml/>. Acesso em: mar. 2020.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: fazendo pesquisa etnográfica online**. Londres: Sage, 2010.

MAIA, S. Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia. **Latin American Research Review**, 56(2), 371 – 384. Disponível em: <http://doi.org/10.25222/larr.628>. Acesso em: 20 set. 2021.

MACHADO, Jorge. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, Porto Alegre, Jul./Dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>. Acesso em: out. 2022.

MACHADO, Caio C. V. et al. **Ciência Contaminada**. São Paulo: Parte 1 da série **Democracia Infectada**., 2020. Disponível em: <https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf> . Acesso em set. 2022.

MACHADO, R. A. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007.

MAGRIS, R. A., & GIARRIZZO, T. O misterioso derramamento de óleo no Oceano Atlântico ameaça a biodiversidade marinha e a população local no Brasil. **Boletim de Poluição Marinha**, vol. 153, no. 110961. 2020. Disponível em; <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.110961>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARCHAZINI, Victor e FORINI, H.A. Dimensões sociais da resiliência a desastre. **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**. Vol.24, nº 02, 2019. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article>>. Acesso em: jun.2020.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

MBEMBE A. **Necropolítica: seguido de governo privado indireto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina; 2011. Disponível em: <https://aphuuruguay.files.wordpress.com/2014/08/achille-mbembe-necropolc3adtica-seguido-de-sobre-el-gobierno-privado-indirecto.pdf> . Acesso em mai. 2022.

MELLUCCI, A. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. In: **Novos cadernos NAEA**. vol.2, n.2, dez.1996. Belém: NAEA, 1996.

MENDES, A.P.A. Mercado de refino de petróleo no Brasil. **BNDES Set.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 7-44, set. 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16041> . Acesso em: jun. 2021.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica, “**Trabalhadeiras**” & “**Camarados**”: Um Estudo sobre o Status das mulheres numa comunidade de Pescadores. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

MOURA, R. et al. Conservação da biodiversidade, gestão pesqueira e promoção de equidade social: a contribuição das Áreas Marinhas Protegidas. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha**. Armação dos Búzios (RJ), 2009, p. 157- 163.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MITSUISHI, Yara. Entre graphos e ethos: uma abordagem crítica a etnografia virtual. In: RIBEIRO, José; BAIRON, Sérgio. (Org.). **Antropologia Visual e Hipermidia**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007. Disponível em: <http://realidadesintetica.com/pdfs/mitsuishi>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MCKINZIE, A,E. **Em suas próprias palavras: desastre e emoção, sofrimento e saúde mental**. Int J Qual Stud Saúde e Bem-estar.2018; 13(1):1440108.

NAÇÕES UNIDAS. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030. 2015**. Disponível em: <https://www.unisdr.org> . Acesso em: set. 2021.

NASCIMENTO, D. M. e DOMINGUEZ, J. M. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. In: **Cadernos de Geociências**, vol. 7 (2), 2010, p. 93-104.

OLIVEIRA, Lidiane B. **Reserva extrativista marinha e carcinicultura no município de Canavieiras, Bahia**: contradições na produção do espaço em territórios pesqueiros a partir do arcabouço legal. 2016. 76 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estratégia Internacional para a Redução de Desastres: Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: aumento da resiliência das nações frente aos desastres**. Genebra: ONU, 2007. Disponível em: http://www.integração.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>. Acesso em: jun.2020.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, Injustiça Ambiental e Racismo**: uma luta que transcende a cor. 2006. Disponível em:<<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>>. Acesso em: ago.2019.

PACHECO, Vladimir Félix. **Reserva extrativista marinha de Canavieiras – BA**: conflitos e uso do solo. 2014. 63 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PANGEA. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista de Canavieiras**. Canavieiras: PANGEA, 2007.

PARKS, V. et al. **Famílias pesqueiras, apoio social e depressão após o derramamento de óleo da Deepwater Horizon**. Sociologia Rural, [S.l.], v. 85, n. 2, 2019. DOI: 10.1111/ruso.12297.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, Paraná, 2010, p. 1-10.

PENA, G.L.P. et al. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019**: emergência em saúde pública em questão. Cad. Saúde Pública, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RdpV54PDWjx> . Acesso em: jan. 2021.

PEREIRA, Geusa Purificação. **Organização comunitária como ferramenta de luta para a criação e consolidação da reserva extrativista Marinha de Canavieiras- BA**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2016.

PMMA CANAVIEIRAS. **Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Canavieiras**. 2016. Gamba, Bahia. Disponível em: <https://www.gamba.org.br>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro: UFF, ano 1, n. 2, 2002, p. 67-88. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13352> . Acesso em: jun. 2020

PORTO, Marcelo Firpo. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 2ª edição.

PORTO-GONÇALVES, C.W. (2002) Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, Emir; CECEÑA, Ana Esther (Orgs), **A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial**. Petrópolis: Vozes, pp.217-256. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf> . Acesso em: jul. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Michelle Souza Barreto. **Avaliação da segurança alimentar e sustentabilidade na rede de mulheres da Resex Canavieiras**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.

RODRÍGUEZ J, DAVOLI, MZ, PÉREZ, R. Organização Pan-Americana da Saúde. **Guia Prático de Saúde Mental em Desastres**. Washington, DC: OPAS; 2009. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/2800>. Acesso em: out. 2022.

SALDANHA, Nathália Silva Barbosa. **Por ser mulher: a construção dos estudos de gênero na resposta aos desastres. O caso da indústria de mineração no Brasil no Século XXI**. 2021. 372f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48228> . Acesso em: out. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SAPUCAIA, C. S. Petróleo e unidades de conservação: um panorama econômico de Canavieiras e perspectivas frente à exploração de gás e petróleo no entorno da resex. In: IIº Seminário Nacional Espaços Costeiros, 2013, Salvador. **Anais do II SEC**. Salvador: Posgeo, 2013. v. I. p. 1-17.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, vol.21, n.1, p.109-130, jan./abril 2006. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/167/37> Acesso em: jul.2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-

Joan%20Scott.pdf Acesso em: jun. 2022.

SILVA, Paulo Cesar Garré. A Ação Coletiva: o desafio da mobilização. In: **Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais**. V 7, n. 2, UFPE-Recife, 2018, p. 62-87. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618> . Acesso em: mar. 2020.

SHINOHARA, G. Governo desiste de suspender pesca de lagostas e camarões em locais afetados pelo óleo no Nordeste. **O globo**, Brasil, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-desiste-de-suspender> . Acesso em: jan. 2021.

SILVA, Lays H.P. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES** [Online], 17/2012, colocado online no dia 01 de setembro de 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>>. Acesso em: 30 abr.2019.

SILVA, C. H. da; OLIVEIRA, A. R. S. DE. A atuação das Mulheres Quilombolas na manutenção da identidade territorial: um olhar a partir das comunidades de Água morna e Guajuvira em Curitiba-PR. In: FIABANI, A.; GOMES, A. B. S.; MIRANDA, C. A. S. (org.). **Do Quilombo ao Baton: histórias de mulheres quilombolas**. Curitiba: CRV, 2017. p. 73-88.

SOARES, M. O.; TEIXEIRA, C. E. P.; BEZERRA, L. E. A.; ROSSI, S.; TAVARES, T.; CAVALCANTE, R. M. Resposta de óleo no Brasil: tempo para coordenação. **Science**, vol. 367, no. 6474, p. 155–157, 2020a.

SOARES, M. D. O.; TEIXEIRA, C. E. P.; BEZERRA, L. E. A.; PAIVA, S. V.; TAVARES, T. C. L.; GARCIA, T. M.; ARAÚJO, J. T. de; CAMPOS, C. C.; FERREIRA, S. M. C.; MATTHEWS-CASCON, H.; FROTA, A.; MONT'ALVERNE, T. C. F.; SILVA, S. T.; RABELO, E. F.; BARROSO, C. X.; FREITAS, J. E. P. de; JÚNIOR, M. de M.; CAMPELO, R. P. de S.; SANTANA, C. S. de; ... CAVALCANTE, R. M. Derramamento de óleo no Atlântico Sul (Brasil): desastre ambiental e governamental. **Política Marítima**, vol. 115, no. February, p. 1–7, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103879>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

SPECHT, AJ. et al. Exposições de metal nas unhas dos pés em pescadores da cidade de Bodo, Nigéria. **Boletim de Contaminação Ambiental e Toxicologia**. [S.l], (2020) 104:90–95. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00128-019-02750-7>. Acesso em: jun. 2021.

STEVANATO, D.J. **Efeitos de hidrocarbonetos derivados de petróleo em Astyanax lacustris (Lütken, 1875)** [dissertação]. Curitiba (PR) :Universidade Federal do Paraná; 2020.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: **Gênero e Trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2012.

VIANA, F.L.E. Indústria petroquímica. **Caderno setorial ETENE**, Fortaleza, a. 5, n. 139, Novembro, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8079157/2020> . Acesso em: jun. 2021.

VOZES DA PESCA ARTESANAL: ISOLAMENTO SOCIAL E A COMUNIDADE PESQUEIRA. Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR). Podcast. Disponível em: <https://anchor.fm/vozes-da-pesca-artesanal> Acesso em: set2022.

VOZES DA PESCA ARTESANAL: CORONAVÍRUS. Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR). Podcast. Disponível em: <https://anchor.fm/vozes-da-pesca-artesanal> Acesso em: set. 2022.

VOZES DA PESCA ARTESANAL: PESCADORAS E OCORONAVÍRUS. Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR). Podcast. Disponível em: <https://anchor.fm/vozes-da-pesca-artesanal> Acesso em: set/2022.

ZACHARIAS, D.C.; GAMA, C.M.; FORNARO, A. Misterioso derramamento de óleo na costa brasileira: análise e estimativas. **Boletim de Poluição Marinha**, [S.l], v. 165, abril de 2021, 112125. doi: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2021.112125>

ZAGATTO, Bruna P. A necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil. **Amazônica – Revista Antropológica – UFPA**, Pará, nº 1, v. 12, p. 253-276, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8551>. Acesso em: 20 set. 2021.

WON, L.J. **Japão e voluntários ajudam Coréia a limpar vazamento de petróleo.** G1, Brasil, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,mul221757-5602,00-japao+e+voluntarios+ajudam+coreia+a+limpar+vazamento+de+pet+roleo.html>. Acesso: jun. 2021.

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA A REDE DE MULHERES DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS DA BAHIA
--

PRIMEIRO BLOCO

Objetivos: Conhecer a organização, a motivação dos sujeitos em participar da organização e as articulações em redes de movimentos sociais existentes.
--

- | |
|--|
| 1) Como se organiza a Rede de Mulheres? |
| 2) As reuniões são feitas quantas vezes no mês? É feita num lugar fixo? |
| 3) Quando a Rede de Mulheres foi criada? |
| 4) O que motivou a criação da Rede de Mulheres? |
| 5) A Rede de Mulheres se articula com outras organizações (movimentos sociais, ONGS` s e Universidades)? |
| 6) A Rede de Mulheres tem alguma assessoria? |
| 7) O que motivou a sua participação na Rede de Mulheres? |
| 8) Qual a importância da Rede de Mulheres para você? |
| 9) Você faz parte de outras organizações? |

SEGUNDO BLOCO

Objetivos: Compreender as estratégias de articulações em redes de movimentos sociais, as estratégias de enfrentamento ao desastre do derramamento do petróleo e o diálogo com a gestão municipal, estadual e federal.
--

- | |
|---|
| 1) Quais foram as estratégias de enfrentamento ao desastre do derramamento do petróleo criadas pela Rede de Mulheres? |
| 2) Como a Rede de Mulheres se articulou para o enfrentamento ao desastre? Houve articulações com outras organizações (movimentos sociais, ONG`s e Universidades)? |
| 3) Como foram os diálogos com os gestores (local, estadual e federal)? |

TERCEIRO BLOCO

Objetivos: compreender a incidência dos impactos de forma desigual entre homens e mulheres, tendo o gênero como elemento norteador; quais os principais problemas de saúde (físico e mental); e, as estratégias para prevenção, mitigação e reparação dos impactos.
--

- | |
|---|
| 1) Quais foram os principais impactos do derramamento do petróleo para as mulheres da pesca? |
| 2) Quais os principais problemas de saúde (físico e mental) causados pelo desastre as mulheres? |
| 3) Os impactos do derramamento do petróleo atingiram de forma diferente os homens e mulheres da pesca? |
| 4) Como a Rede de Mulheres está fazendo ou fez para o retorno da “normalidade” da vida depois deste desastre do derramamento do petróleo? |

QUARTO BLOCO

Objetivos: Compreender a sobreposição de desastres, riscos e dos impactos socioambientais com a pandemia da covid-19

- | |
|---|
| 1) Com a pandemia da COVID-19 ampliaram os problemas que se iniciaram com o desastre do derramamento do petróleo? |
| 2) Quais foram os principais impactos da covid-19 nas mulheres da pesca? |
| 3) Como A Rede de Mulheres, se organizaram para o enfrentamento ao COVID-19? |
| 4) Como A Rede de Mulheres está fazendo para o retorno da normalidade da vida no COVID_19? |

ANEXO B**ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ICMBIO**

Objetivos: Compreender, a partir do olhar da instituição, já que a mesma, é responsável pela execução das políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais da RESEX, como se deu o processo estratégico para prevenção, mitigação e reparação dos impactos socioambientais causados pelo desastre do derramamento do petróleo; compreender como foi o diálogo entre a instituição e os entes governamentais (Municipal, Estadual e Federal); e, saber como foi o diálogo entre a instituição e os pescadores e pescadoras artesanais atingidos.

1) Como o ICMBIO se comportou diante do desastre do derramamento do petróleo?
2) Quais foram as principais estratégias construídas pelo ICMBIO?
3) Como foi o diálogo entre o ICMBIO e as comunidades atingidas pelo desastre do derramamento do petróleo?
4) Como foi o diálogo entre o ICMBIO com a AMEX e a Rede de Mulheres?
5) Existiram parcerias entre o ICMBIO e os entes governamentais (Municipal, Estadual e Federal)?
6) Como você enquanto Técnico do ICMBIO se sentiu diante desta realidade de desastre e de lutas dos pescadores e pescadoras para manutenção dos seus territórios tradicionalmente ocupados?

ANEXO C

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROPRIETÁRIOS DAS CABANAS DE PRAIA

Objetivos: Compreender, a partir do olhar dos proprietários, os principais impactos do desastre do derramamento do petróleo no turismo; compreender como foi o diálogo entre os proprietários, os membros do coletivo SOS Mangue Mar Canes e os pescadores e pescadoras artesanais atingidos.; e a atuação da gestão municipal, estadual e federal.

- 1) Como os proprietários das cabanas de praia se comportou diante do desastre do derramamento do petróleo?
- 2) Quais foram as principais estratégias construídas pelos proprietários?
- 3) Como foi o diálogo entre os cabaneiros e as comunidades atingidas pelo desastre do derramamento do petróleo?
- 4) Como foi o diálogo entre os cabaneiros com a AMEX e a Rede de Mulheres?
- 5) Existiram parcerias entre o e os entes governamentais (Municipal, Estadual e Federal)?
- 6) Quais foram os principais impactos do desastre do derramamento do petróleo sobre os cabaneiros? E quais as dificuldades encontradas pelos cabaneiros?